

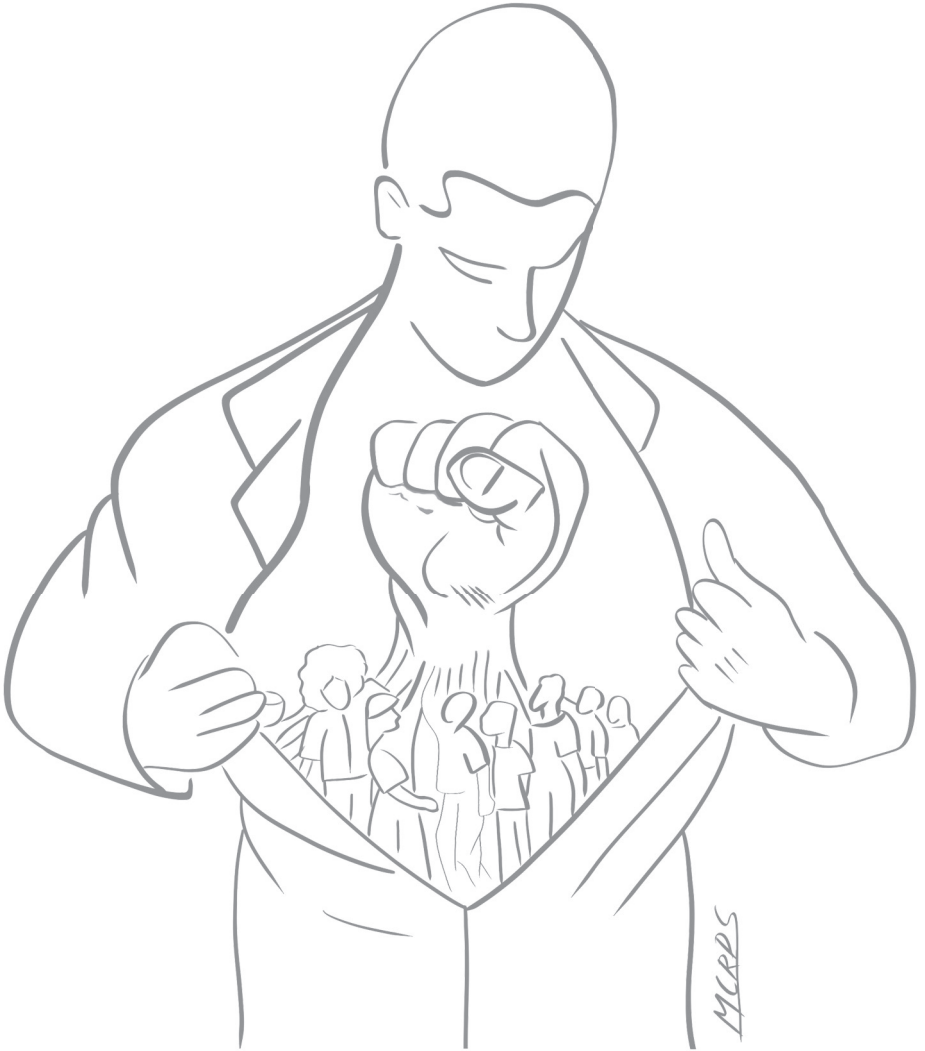
COLUNA OPINIÃO

Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos &
Movimentos Sindical e Sociais



**TEXTOS ESCOLHIDOS PELOS AUTORES
2019/2020**

Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito
Multiplicadores de Visat



COLUNA OPINIÃO

Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos &
Movimentos Sindical e Sociais

**TEXTOS ESCOLHIDOS PELOS AUTORES
2019/2020**

Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito
Multiplicadores de Visat

Copyright © 2021 by
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Assertiva Editorial Ltda.

Rua Nossa Senhora da Saúde, 287 - Cj. 25 Bloco 1

www.assertivacriativa.com.br

Diagramação: Alex Franco / franco.alex@gmail.com.br

Capa e Ilustrações internas: Maria Carolina Reis dos Santos / reismariasantos20@gmail.com

Tiragem: 150 exemplares

Comissão Organizadora e Editorial

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Luciene de Aguiar Dias

Rosângela Gaze

Isabella Maio

Vinícius Pegorari

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Coluna Opinião [livro eletrônico] : textos escolhidos pelos autores 2019/2020 / [organização Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos]. -- São Paulo : Assertiva Editorial, 2021.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-993622-0-0

1. Ambiente de trabalho 2. Artigos - Coletâneas 3. Doenças ocupacionais 4. Saúde ocupacional 5. Saúde pública 6. Trabalhadores - Saúde I. Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel de.

21-55131

CDD-363.11

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde : Trabalhadores : Artigos : Coletâneas
363.11

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
2021

APOIO:



Ministério da Saúde e Fundo Nacional de Saúde



Projeto Multiplicadores de Visat (Projeto ENSP-024-FIO-18)



Fundação Oswaldo Cruz



Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca



Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural



Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito RJ

SOBRE OS AUTORES

Eguimar Felício Chaveiro

Doutor em Geografia Humana. Livre-docente da UFG/Universidade Federal de Goiás.

Ricardo Fernandes Gonçalves

Doutor em Geografia. Professor UEG /Universidade Estadual de Goiás. Pesquisador do Grupo PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

Diego de Oliveira Souza

Doutor em Serviço Social/UERJ. Professor do PPGSS-UFAL/Maceió e da Graduação em Enfermagem/UFAL/Arapiraca.

René Mendes

Médico e Professor. Presidente da ABRASTT (Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora). Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Gideon Borges dos Santos

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana. Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz.

Annibal Coelho de Amorim

Médico. Doutor em Saúde Pública.

Francisco Antonio de Castro Lacaz

Doutor em Medicina. Professor Titular Sênior da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP.

Luizinho do EISA

Metalúrgico. Ativista Sindical.

Ernani Costa Mendes

Fisioterapeuta INCA/Ministério da Saúde. Doutor em Ciências da Saúde ENSP/Fiocruz.

Fabritzio Fävasch Rodriguez

Ativista Social e Sindical. Observatório do Trabalho Latino-americano.

Marcos Besserman Vianna

Coordenador do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da ENSP/Fiocruz.

Leila Uruhay Grienz

Psicóloga Social. Radialista.

Bruno Chapadeiro

Pós doutorando em Saúde Coletiva. Escola Paulista de Medicina / UNIFESP. Professor do PPGPS/UMESP e secretário geral atual da diretoria da ABRASTT.

Ildeberto Muniz de Almeida

Faculdade de Medicina de Botucatu / UNESP.

Siro Darlan

Desembargador do Tribunal de Justiça / RJ. Membro da Associação Juízes para a Democracia.

Editores da Coluna Opinião

ÍNDICE

ONDE ANDA ERI? NOTAS SOBRE OS DESLOCADOS DO MUNDO	15
A ARTE DA SAÚDE DO TRABALHADOR	17
A ESTUPIDEZ DA DICOTOMIA	19
COMO OLHAR UM CACHORRO LOUCO	22
UNA LLUVIA EN SIERRA MAESTRA	24
TERRITÓRIOS FRATURADOS, CORPOS FERIDOS: TRÊS ANOS DO DESASTRE EM MARIANA, MG	27
LÁGRIMAS DE NÍOBE. O NIÓBIO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO COMPULSIVA	28
BRUMADINHO (MG), O DESASTRE QUE NÃO PASSOU: UM RETRATO DO BRASIL REAL	31
COM TECNOLOGIA, “MORTE E VIDA SEVERINA” HOJE EM DIA!	34
SAÚDE E IDEOLOGIA: EU QUERO AS DUAS PARA VIVER!	36
VISTO AZUL, PORQUE EU SOU É HOMEM! POR QUE EU SOU É HOMEM?	38
“POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA, OS MALES DO BRASIL SÃO”	40
CONHECER OS “SOLDADOS DESCONHECIDOS”, MORTOS NA LUTA CONTRA A COVID-19 NO BRASIL: DIREITO DELES, DEVER NOSSO!	42
AUTOEXAMES DE PRÉ-NATAL	45
A ASSUSTADORA PREVALÊNCIA DO PENSAMENTO “ZOO LÓGICO” NA GESTÃO DE PESSOAS	47
“ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER” OU “CERTEZA DE MORTE ANTES DA HORA”?	49
FORMAÇÃO HUMANA E RINOCERONTITE	52
QUANDO O EU ENCONTRA A DIFERENÇA	54
“EU NÃO CONSIGO RESPIRAR”	58
ENTRE PESSOAS E PALAVRAS	61
“COM TODO O RESPEITO...”	64
A PALAVRA TARJA...	66
QUE PALAVRA É VOCÊ?	68
FUTURO DO TRABALHO: QUESTÕES EM DEBATE NA COMISSÃO GLOBAL DA OIT E (CONTRA) REFORMA TRABALHISTA (PARTE 1)	71
FUTURO DO TRABALHO: “UBERIZAÇÃO” DO MERCADO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A PROTEÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES (PARTE 2)	73
FUTURO DO TRABALHO: IMIGRAÇÃO VIRTUAL, GLOBALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO (PARTE3)	75
SAÚDE DO TRABALHADOR E LUTA DE CLASSES	77
TRANSTORNO MENTAL É A 3ª CAUSA DE AFASTAMENTOS DE TRABALHO	80
O GASTO ESTRATOSFÉRICO DOS ACIDENTES DE TRABALHO	82
A BARBÁRIE: OS 6 MESES QUE ESTÃO RETROCEDENDO 50 ANOS	84

RESISTIR É PRECISO... DITADURA FAZ MAL AO BRASIL	86
A PRISÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS POBRES	88
BEM ME QUER, MAL ME QUER	90
A COMPAIXÃO COMO CARRO CHEFE	91
SOMOS BRASILEIROS E SEMPRE SOUBEMOS DAR NOSSO JEITINHO	92
ROSAL PRINCIPAL	94
MARIA ISABEL	98
QUANDO O CONTÁGIO VIRA EXTERMÍNIO	100
“LIBERDADE É O DIA DE HOJE”	102
O MENINO QUE LIMPA PARA-BRISAS	106
VIOLÊNCIA SOCIAL E FÉ RELIGIOSA (PARTE 1)	109
VIOLÊNCIA SOCIAL E FÉ RELIGIOSA (PARTE 2)	111
VIOLÊNCIA SOCIAL E FÉ RELIGIOSA (PARTE 3)	113
É HORA DE BRINCAR	116
VIOLÊNCIA E BRINCAR: POLÍCIA OU LADRÃO	118
A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	121
POR ENQUANTO... EM TEMPOS DE COVID-19	123
MEU AVÔ E O TRABALHO	125
AINDA MEU AVÔ: OS PASSARINHOS	127
A VOZ (I)	129
A VOZ (II)	132
O QUE O SETEMBRO AMARELO NÃO DIZ	134
OUTUBRO ROSA RELACIONADO AO TRABALHO	137
NOVEMBRO AZUL RELACIONADO AO TRABALHO	140
DEZEMBRO PRETO	142
ACIDENTES ESPERANDO PARA ACONTECER OU “AH DOUTOR! AQUI, O BELISCÃO É NORMAL”	145
DESAFIOS DA ANÁLISE DE ACIDENTES DO TRABALHO (AAT)	147
VALE E CAMINHOS DO SISTEMA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NO BRASIL	149
ACIDENTES QUANDO A SEGURANÇA DO SISTEMA MELHORA	151
DOM PEDRO CASALDÁLIGA, BISPO EMÉRITO DA PRELAZIA DE SÃO FELIX	154
PAULO FREIRE	157
MARIA NILDE MASCELLANI	160
SAROJINI NAIDU	162

APRESENTAÇÃO

Este livro com uma coletânea de textos da Coluna Opinião consolida o desejo de se fazer do espaço de opinião (do Blog Multiplicadores de Visat - www.multiplicadoresdevisat.com) um espaço de realização de desejos. Nascida com uma proposta distinta da de apenas “formar” opinião, a Coluna Opinião surge como espaço de informação e análise crítica da própria realidade formadora e deformadora das subjetividades humanas e, portanto, de opinião. Opinião, inclusive que, uma vez consolidada, ela própria poderá deformar a realidade, afastar pessoas do convívio fraterno e eleger presidentes da república, no grau máximo da escala de poder político que, eventualmente, como em nossos tempos atuais, deforma o Estado de Direito.

A publicação pretendeu registrar aqueles colunistas que, no período de janeiro de 2019 a julho de 2020, estiveram mais presentes com suas opiniões, demonstrando o carinho e a assiduidade com a proposta de abrirem seus corações na Coluna. Assim, os colunistas convidados, em número de 16, foram aqueles que publicaram mais de 10 textos no período. Bom seria que todos os textos de todos pudessem aqui estar. São obras curtas, sintéticas e cheias de conteúdo informativo e emocionado.

A impossibilidade material de trazer, nesta publicação, os 216 textos desses 16 colunistas obrigou a reduzi-la a 4 (quatro) textos por autor. Cada um dos colunistas fez a sua própria seleção. E o resultado aqui está: 64 textos primorosos. O time é de primeira grandeza. Muitos são referências nas áreas em que atuam, dentro do temário proposto na Coluna Opinião que não custa lembrar: as relações entre saúde, trabalho, ambiente, direitos humanos e os movimentos sindical e sociais. É curioso observar a predominância maciça do sexo masculino. Não foi por preponderância de convites direcionados “sexualmente”. Ao contrário. Muitas mulheres, companheiras, professoras, militantes foram convidadas a frequentar a Coluna. Só uma pôde vir. Talvez o fato reflita a realidade do poder masculino na nossa sociedade, talvez as conhecidas duplas e triplas jornadas da mulher tenham sido um impeditivo, talvez tenha sido casual. De qualquer modo, a série de livros da Coluna Opinião, que segue neste livro, trará em algum momento de forma hegemônica a voz da mulher. Eguimar Chaveiro, Diego Souza, Ricardo Gonçalves, Annibal Amorim, René Mendes, Luizinho do EISA, Siro Darlan, Ernani Mendes, Fabrizio Rodriguez, Leila Grienz, Francisco Lacaz, Gideon Borges, Marcos Besserman, Ildeberto Muniz, Bruno Chapadeiro e os próprios Editores compõem com suas produções uma única opinião: complexa, diversificada, às vezes contraditória, veemente, indignada, técnica muitas vezes, esclarecedora, elucidativa, erudita vezes outras, combativas, provocadoras, reverentes e também irreverentes, emocionadas, poéticas, líricas, musicais, sensíveis, apaixonadas e, principalmente, unânimes na defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores. A ordem dos nomes segue a ordem do livro, obedecendo ao número total de textos publicados na Coluna Opinião. Os que estão por aqui são bem menos dos que continuam lá na Coluna esperando para serem lidos e, quem sabe, constarem de outra publicação.

NOTAS EXPLICATIVAS

Razão de Ser

A Coluna Opinião é abrigada no Blog Multiplicadores de Visat, um dos instrumentos do projeto de formação continuada de agentes públicos de Vigilância em Saúde do Trabalhador, em todo o Brasil, desenvolvido há muitos anos junto à Fundação Oswaldo Cruz, com apoio do Ministério da Saúde. Trata-se de iniciativa voluntária da equipe que participa do projeto de formação, sem qualquer vínculo financeiro ou dependente de patrocínio com qualquer instituição. Foi concebida como apoio para o debate do Fórum Intersindical de Saúde-Trabalho-Direito do Rio de Janeiro (FIS), que congrega sindicatos de trabalhadores, instituições acadêmicas e instituições públicas de saúde. O FIS, também iniciativa voluntária como instrumento de apoio para formação, do mesmo modo, não possui qualquer dotação orçamentária própria de qualquer instituição ou de qualquer ordem.

Já o presente livro, como instrumento de formação continuada concebido para o projeto de formação de multiplicadores, atualmente em curso, está previsto na meta orçamentária “Produção de Material Didático”, conforme especificado no projeto ENSP-024-FIO-18. Seu formato virtual, abrigado no Blog e disponível com acesso aberto a quem queira disponibilizar, desde que sem fins comerciais, tem também um formato impresso na tiragem de 150 exemplares. Seu objetivo exclusivo é servir como instrumento de formação continuada para todos os que estudam, trabalham e militam nos campos de conhecimento tratados na Coluna Opinião.

Com quem?

Por se tratar de instrumento de (in)formação crítica direcionada a trabalhadores, militantes sindicais e dos movimentos sociais, profissionais de saúde, direito e demais áreas do conhecimento e estudantes em geral, inclusive de pós-graduação, a abordagem dos temas da Coluna Opinião foge à produção tradicional de conhecimentos acadêmicos e científicos. Habitualmente, a academia transmite sua produção, em geral, por intermédio de textos extensos, eruditos e de acesso elitizado e restrito. As mídias jornalísticas tradicionais, vinculadas a formas protocolares e mercantis, por seu turno, nem sempre trazem a palavra direta, objetiva, sintética e despojada de influências políticas e econômicas, especialmente quando relacionada ao temário da Coluna Opinião: Saúde, Trabalho, Ambiente, Direitos Humanos e Movimentos Sindical e Sociais. Do mesmo modo, as redes sociais, hoje hegemônicas em matéria de alcance, são geralmente sintéticas e com baixa confiabilidade, em matéria de (in)formação crítica. O domínio da virtualidade em nossas vidas coloca uma profusão de sites, blogs, páginas e outras modalidades informativas de alto nível (in)formativo crítico, mas, muitas vezes, com acesso

restrito, ora por exigir contribuição obrigatória ou, mesmo, voluntária, ora por ser atravessada por mensagens de marketing de várias ordens. Desse modo, a Coluna Opinião se configura com uma certa singularidade no espaço de (in)formação crítica na temática proposta. Com edição diária (exceto sábados, domingos e feriados nacionais), escrita concisa, oscilando na média de 800 a 900 palavras, e dezenas de colunistas, o seu espírito é o de se constituir em espaço de debate em salas de aula, reuniões de trabalho, fóruns e reuniões de militância e, mesmo, no bate-papo entre amigos. De janeiro de 2019 a julho de 2020, encerramento desse livro, tivemos 16 colunistas, do total de 67, que mantiveram uma assiduidade no envio de suas contribuições. É um grupo representativo que pensa e transforma em suas áreas de atuação. Este livro é mais um instrumento pedagógico histórico e diversificado.

ONDE ANDA ERI? NOTAS SOBRE
OS DESLOCADOS DO MUNDO

14/08/2019



Na pré-adolescência, no começo da década de 1970, em Trindade-Go, como quase todos os adolescentes masculinos daquela geração, eu tinha um sonho: ser jogador de futebol. O sonho, como esfera mirabolante, amiga da imaginação, me levava de Trindade ao Rio de Janeiro: o Maracanã estava lotado; a torcida embevecida ria, pulava, cantava, chorava. Eu havia feito o gol decisivo. Contudo, a realidade seca e rente da minha vida era outra: vínhamos de uma falência; o meu pai lutava contra o alcoolismo. Com apenas o primário realizado, o pai vivia biscateando trabalhos informais, fazendo uma coisa ou outra possível; a minha mãe vendia doces; eu e o meu irmão vendíamos banana e pequi nas ruas. Era uma vida difícil, mas o sonho de ser jogador de futebol dava chutes na rua. Foi nas peladas de rua, nos tempos dos memoráveis jogos que vazam as noites, que conheci Eri. Ele era tímido, ressabiado, taciturno e concentrado nos jogos. Certamente que pelo critério da timidez, de classe social e também de origens, fizemos uma grande amizade. A tabela do campo logrou a comunhão na vida. Logo fui saber: ele morava na casa do fazendeiro do qual o seu pai era agregado. A sua mudança - da casa do pai da fazenda para a casa do patrão - era para, mesmo pré-adolescente, cuidar dos filhos do fazendeiro, lavar a sua casa e limpar o seu quintal sem nenhuma remuneração. Um dia Eri voltou para a casa dos pais para acompanhá-los, pois o fazendeiro os havia despejado da fazenda. Nunca mais o vi. Ficou a memória da amizade; ficou a interrogação: onde anda Eri? Mais tarde me tornei professor de Demografia. Há quase 30 anos que consta no meu programa de disciplina a interrogação da existência de milhares de deslocados: onde anda Eri? Disseram-me que é possível ver o Eri na favela da Rocinha-RJ; em Ceilândia-DF; Paraisópolis-SP; em Jurunas, em Belém do Pará; e nos confins infinitos da periferia de Aparecida de Goiânia-Go. Me disseram também que o Eri tornou-se senegalês e está vendendo óculos na praia de Copacabana-RJ; é boliviano no trabalho escravo na indústria têxtil de São Paulo; é haitiano pedindo esmola em Macapá-AP; é venezuelano em acampamentos em Manaus-AM. O Eri é refugiado de guerras e enfrenta barreiras naturais, distâncias, perigos, os mais diversos.

É chamado pela senha xenófoba de “ladrão de lugar”, pois, no desespero causado pelas crises econômicas e pelo desemprego estrutural do atual sistema, abandonou a família e atravessou o Atlântico em direção aos países ricos vivendo com medo da polícia e sem se comunicar face à diferença do idioma. O Eri é violentado no quesito dos direitos humanos; desenvolve quatro jornadas de trabalho em Londres, todas precárias para, em função da diferença da libra esterlina com o real, poder enviar, mês a mês, um pouco de dinheiro para a sua mãe tratar o câncer causado por agrotóxico, expediente que enriquece os latifundiários modernos do Brasil, líderes atrasados da banca ruralista, essa que há 20 anos não paga as dívidas contraídas do Estado. O Eri é um sonhador

avesso: antes sonhava mudar para um país capitalista rico e sanear os seus problemas primários, como comer, morar, estudar, ter autonomia financeira; hoje sonha regressar, embora, sem condições de financiar o retorno, é obrigado a esconder o fracasso. O Eri é um emigrante brasileiro. É também um imigrante peruano, congolês, boliviano. O Eri foi para a Europa tentar a vida daquele país que enriqueceu colonizando o seu país. Ele é, por isso, um registro do aumento da xenofobia no mundo; das condições precárias de vida; do crescente número do tráfico de pessoas. O Eri faz parte de uma estatística: mais de 195 milhões de pessoas moram fora de seus países de origem. Expropriados dos seus lugares, os imigrantes enfrentam uma estrutura: neste sistema o capital possui liberdade de circulação, não se detém nas fronteiras dos seus países, mas o trabalho é aprisionado. O capital possui livre circulação, o trabalho possui muros. O Eri viu o século XX proclamar a sede de liberdade pelo socialismo, pelo avanço científico, pela conquista espacial, pela incrementação dos direitos humanos. Contudo, foi arrebatado pela profunda monopolização de capitais, terras, mercadorias; por crimes hediondos impostos por ditaduras militares; por campos de concentração como Auschwitz, Gulag; pela erosão genética e contaminação das águas; pela violência social e urbana; pela pobreza e seus circuitos: a falta de assistência de saúde, a escolarização precária, o medo de viver. O Eri vive no cárcere do deslocamento. Embora possua olhar triste e faminto por entregar sua vida à mira preconceituosa daquele que oprime ou rende-se à opressão e a uma estrutura social injusta, Eri é a razão de que o grito de liberdade não pode calar. O Eri é uma lição: o mundo não pode ter dono e só derrubando a pátria para todos sermos irmãos.



A ARTE DA SAÚDE DO TRABALHADOR

22/03/2019

Não foram poucos - artistas, filósofos, intelectuais, militantes - que defenderam
a total núpcia entre vida e arte

– artevida –.

Esse casamento, tão sonhado por amantes
da liberdade e da vida intensa,

em ocasiões diversas, sublinhou outra fusão:

estética e crítica

– esteticrítica –.

Mas o que significa isso?

Um pouco de sal do rosto do trabalhador na imagem romântica do filme; sonhos harmônicos da valsa vienense na panela de feijão de dona Maria; suor espesso do gari na apoteose do poema:

“o gari é limpeza,
é franqueza, é beleza”.

E a lição: poesia mastiga ferro
com dentes de lua.

Os calos do pedreiro como açoites eróticos do Tango;
o olho do professor na mira de
Sierra Maestra;

mil rodopios do vendedor de picolé como um jongo da Serrinha.

O trabalhador precisa sambar;
o bisturi do médico aveludado com o canto de Neruda em Isla Negra...

O trabalho no frenesi
das cores trepidantes de Van Gogh.

A vida é cromática.

Gritos de esfomeados;
operários em greve;

colisão de veículos com sangue
exposto no asfalto;

mãos decepadas de cortadores de cana;
rosto carcomido

de pescadores de São Bento;
pés descalços batendo a uva;

prego nos dedos no último andaime...

vida total, sentida, interpretada, aberta ao exercício amoroso da liberdade:
eis a arte do trabalhador.

A arte não pode mentir.

– Arte? –

A arte é uma forma de transgredir as forças normativas e de romper o casulo de uma vida
de Estado;

é frequentemente o que se tem para gerar fôlego nos interstícios da sociedade de controle,
outro movimento do corpo inclinado ao gozo e ao sentimento, ação criadora do espírito,
esse espírito que vai à lua para lamber a terra.

O trabalhador precisa de arte

- e faz arte a sua arte, quando não aceita ser sufocado pela exploração -;
quando pega nas mãos do Outro

e adquire coragem para defender os seus desígnios.

Isso pode se chamar
sensibilidade insurgente.
Como quis Mário Quintana,
quando não entende um olhar
não adianta pedir explicação.

A saúde do trabalhador é arte quando ética, estética e crítica se juntam.

Quando sensibilidade e interpretação
tornam-se uma coisa só;
quando a história do trabalhador,
em sua própria voz, é outorgada
como patrimônio estético e cultural;
quando a luta é significada
como a realeza estética.

O que há de mais bonito do mundo.

Quando a vida coletiva dissipa o medo.

A saúde do trabalhador é arte quando os pés estão fincados no real e a imaginação, louca amante da liberdade, traça o desenho da utopia, traça-o com punhos erguidos.

E língua salivando. Saliva e desafia.

Pode-se parafrasear o escritor baiano

Alan Oliveira:

“Saúde do trabalhador
é um porre de liberdade”.



A ESTUPIDEZ DA DICOTOMIA

12/09/2019

Todos, no atual período da vida brasileira, independentes de crença religiosa, vínculos ideológicos, formação intelectual, ou qualquer outro dispositivo que se refere ao sujeito humano, está lançado num ambiente tóxico. A toxidez está presente nos alimentos envenenados, por isso, comer, em muitos casos, pode ser um fator de adoecimento; está presente nos perigos de uma sociabilidade envenenada mediada pelo vício e pela compulsão às redes. A toxidez é produto da violência social, urbana e simbólica; é uma ameaça face à instabilidade do sistema financeiro internacional e do grande cassino global

que, como um jogo, estimula o desemprego estrutural, eleva a economia ao grau máximo de competição, exige a elaboração de negociatas entre Estado e corporações, retira o capital do sistema produtivo e torna a crônica instabilidade econômica um componente da crônica instabilidade da vida.

A vida tóxica – ou intoxicada –, no caso do Brasil atual, possui outro diagrama merecedor de uma reflexão: a estupidez da dicotomia. Pode-se dizer de outra maneira: a dicotomia alavanca a estupidez. Vale antes esquematizar o modo pelo qual a dicotomia se constitui e se expressa. A essência do pensamento dicotômico é fechar o mundo em dois polos implacavelmente antagônicos: o bom ou mau; o céu contra o inferno; o inteligente ou o burro; a salvação ou o pecado; o vitorioso ou o fracassado; o mito ou o reles. A adesão total a um polo, de olhos fechados, sem crítica ocorre negando, pejorando, afastando e alijando totalmente o outro.

A realidade se torna uma figura de apenas duas partes excludentes e incomunicáveis. Ao criar um mundo de duas partes incomunicáveis, o pensamento dicotômico destitui o processo; fecha os olhos às tensões e à complexidade que estão presentes em qualquer ser humano. E em qualquer evento social. Há na raiz da postura dicotômica um sentido de valor: se o que presta, interessa e possui significação, é apenas a posição na qual o sujeito se encontra, então o Outro deve ser alijado, exterminado. Nasce daí o ódio como produto da cegueira dual. A desqualificação do Outro, sustentada pelo endeusamento de si, faz da violência cognitiva, simbólica e ideológica, um artefato estimulador da violência física: “aquele que não pensa como eu deve ser banido”.

Produz-se, então, a postura autoritária e de discernimento frágil da realidade e do mundo. Acusar o Outro colocando-se a si como centro do universo, alijá-lo, exterminá-lo, leva o sujeito a perder a autocrítica ou a elaborar uma crítica agendada, adestrada e moralista. Estático em sua posição - pois não pode rever o que pensa, o que fala, o que observa - transforma o precioso bem humano, a capacidade de pensar, no móvel da estupidez. Essa é cunhada pela incapacidade de interrogar, de duvidar, de escutar - gradientes do pensamento íntegro, curioso, apaixonado em interpretar bem a realidade.

O estúpido, assim, deixa de ser sujeito. Embora imagina que é o dono da verdade, é apenas um comprador de uma verdade externa, pois alienou a sua capacidade de interrogar. O estúpido não pensa com autonomia. Atarraca-se numa posição impassível. Muitos autores, epistemólogos, literatos, pedagogos, educadores populares e cientistas de vários campos do conhecimento, com o prodigioso avanço do conhecimento científico no século XX, especialmente com as descobertas da teoria da relatividade de Einstein (1905), da física quântica, de Heisenberg (1925), e da incerteza, de Galbraith (1977); e também dos avanços da compreensão dialética no

qual Hegel (XIX) relê Heráclito, Marx relê Feuerbach (XIX), no século XIX; o avanço na compreensão da natureza, desde Darwin (XIX) até a invenção da Psicanálise por Freud, no começo do século XX, mostraram que a dicotomia é uma postura ligada mais à moral que ao discernimento; à raiva mais que à crítica; a uma visão estática ao invés de processual.

Mas, no Brasil atual, a dicotomia se assanha em esquemas estúpidos: qualquer sinal de crítica ao autoritarismo e ao encantamento fascista do atual poder dominante parece fechar os olhos aos problemas graves do governo petista, inclusive, o de corrupção; qualquer leitura de alguns avanços sociais encetados pelo governo petista parece retirar a autoridade para fazer uma crítica ao governo bolsonarista conservador. Em muitos casos a crítica à Bolsonaro supõe - na ordem do pensamento dicotômico - uma defesa cega ao governo petista.

Delegar apoio de olhos fechados, em reflexão a um polo a ou outro desemboca facilmente na estupidez. Em ambos os casos, a veia redutora da reflexão e o modo de externalizar a polarização, além de empobrecer a lucidez, transforma o que deveria ser reflexão em violência. Pode-se dizer: promovem um apagão da rica mentalidade brasileira. De repente fecha-se os olhos para eventos históricos de extrema violência como a tortura, o exílio, o assassinato de lideranças sindicais e camponeses; fecha-se os olhos a uma das maiores desigualdades sociais no mundo; ao domínio atrasado e atávico da patronagem oligárquica; fecha-se os olhos às guerras covardes dos países ricos impetradas contra os países pobres; ao escravismo; ao preconceito racial e social, em nome de um ódio - dicotômico - contra a esquerda reduzida ao petismo.

Por outro lado, pode-se fechar os olhos às negociatas entre Estado e bancos; ou ao balcão de negócios entre empresas, congressos e Estado na gerência que o PT - Partido dos Trabalhadores - fez no país. Ou a sua fragilidade para enfrentar problemas estruturais da sociedade brasileira. A dicotomia consagra a estupidez, entristece a criatividade, faz, como bem advertiu Paulo Freire, “o oprimido hospedar o opressor em sua consciência”. A dicotomia empobrece a leitura processual das contradições do Brasil; retira o pensamento dos vínculos filosóficos e epistemológicos, ignorando os avanços das descobertas científicas e reduzindo a leitura da complexidade da política e do ser humano em apenas dois polos. O pior do estúpido é ser violento. Como se sabe, desde Einstein, “a violência fascina os seres moralmente frágeis”. A violência, filha da estupidez, entristece.

A tristeza é também um tóxico.



COMO OLHAR UM CACHORRO LOUCO

15/06/2020

Quando eu era criança, a partir de junho eu me preparava: em agosto, sem dó e sem pena, eles chegariam, eles, os cachorros loucos. Em agosto os cachorros loucos sairiam desembastados pelas ruas procurando gente, perseguiriam também seus próprios irmãos cachorros, gatos, ratos e, inclusive, árvores, para mordê-los sem nenhuma piedade.

Ao morderem - pensavam os cachorros loucos da minha infância - a sua loucura seria multiplicada e, ao multiplicá-la, cumpririam o seu grande objetivo: enlouquecer o mundo, gerar o mundo do cão louco. Logo depois fui aprender: todo psicopata vê o mundo a partir de sua psicopatia, o perverso quer perverter o mundo. Com frequência, os doentes querem adoecer o mundo. A loucura dos cachorros loucos, portanto, era um modo de ver o mundo... Certa vez o prefeito da minha cidade construiu um canicômio. Haveria de fazer alguma coisa, já não se conseguia enjaular os cachorros loucos.

Depois descobrimos: tal prefeito havia lido o livro *O Alienista*, de Machado de Assis. Entretanto, nem a leitura de Machado, muito menos o canicômio conseguiram promover uma solução: a loucura, uma vez instaurada, é difícil de ser saneada. E pior: pode haver cães oprimidos que acreditam que a loucura do dominante é a sua solução. Por meio dessa crença, os oprimidos latem cegamente com a voz do opressor. Como se vê, ninguém está a salvo da loucura, pois ela pode encantar os que não possuem a consciência de sua classe. Mesmo protegido pelos meus pais cheguei a ver alguns cachorros loucos.

Tinham olhos de ódio, eram ressentidos, magoados, faziam a sua política - de transmitirem a sua loucura por mordidas babentas - baseando-se na personalidade autoritária, conceito bem definido pelo filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão Theodor Adorno. A personalidade autoritária não aceita o diálogo, nem o que é diferente e, pior, atua para contaminar os pobres de espírito. Exercem a sedução moralista. Os cachorros loucos, mergulhados no ódio, como representantes ativos da personalidade autoritária, não se importam com sexo, com festa e muito menos com solidariedade. Querem mostrar força a encastelarem-se narcisicamente no seu poder nefasto. Sob a paranoia odiosa jamais aceitam o diálogo, a reflexão, a interrogação de suas verdades petrificadas.

Ao fazerem tabela com o delírio louco da massa, manietando-a, os cachorros loucos saíam, em agosto, às ruas, para defender ditaduras militares, seja no Chile, na Argentina e, especialmente, no Brasil. Latiam com focinho de Hitler para insultar quem, por acaso, quisesse a lucidez, a sensibilidade, o amor solidário. Elogiavam a tortura, do mesmo modo que se colocavam como bastião moral da pátria. Amavam cantar o hino nacional e dar continências. Para isso, num tremendo disfarce, às vezes latiam em forma de louvorzões; ou

fingiam que rezavam, proferindo insultos a tudo o que parecia diferente de sua loucura covarde.

Certa vez, uma matilha de cães, com fardas roubadas do exército, foi para a rua homenagear Auschwitz. Os cachorros loucos amam a morte. São sádicos, vivem da dor do outro. Inclusive, da morte dos pobres. Um dia, com muita pesquisa, inventaram uma vacina contra o enlouquecimento dos cachorros. Aliás, nessa pesquisa descobriu-se que os cachorros loucos, com armas em punho e impróprios na boca, queriam todos ser Pitbull no seu país, mas eram, de fato, pequenas gazelas frágeis e dóceis diante dos cachorrões dominantes dos Estados Unidos da América. Com a vacina, na minha cidade não há mais cachorros loucos em agosto. Ou seja: agosto não é mais o mês do cachorro louco. Contudo, houve um problema mais grave que a loucura canina da minha cidade. Algumas pessoas ficaram com germens da loucura canina daquele tempo. Essas pessoas estão por aí em vários lugares; estão no Estado, nas instituições, nos ministérios, nas igrejas, nas entidades governamentais de cultura. Por isso, somos governados pela insanidade - e há quem a aprove -.

E não há vacina para conter a ânsia de poder dos loucos afetados pelos cachorros loucos. Essas pessoas originadas dos cachorros loucos de minha cidade agem com a personalidade autoritária, vestem-se como as pessoas comuns, oram, embora ricos falam de maneira simples, fingem proximidade com a massa porque querem a sua cumplicidade mórbida. Urge, pois, que saibamos ver um cachorro louco. Aliás, urge que saibamos aprender a ver essas pessoas que possuem a personalidade autoritária dos cachorros loucos. Essas pessoas querem nos morder com o seu ódio. Depois de estudar a matéria durante quatro décadas, posso lhes apresentar algumas pistas para se ver um cachorro louco. O cachorro louco possui um narcisismo extremo; age para exterminar todo aquele que não faz parte de seu time; cria uma fixação por um inimigo e se coloca como um mito. Demonstra autoridade pela força, mas é frágil para dialogar. Possui muito prazer em hipnotizar a massa. Beneficia-se do medo, por isso finge ser corajoso. Trabalha para ser representado como um super-homem; mente descaradamente. Considera que ainda vive na Casa Grande, e todos os seus opositores são os desvalidos das senzalas. Não se importa com a desigualdade social, com a pobreza, com a injustiça ambiental. Mostra-se como um animal, mas, sob um olhar profundo, nem é cachorro, é burro, porque em sua inocência burral e brutal não sabe falar de amor e liberdade.



Ricardo Fernandes Gonçalves

UNA LLUVIA EN SIERRA MAESTRA

11/04/2019



*Abrid los ojos pueblos ofendidos,
en todas partes hay Sierra Maestra.
(Pablo Neruda)*

Depois de duas experiências de viagem a Cuba, a primeira em 2015 e a segunda em 2018, entre os dias 21 e 30 de março de 2019 realizei a terceira viagem à Ilha revolucionária. Dessa vez, com o objetivo de conhecer melhor as paisagens e manifestações culturais do país, tive a oportunidade de passar por distintas regiões e cidades cubanas, desde Havana, Santiago de Cuba, Bayamo e Holguin, além de participar por 3 dias do Congresso Cubano de Desenvolvimento Local, da Universidade de Granma, em Bayamo. Ademais, em um dos dias da viagem, junto a mais cinco amigas e amigos brasileiros, caminhamos nas altitudes de Sierra Maestra. Motivados por um trabalho de campo nos deslocamos da cidade de Bayamo à Comunidade de Santo Domingo, uma localidade nas mediações da Comandancia de la Plata, onde Che Guevara, Fidel Castro e outros montaram a base da resistência guerrilheira.

Chegamos em Santo Domingo no final da manhã e, após um lanche rápido e acompanhados pelo guia Luis Enrique, iniciamos a incursão geográfica entre os vales, passagens escorregadias por córregos e as alturas da Sierra. Estava consciente: na ilha cubana, quem tem apreço pela vida, não vê, não sente e não pensa sem amar. Ao adentrar as trilhas, entre áreas de vegetação densa ou nas proximidades de pequenas roças cultivadas por camponeses, nossos pés também avançavam na própria matéria do tempo diante dos relatos do Guia sobre a posição estratégica das montanhas, as batalhas, a covardia dos colaboradores do ditador Fulgêncio Batista, a irmandade de trabalhadores e a coragem dos guerrilheiros barbudos. Entre os vales ricos em água e de solos férteis, os camponeses ergueram casas, cultivam hortaliças nos quintais, criam animais domésticos e plantam milho, cafezais e bananeiras. No mesmo local, o governo construiu postos médicos e escolas. Assim, a população vive e trabalha de maneira comunitária e coletiva, distante da movimentada Havana.

No início da caminhada o céu cobria a Sierra Mestra com um azul límpido e sedutor. Nos horizontes alcançados por nossos olhares abria-se o luxuoso verde da vegetação frondosa. Poucas nuvens tocavam os picos das serras mais elevadas numa dança íntima com o vento. Alguns pássaros voavam em coreografia enquanto outros cantarolavam escondidos nos galhos das árvores. O calor do sol tocava o corpo cansado de cada membro do grupo até que chegamos ao ponto almejado após cerca de seis quilômetros de trilhas. O banho em uma pequena cachoeira nos deixou prontos para a volta.

De súbito, o claro azul do céu se estampou de um escuro cinza. As nuvens densas e escuras vaticinaram o que foi inevitável: veio a chuva, uma grande chuva, uma bela chuva. A rota da caminhada prosseguia e não houve o que fazer. O Guia foi diligente: arrancou da mochila expedientes de plástico para guardar celulares, câmeras e passaportes. Debaixo da chuva ininterrupta por aproximadamente 20 minutos, continuamos a caminhada molhados, alegres e corajosos. Ao fim do trajeto, o sol retomou o brilho e o céu descerrou a cor azul outra vez. A chuva em Sierra Maestra, um episódio repetido e experimentado por quem faz a caminhada naquelas circunstâncias, apresentou uma novidade: refletir a solidariedade como instância política. A paciência do Guia com o grupo somou-se ao cuidado e à observância dos passos entre as rochas molhadas enquanto caminhávamos juntos. A jornada era ao mesmo tempo inspiradora: sabíamos que nas lutas dos barbudos de Sierra Maestra as mãos estavam dadas. Na mirada dos sonhos dos revolucionários a luta era ideologicamente afirmada em nome do socialismo e de uma sociedade erigida no triunfo da solidariedade. Antes do êxito da Revolução Cubana em 1 de janeiro de 1959, as terras em Sierra Maestra pertenciam a latifundiários que lucravam com a exploração dos trabalhadores nos plantios de café e cacau. O domínio senhorial da terra alargava-se ao império da injustiça e expropriação de pobres mulheres e homens que decidiram enfrentar a estrutura exploratória à qual estavam submetidos e então apoiaram os revolucionários.

A solidariedade dos camponeses foi lembrada nos diários e discursos de Che Guevara e Fidel Castro. Também foi lembrada que com a redistribuição das terras nas montanhas e a reforma agrária em todo o país, continua sendo festejada sessenta anos depois pelo povo cubano. No momento em que o ódio, a ignorância, a fragmentação das resistências, o patrulhamento ideológico, o desemprego, o medo e o desprezo às diferenças proliferam no Brasil, urge refletir o sentido político da solidariedade. Arrancá-la dos dicionários e fazê-la ação revolucionária entre as trabalhadoras e trabalhadores, nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, bairros, ruas, praças e comunidades. Transformá-la em luta contra as desigualdades sociais, contra as injustiças, o sofrimento e a miséria. Lançá-la no solo como se fosse uma semente fértil e frutífera, generosa como uma lluvia em Sierra Maestra. Sejamos essas águas valentes e amorosas.



TERRITÓRIOS FRATURADOS, CORPOS FERIDOS: TRÊS ANOS DO DESASTRE EM MARIANA, MG

10/01/2019

No dia 05 de novembro de 2018 completou-se três anos do desastre socioambiental provocado pela empresa mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, que deixou um rastro de destruição irreversível na bacia do Rio Doce. Dessa maneira, lembrá-lo traduz um esforço para não olvidar os riscos da atividade extrativa mineral baseada na pilhagem dos bens comuns naturais e do trabalho. Evocá-lo para não manter invisíveis as dores de homens e mulheres que tiveram seus territórios fraturados e seus corpos feridos pela mineração, que continuam cindidos pelo alcoolismo e depressão, vivendo em moradias temporárias enquanto aguardam o reassentamento de suas famílias. Por conseguinte, o desastre socioambiental da mineração em Mariana exemplifica o resultado dramático do modelo econômico hegemônico, fundado no lucro, na acumulação dependentes da corrosão ambiental e do adoecimento dos trabalhadores.

Expõe ainda a maneira como as empresas mineradoras instituem o controle corporativo de territórios ricos em minérios para exportação e com mão de obra disponível para ser mercantilizada, reproduzindo historicamente a subordinação do Brasil à Divisão Internacional do Trabalho. Dois dias após o rompimento da barragem do Fundão, em novembro de 2015, desloquei-me para Mariana junto a outros pesquisadores e ativistas ambientais. As experiências de diálogos com militantes, jornalistas, moradores locais e trabalhadores impactados pelo modelo mineral brasileiro e pelo desastre expressavam ainda, ao caminhar por lugares atingidos por toneladas de lama de rejeitos que destruíram casas, escolas, quadras de esportes, praças, quintais, roças, áreas de pastagens e ecossistemas, foi possível refletir sobre a dinâmica econômica de morte exposta nas paisagens exauridas pelo desastre.

O contato direto com o município de Mariana e demais territórios impactados pela lama de rejeitos ainda permitiu constatar duas implicações centrais do desastre: primeiro, a cobertura nos meios de comunicação evidenciou a face de um país pouco conhecido pelos brasileiros. Vídeos e imagens de minas a céu aberto como feridas expostas na terra, grandes barragens de rejeitos e o caminho de devastação provocado pela lama circularam na TV e na internet. Milhões de brasileiros, organizados em movimentos sociais ou não, passaram a discutir a mineração, questionar seus impactos, perigos e lucros das corporações estrangeiras baseados na exploração e exportação intensivas dos bens comuns naturais do Brasil. Segundo, a escala espacial das implicações socioambientais do desastre evidenciou de maneira indubitável que os efeitos da mineração não se reduzem à mina. As áreas de extração de minérios estão conectadas por uma rede de infraestruturas representativa de riscos, especialmente em territórios ocupados por

populações empobrecidas e expostas à injustiça ambiental. Áreas para disposição de rejeitos da mineração, abertura de estradas, construção de minerodutos, ferrovias e portos são estruturas fundamentais para a mineração e impactam territórios e trabalhadores muito além do entorno das minas. Finalmente, após três anos do desastre não houve uma solução eficaz e capaz de agir no reparo ambiental dos territórios erodidos pela lama na bacia do Rio Doce.

Não houve ainda um reparo no direito das famílias e comunidades pela pilhagem dos seus lugares de existência, adoecimentos e morte de trabalhadores. Ademais, a estrutura de pilhagem das mineradoras no território brasileiro e, especialmente de Minas Gerais, não foi modificada. Os ritmos de extração dos minérios, fragilização das leis ambientais e trabalhistas, exaustão das águas e das paisagens locais, interesses por minerar em territórios quilombolas, indígenas e assentamentos rurais, conflitos agrários e expropriação de povos originários de seus espaços de vida coletiva, são cada vez mais agudizados.

Por outro lado, houve e está havendo uma estratégia de apagamento da memória do desastre, cuja estrutura mantém-se atualizada e tende a se aprofundar com a posse de um governo de extrema direita. Com efeito, a luta pelo revigoramento da memória do desastre se soma à luta pelos direitos dos trabalhadores e pelos reparos ambientais. Isso ainda toca o questionamento da relação entre o Estado, as corporações mineradoras e os desígnios do capitalismo relativos ao controle e apropriação privada dos componentes da vida. Problematização que requisita a compreensão do processo e da produção de uma consciência sobre o território brasileiro. Daí o encontro necessário entre o discernimento dos trabalhadores e a sua capacidade organizativa na defesa dos direitos humanos e dos bens comuns naturais para que outro desastre como o de Mariana / Rio Doce não se repita.



LÁGRIMAS DE NÍOBE

O NIÓBIO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO COMPULSIVA

21/10/2019

Ao abrir este texto, a leitora e o leitor que acompanham o que escrevo para a Coluna Opinião quiçá interroguem: o que o motivou a escrever sobre um metal, o nióbio? Ou então, qual a relação desse metal com uma personagem da mitologia grega, Níobe? As narrativas da mitologia grega dizem que Níobe, filha de Dione e Tântalo, e esposa de Anfião, rei de Tebas, distinguia-se por ser uma rainha de invejável fertilidade. Mãe de sete filhas e sete filhos, ela desfilava com seus catorzes rebentos e exibia beleza nas praças e palácios. Certo dia, os deuses

decidiram promover uma grande festa, na qual renderam encantos e presentes a Leto, mãe de Apolo e Ártemis. Enciumada pela atitude festiva dos deuses a Leto, Niobe zombou da deusa por ser mãe de apenas dois filhos. Indignada com a intrepidez de Niobe, Leto pediu a Apolo e Ártemis, exímios arqueiros, por vingança, que matassem todas as filhas e filhos da arrogante mortal. E assim procederam. Com efeito, apiedado com a agonia de Niobe, Zeus a converteu numa rocha cujas vertentes jorram água por nascentes eternas, como se fossem as lágrimas pela morte tétrica dos filhos. Desse modo, quando, no início do século XIX, pesquisadores ingleses descobriram um novo elemento da tabela periódica (de número 41) e, em meados do mesmo século atribuíram-lhe o nome de nióbio, o diferenciaram de outro metal, o tântalo, tiveram como referência as fábulas dos gregos. Todavia, foi só a partir da metade do século XX que o nióbio se tornou um recurso importante na geopolítica dos recursos minerais. Em países que controlam os avanços científicos e tecnológicos ou que possuem grandes investimentos em megaestruturas que demandam utilização de aço, a presença do nióbio é essencial. Logo, isso tem a ver com as diversas aplicações do metal em setores como o automobilístico, armamentista, aeroespacial e construção civil. Turbinas de aviões, automóveis, fios supercondutores, armas, pontes, torres de transmissão, painéis solares, torres eólicas, prédios, aparelhos de ressonância magnética e tubulações para gasodutos e oleodutos são alguns dos exemplos que contam com a aplicação do nióbio. Consequentemente, a participação do Brasil na rede global do nióbio dá-se enquanto fornecedor do metal para os países ricos e industrializados como a China, Estados Unidos e Japão. As duas maiores reservas mundiais em exploração localizam-se no território brasileiro, nos estados de Minas Gerais (Araxá) e Goiás (Catalão e Ouvidor).

No Brasil, três empresas são responsáveis por cerca de 86% da extração de nióbio e produção de ferro-nióbio (liga metálica composta por 65% de nióbio e 35% de ferro) no mundo, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) em Araxá-MG; a Niobras, do grupo chinês CMOC International Brasil, localizada em Catalão/Ouvidor-GO, e a Mineração Taboca, controlada pela peruana Misur, com mina e metalurgia localizadas em Presidente Figueiredo-AM (CBMM, 2019¹; IBRAM, 2019²). Apesar do protagonismo brasileiro na rede de produção global de nióbio, há em torno de 85 depósitos conhecidos e mapeados em diversos países como Austrália, Angola, Rússia, República Democrática do Congo, Arábia Saudita, Finlândia, Tanzânia, Nigéria, Malawi e Etiópia. Com efeito, o fato da existência de tantos depósitos ainda não explorados decorre fundamentalmente do cenário contemporâneo de oferta e procura. Apesar do aumento no consumo e surgimento de novas aplicações, o mercado do metal é restrito e a demanda até o momento é limitada. Destaca-se ainda, conforme a CBMM (2019) e o Ibram (2019)³, que a capacidade produtiva das empresas do setor é mais de duas vezes superior à demanda de mercado mundial.

Assim, não faz sentido aumentar a produção sem demanda crescente. Do mesmo modo, elevar os preços implica em diversas reações na extração, no mercado e no uso do

nióbio. Entre elas, viabilizar a exploração de reservas do metal que já são conhecidas em outros países; ou ainda, investir na aplicação de sucedâneos como titânio e vanádio. Por consequência, essas informações e dados contribuem para desmistificar diversos discursos ufanistas que orbitam o nióbio, especialmente o de que sua “exploração racional” é capaz de resolver o problema econômico brasileiro. Diante disso, a justificativa de que novas fronteiras extrativas do nióbio precisam ser abertas em outros territórios para contribuir com a “autonomia econômica do Brasil” é um álibi usado especialmente pelo atual governo para deslegitimar os direitos dos povos indígenas. Isso ocorre disseminando a ideia de que os povos indígenas e seus territórios são entraves para o desenvolvimento do país.

Portanto, afirmar que na Reserva do Morro dos Seis Lagos, que também abrange terras indígenas no município São Gabriel da Cachoeira-AM, é um estorvo para a economia brasileira, por conter grandes reservas do metal, colabora para aliciar a opinião pública e torná-la convicta de que é forçoso desfazer os marcos regulatórios que asseguram os direitos dos povos indígenas e seus territórios no Brasil. Em suma, isso atende aos interesses dominantes de grileiros, garimpeiros, madeireiros e das grandes empresas de mineração, energia e agronegócio. Sublinha-se, ainda, que a narrativa de empresas e governos sobre os “benefícios ambientais” da utilização do nióbio em produtos finais da indústria automobilística, ou usos em aços inoxidáveis e aços estruturais, oblitera outros efeitos na rede de produção do metal. Neste caso, a posição do Brasil na periferia da divisão internacional do trabalho revela as implicações da dependência histórica da exploração intensificada da natureza e dos trabalhadores.

Por exemplo, a precarização e os riscos para a saúde do trabalhador nos complexos de minas e metalurgia do nióbio, os impactos ambientais nos municípios minerados, as denúncias de contaminação, a pilhagem dos territórios, os conflitos com comunidades vizinhas das minas e a disputa pelo subsolo. Pesquiso os conflitos socioambientais envolvendo a extração de nióbio em Goiás no município de Catalão-GO e Ouvidor-GO desde 2012. No entorno da mina Boa Vista, localizada em Catalão-GO, na qual a empresa Niobras extrai nióbio, muitas trabalhadoras e trabalhadores vivem em comunidades camponesas e ainda mantêm a relação com os espaços de existência e trabalho coletivo, com produção de alimentos e comercialização em feiras livres, organização em associações e realização de festas tradicionais. No entanto, frente à intensificação dos processos extrativos no decorrer dos últimos anos, as paisagens locais foram sistematicamente transformadas pelas atividades de expansão da mina a céu aberto, pilha de estéril, abertura de estradas e compra de terras pelas mineradoras.

A fratura dos territórios representa a desterritorialização compulsiva de famílias e exaustão das paisagens pelo que Harvey⁴ (2018) chama de “degradação cancerosa da natureza”. O rompimento compulsório das famílias com a terra e as comunidades rurais é um processo doloroso. Representa uma quebra aguda da relação íntima com a casa, quintal, animais domésticos, roças, vizinhos e festejos locais. Ao entrevistar sujeitos expropriados

pela megamineração de nióbio em Catalão-GO, presenciei a dor de alguns ao distinguir seus olhos umedecidos de lágrimas. Lágrimas que não jorram de rochas como nas metáforas da mitologia grega. São lágrimas dos pobres e subalternos que experimentam no corpo e nos seus territórios coletivos a violência do modelo da megamineração a céu aberto.



Citação:

1. CBMM. Relatório de sustentabilidade 2018. Araxá/MG: CBMM, 2019.
2. IBRAM, Instituto Brasileiro de Mineração Panorama do nióbio: mercado, reservas e produção. In: Seminário Liderança Brasileira na Cadeia do Nióbio. Brasília/DF: MME, 2019.
3. <http://www.ibram.org.br/>
4. HARVEY, D. A loucura da razão capitalista: Marx e o capital no século XXI. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUMADINHO (MG), O DESASTRE QUE NÃO PASSOU: UM RETRATO DO BRASIL REAL

10/03/2020

No dia 25 de janeiro de 2020 completou-se um ano do desastre da Vale em Brumadinho, bacia do rio Paraopeba. O rompimento da Barragem I despejou milhões de toneladas de rejeitos de minério de ferro a céu aberto. Ao se esparramar, a lama-rejeito arruinou ecossistemas; destruiu casas, quintais e roças; desalojou centenas de moradores no vale do rio Paraopeba e matou outras centenas de pessoas. Passou-se um ano, 259 mortos foram identificados e mais 11 vítimas continuam desaparecidas (Defesa Civil, 2020)¹. Passou-se um ano e a primeira denúncia contra os supostos responsáveis pelo desastre foi apresentada pelo Ministério Público de Minas Gerais à Justiça: 16 pessoas responderão por homicídio doloso (aquele em que há intenção de matar), e as empresas Vale e Tüv Süd por crimes ambientais (Jucá, 2020)². Passou-se um ano e centenas de famílias prosseguem a luta por justiça e dignidade; lutam contra a justiça injusta. Passou-se um ano e os sofrimentos das mães, pais, irmãos, filhos, amigos e esposas não serenaram; são dores que provocam o derramamento de lágrimas no solo da saudade.

Passou-se um ano e as crianças que perderam o pai ou a mãe no desastre são privadas, em todas as manhãs chuvosas ou ensolaradas, do abraço paterno ou materno. Passou-se um ano e a mídia corporativa contribui para o apagamento da memória da tragédia. Passou-se um ano e mais de 50 barragens de rejeitos de minérios apresentam alto risco e probabilidade de rompimento em Minas Gerais (Jucá, 2020); fato que espalha insegurança e pânico em cidades e comunidades fraturadas

pela mineração. Passou-se um ano e o modelo de mineração brasileiro continua vilipendiando territórios, deteriorando a saúde de trabalhadores e exaurindo paisagens. Passou-se um ano e o adoecimento da população e o aumento das tentativas de suicídio em Brumadinho (Freitas e Almeida, 2020)³ revelam que o desastre continua. Com efeito, o desastre da Vale é um desastre que não teve fim. Completou-se um ano do rompimento da Barragem I, um ano de um desastre que não passou. A constatação de que o desastre da Vale em Brumadinho, bacia do rio Paraopeba, não passou, explicita outra observação, a de que ele não é um fato episódico na história do Brasil. Esse desastre evidencia as estranhas do Brasil real; sublinha a tragédia da formação econômica e social brasileira; expõe o verdadeiro retrato de um país ferido por desastres permanentes.

Desse modo, se o desastre da Vale é o retrato do Brasil real, então há que se ler essa fotografia criticamente. Esse desastre é a síntese dramática do modelo econômico que beneficia as grandes corporações mineradoras; incentiva o carreamento de minérios das periferias extrativas para os países ricos; pactua seus interesses com os do Estado; suborna o sistema jurídico e mantém sua estrutura corrupta e benéfica às classes dominantes; estimula a pilhagem ambiental; acentua a violência contra povos indígenas, quilombolas e camponeses. Esse desastre, por ser compreendido como o retrato do Brasil real, avulta outros desastres: o desastre da educação; o desastre da violência; o desastre do desemprego; o desastre da desigualdade; o desastre do trabalho precário. O desastre da educação no Brasil abrange 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade, aponta o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] (2018). É um desastre que ainda envolve cerca de 38 milhões de analfabetos funcionais, de acordo com dados do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF Brasil, 2018)⁴. E esse desastre não passará enquanto houver um governo que elege professores, pesquisadores e estudantes como seus inimigos; ou que incentiva a deterioração das universidades públicas. O desastre do desemprego revela um país com 11,6 milhões de desempregados (IBGE, 2020). Um desastre que anula o futuro de jovens e tritura potencialidades e criatividade humanas. O desastre da violência expõe um país que é ferido todos os dias nas cidades, bairros, ruas, casas, praças, comunidades rurais, territórios indígenas e florestas. Conforme dados do Atlas da Violência (IPEA, 2019), em 2017 ocorreram 65,6 mil homicídios no país; esse dado representou uma taxa de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. Um desastre que “elege” os jovens e negros como suas principais vítimas - do total de assassinatos em 2017, 35,7 mil eram jovens; e 75,5% das vítimas eram negras (IPEA, 2019)⁵. O desastre da desigualdade não para de aumentar. Em 2018, o IBGE indicou que a desigualdade cresceu no Brasil. 43,1% de toda a renda do país estão concentrados no poder de apenas 10% da população brasileira. O rendimento da população 1% mais rica do país é 34 vezes maior do que ganha a média dos 50% mais pobres (IBGE, 2018). Ademais, dados da [Fundação Getúlio Vargas] (FGV, 2018)⁷, esclarecem que do segundo trimestre de 2015 até 2017, a população vivendo na pobreza aumentou 33%, abarcando 11,2% dos brasileiros. O desastre do trabalho precário não poupa os trabalhadores, expondo milhões de mulheres e homens aos riscos de acidentes, adoecimentos e

mortes. Segundo os dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, de 2012 a 2018, o Brasil registrou 4,5 milhões de acidentes e 16,4 mil mortes no trabalho. No mesmo período, a soma dos gastos da Previdência com Benefícios Acidentários alcançou R\$ 79 bilhões e 351,7 milhões de dias de trabalho foram perdidos com afastamentos previdenciários e acidentários, segundo a Fundacentro (2019)⁸. Esses e outros desastres desvelam o retrato de um país em escombros, ou especializado na ruína da educação, territórios, cultura, juventude, saúde de trabalhadores, ecossistemas e recursos naturais. Diante disso, a atualidade das palavras de Darcy Ribeiro⁹ é assombrosa, quando argumentou que o “Brasil sempre foi, ainda é, um moinho de gastar gentes. Construím-nos queimando milhões de índios. Depois, queimamos milhões de negros. Atualmente, estamos queimando, desgastando milhões de mestiços brasileiros, na produção não do que eles consomem, mas do que dá lucro às classes empresariais.”

Sendo assim, o retrato do Brasil real tem as cores de muitos desastres. Contudo, é importante não deixar que eles sejam apagados de nossa memória. O apagamento da memória - como se tenta fazer com o genocídio dos indígenas, a escravidão, a tortura que houve na ditadura militar, os desastres da Samarco e da Vale em Minas Gerais - interessa aos governos autoritários, às classes dominantes e às grandes corporações. Uma das formas de os opressores perpetuarem no poder é apagando a memória dos trabalhadores. E assim procedendo, retiram a culpa daqueles que cometem ou são responsáveis pelos desastres. Portanto, não esqueceremos do desastre da Vale em Brumadinho, bacia do rio Paraopeba. Assim como não olvidaremos os demais desastres que atormentam a população brasileira. Esse é um retrato do Brasil real que precisa ser lido e transformado.

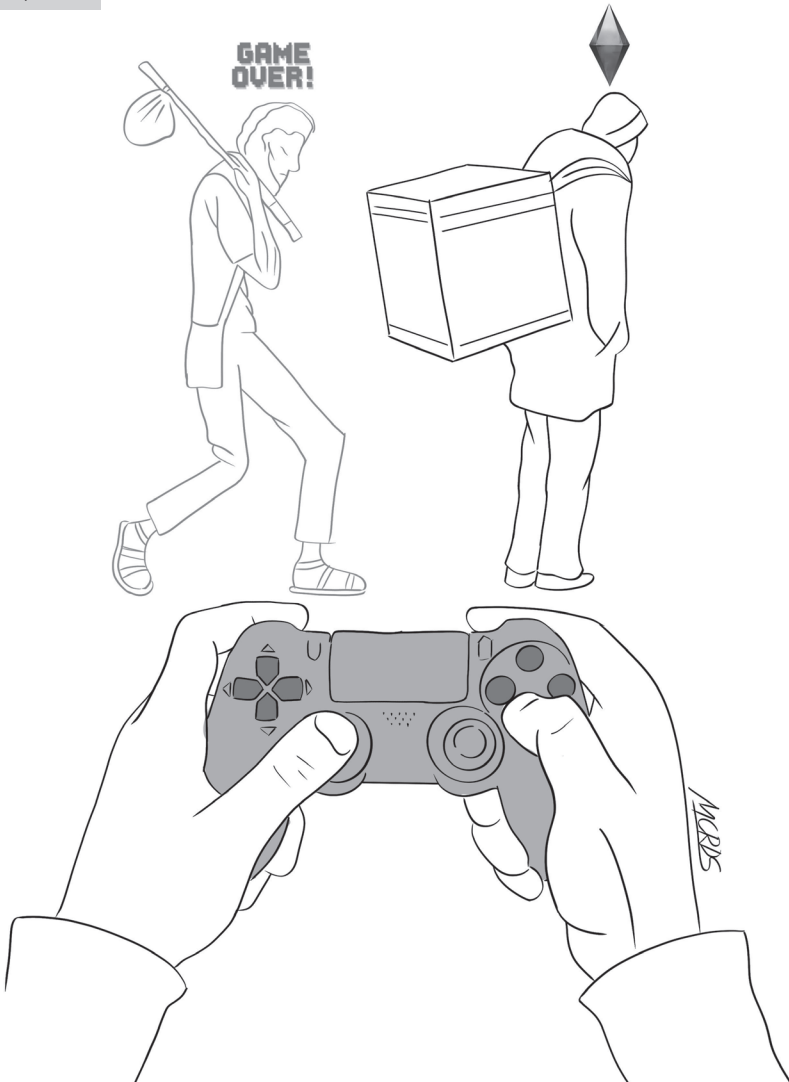


Citações:

1. Defesa Civil / Minas Gerais. <http://www.defesacivil.mg.gov.br/>
2. Freitas, R.; Almeida, F. Brumadinho convive com adoecimento mental um ano após tragédia da Vale. 2020. <https://g1.globo.com/mg/>
3. INAF Brasil 2018. Resultados preliminares. <http://acaoaducativa.org.br/>
4. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência 2019. <http://www.ipea.gov.br>
5. Jucá, B. As 50 barragens em alto risco que mantêm a bomba-relógio da mineração em Minas. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-23/as-50-barragens-em-alto-risco-que-mantem-a-bomba-relogio-da-mineracao-em-minas.html>
6. Jucá, B. Ex-presidente da Vale e mais 15 são denunciados por homicídio doloso na tragédia de Brumadinho. 2020. https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrCwOiybPNftA0AEg4fAt.;_ylu=Y29sbwNiZjEE-cG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1609817241/RO=10/RU=https%3a%2f%2fbrasil.elpais.com%2fbrasil%2f2020-01-21%2fex-presidente-da-vale-e-mais-15-sao-denunciados-por-homicidio-doloso-na-tragedia-de-brumadinho.html/RK=2/RS=778UMhO3uZRzBBmk_EUwruleLQQ-
7. FGV. Escalada da Desigualdade - Qual foi o Impacto da Crise sobre Distribuição de Renda e Pobreza? 2019. <https://cps.fgv.br/desigualdade>
8. Fundacentro 2019. Brasil registra 17 mil mortes e 4 milhões de acidentes de trabalho. <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/assuntos/noticias/noticias/2019/4/acoes-regressivas-gestao-de-riscos-e-impacto-dos-acidentes-de-trabalho-foram-temas-de-debate>
9. Ribeiro, D. O Brasil como problema. Brasília: Editora da UNB, 2010.

COM TECNOLOGIA,
“MORTE E VIDA SEVERINA” HOJE EM DIA!

23/01/2020



Ainda hoje, Severinos peregrinam por aí tal qual João Cabral de Melo Neto nos contou em sua poesia. Do Sertão à Capital, eles fogem da morte, mas com ela sempre deparam. É claro que muita coisa mudou, a vida se complexificou e a tecnologia chega em lugares nos quais se mistura com a fome e a sede. Todavia, o sistema do capital, sempre ameaçado de plethora, conseguiu transformar a todos em consumidores de seus artefatos tecnológicos, que se fazem cada vez mais mediadores de nossas relações. Mais do que isso, a tecnologia reorganizou a vida dos homens e mulheres de hoje, que se (des)encontram muito mais pelas redes virtuais do que nas veredas reais. Tudo reflexo da propulsora força de acumulação advinda do “mundo do trabalho”, orientado para o mais trabalho, a mais-valia, logo, também, para mais tecnologia. Mas para tal sistema não serve qualquer tecnologia, trata-se de um (pseudo) desenvolvimento que permita que, ainda que por diferentes caminhos, continuemos a ser Severinos.

Com isso, as relações têm se tornado ainda mais vazias, efêmeras e adoecedoras. Pela tecnologia, o capital continua mortificando homens e mulheres, fazendo com que a maioria de nós experimente a morte em vida. Com a tecnologia, também, metamorfoseiam-se outros tipos de peregrinação, pois muitos Severinos, hoje, são expulsos do seu trabalho rumo à informalidade e à precarização. A Vida Severina tem muitas faces, não só a nordestina, o princípio que dela subjaz lança luz para entender o caso dos vários peregrinos que, em uma migração contemporânea, sob vertigem, enxergam miragens e promessas de virarem patrão, como, por exemplo, na falácia forjada pela uberização!

No “mundo do trabalho”, o fenômeno da uberização é o mais emblemático da reorganização pela tecnologia. Esse fenômeno consiste em uma forma de precarização do trabalho na qual o trabalhador (motorista, entregador etc.) oferece o serviço pela mediação de uma empresa que fica com uma parte do que é pago, passando ao trabalhador apenas a outra parte. São empresas que promovem a relação entre o trabalhador e o cliente através de aplicativos, em uma rede virtual que monitora o serviço, avalia e controla o trabalhador. A mais famosa, uma das pioneiras desses serviços, foi a empresa Uber, razão pela qual o fenômeno foi denominado em sua alusão. Vejamos: agora Severino acha que é patrão porque não tem carteira assinada, acha que faz sua jornada e, quanto mais trabalha mais ganha. Mas será que isso é verdade ou é um oásis que se desmancha no ar? Para o sociólogo Ricardo Antunes, esse fenômeno revela que “trabalhadores e trabalhadoras com automóveis próprios arcam com despesas de previdências, manutenção dos carros, alimentação etc., configurando-se como um assalariamento disfarçado de trabalho ‘autônomo’.”

Francisco Lacaz corrobora ao afirmar que “o ‘bico’ leva à perda de férias, 13º salário e previsão de renda. Ademais, não garante aposentadoria nem assistência à saúde, sendo que os serviços uberizados têm maior possibilidade de prosperar em situações de crise econômica como a vivida hoje no Brasil, quando as empresas aproveitam para

buscar tratamento fiscal que se encaixe melhor na lucratividade”²

Afinal, na verdade, revela-se um conjunto de trabalhadores que continua submetido a uma relação de exploração, mas ludibriado pelo discurso da autonomia e, empurrado pelo desemprego estrutural, emerge numa forma precarizada de trabalho, sem nenhum direito trabalhista ou proteção social. Pelo ritmo e jornadas de trabalho que assumem, os trabalhadores perdem sua saúde ainda mais rápido^{3,4}, constituindo um ocaso no qual enfrentam problemas maiores, mas com menor ou inexistente assistência de saúde. Então, a uberização e todas as relações constantemente (re)transformadas pelas tecnologias, oriundas de uma base cognitiva pró-capitalista (é bom que se diga que a tecnologia, em outra base cognitiva, em outra base social, pode atuar a favor de Severino⁵), em vez de concretizarem a promessa de libertação do assalariamento, do aumento do tempo livre ou de aproximação das pessoas, resultam, ao contrário, em aumento da exploração, do adoecimento e das relações sociais fugazes. De outras formas, Severinos, Fabianos, Josés etc. continuam migrando para lá e para cá, atrás de promessas vazias, encontrando morte em vida, também, pelas tecnologias!



Citações:

1. Antunes, R. Proletariado digital, serviços e valor. In: Antunes, R. (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019.
2. Lacaz, F. Coluna Opinião de 29/10/2019: <https://www.multiplicadoresdevisat.com/artigos-de-outubro-a-dezembro-de-20>
3. <https://exame.abril.com.br/carreira/o-lado-sombrio-do-trabalho-para-aplicativos-e-como-e-pior-para-mulheres/>
4. <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/21/uberizacao-vai-mascarar-numeros-de-acidente-de-trabalho-dizem-especialistas/>
5. Novaes, H. O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010

SAÚDE E IDEOLOGIA: EU QUERO AS DUAS PARA VIVER!

22/10/2019

Sempre que alguém falar para você que é preciso pensar ou agir livre de vieses ideológicos, desconfie dessa pessoa. Na maioria das vezes, tal indivíduo ou é um daqueles, cada vez mais raros, exemplares singulares de seres humanos ingênuos ou está fazendo, justamente, o avesso do que alardeia; isto é, está fazendo guerra ideológica! Porém, o caminho escolhido por tais indivíduos para vencer as disputas ideológicas cotidianas (mas também, nas grandes batalhas que envolvem decisões políticas, econômicas etc.) é a mais desonesta possível!

A desonestidade, nesse caso, é empregada na busca por convencer os indecisos, confusos, alheios ou, ainda, aquele grupo raro de ingênuos de que se pensa e age com base em uma suposta neutralidade, sempre evocada a fim, na verdade, de criar repulsa àqueles que, declaradamente, assumem uma posição ideológica em meio aos conflitos (geralmente contrária à posição real dos “neutros”). No campo político, por exemplo, há vários casos (inclusive, muitos deles atuais), nos quais se fala abertamente na perseguição e no combate a indivíduos e grupos porque possuem uma ideologia supostamente ruim. Em geral, tais políticos (perseguidores) são os que agem o mais ideologicamente possível, não aceitando o debate porque, aliás, não o sabem fazê-lo, restando-lhes se esconder por trás da vergonhosa máscara da neutralidade, quando não, da violência. Aqui, lembro do pensamento weberiano, apesar de eu ser um marxista assumido e convicto.

Mas, para esse quesito, Max Weber foi bem claro e didático ao negar a existência da neutralidade da ciência quando afirmou que um cientista, desde quando decide pesquisar um determinado objeto de estudo, já ali há uma escolha, logo, um juízo de valor [*sugerimos ler: Weber, Max. A ciência como vocação. In: Weber, Max. Ciência e Política – duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999*]¹. A nosso ver, esse caráter não se restringe à ciência, mas alcança todos os complexos sociais. No marxismo, costumamos dizer que defender a neutralidade é defender o status quo, aceitar as coisas como dadas, eximir-se de questioná-las ou negar a necessidade de transformação. Aqui, aliás, precisamos esclarecer que tomamos o termo ideologia no seu caráter restrito. Isso porque a ideologia nem sempre é um falseamento da realidade.

Ela, enquanto complexo social (no seu caráter lato), é a arena no qual se operam as prévias ideações humanas que se constituem na dinâmica do contínuo intercâmbio entre consciências, em transformação (os atos teleológicos secundários). No seu caráter stricto (exponenciada nas sociedades cindidas em classes, com suas contradições) ela, de fato, opera em meio às lutas sociais e que demandam, produzem e, ao mesmo tempo, sustentam-se por meio de uma forma de enxergar a realidade [*sugerimos ler o capítulo sobre ideologia em Lukács, Georg. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013*]².

A ideologia, no caráter específico que mencionamos, faz-se presente em todas as relações sociais, quer queiramos/saibamos ou não. Ora, se a saúde é produto das relações sociais, obviamente ela não está “imune” à ideologia. Mais do que um conjunto de conhecimentos e procedimentos técnicos, as práticas de saúde se dão a partir de uma perspectiva de ciência, de sociedade, de mundo. Isso fica, inclusive, muito evidente quando se está ou se defende um modelo focado no atendimento de indivíduos doentes (de preferência, na conveniência de seu consultório), sem se importar/questionar o que, socialmente, produz o adoecimento; ou quando, em um posicionamento oposto, reconhece-se/enxerga-se como os problemas sociais exigem que os profissionais

estejam junto à sociedade, conhecendo-a, contribuindo para mudanças sociais mais profundas, promovendo saúde, prevenindo agravos e, quando necessário, também, tratando doentes. Ela (a saúde) não pode ser neutra, ainda que venha alguém, pretensa autoridade de branco, afirmando o contrário (desconfie!). Ingênua ou desonestamente, acreditar que a sociedade não possui contradições, que não se desenrola a partir de lutas sociais e que tais lutas não repercutem na saúde, significa se fechar em interesses egoisticamente individuais que, direta ou indiretamente, contribuem para intensificar a barbárie coletiva. Até o dia em que percebe que a barbárie chega, também, de algum modo, até “você”, quando se descobre que ter um posicionamento, tomar partido, assumir um lado do conflito, é necessário.

No campo da saúde, cada vez mais, ter clareza dessa necessidade é, coletivamente, vital. Afinal, não se vive sem saúde. Vale a premissa presente na seguinte concatenação: “Eu” quero viver, “eu” quero saúde, para “mim”, para “você”, para todo mundo. Portanto, “eu” tenho que me posicionar, não “posso” ter medo da ideologia, ao contrário disso, “falo” abertamente e sem medo: “Ideologia, eu quero uma pra viver! E você?”



Citações:

1. <https://gremiojovenspensadores.files.wordpress.com/2017/04/ciencia-e-politica-duas-vocacoes-max-weber.pdf>
2. <https://gpct.files.wordpress.com/2016/12/ff130318ae9d9b74571de73bdc7d1509.pdf>

VISTO AZUL, PORQUE EU SOU É HOMEM! POR QUE EU SOU É HOMEM?

28/11/2019

“Meninos vestem azul e meninas vestem rosa?”

Nos meses de outubro e novembro, a cada ano, o Sistema Único de Saúde (SUS) se traveste dessa inócua perspectiva de gênero. Com isso, além de reproduzir ideários estereotipados de feminilidade e masculinidade, essa estratégia de colorir os meses do ano para focalizar nisso ou naquilo está, muitas vezes, a serviço do marketing de Secretarias (municipais ou estaduais) e instituições (públicas e privadas) de Saúde, mas com pouco alcance ante o processo saúde-doença dos brasileiros. Não queremos deixar de reconhecer o esforço e voluntarismo de nobres profissionais de saúde que

se empenham nas campanhas. Até mesmo porque alguns conseguem êxito em ações pontuais, mas com pouca organicidade perante a totalidade do processo e a dinâmica do sistema de saúde. Em particular, o mês de novembro tem sido o momento para dar evidência à Saúde do Homem, uma questão que, de fato, foi (e ainda é) negligenciada no processo de institucionalização do SUS. Desde meados dos anos 2000 e, em especial, 2008/2009, com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), minimizou-se essa negligência, quando se trouxe aspectos importantes desse campo para o horizonte do SUS, até mesmo perpassando a discussão de gênero. Todavia, mais uma vez, como uma onda avassaladora, o modelo biomédico preenche esse horizonte com a sua peculiar mesquinhez, reduzindo o homem, sobremaneira, à próstata e, quando muito, ao pênis. A nosso ver, pintar novembro de azul e dar evidência, por exemplo, a ações de prevenção do câncer de próstata não chega ao âmago da problemática, ainda que tenha alguma importância. Nessa perspectiva, pouco se questiona sobre os fundamentos da masculinidade forjada sobre a ideia de macho provedor, forte, dominador e que, portanto, não pode demonstrar fragilidades, sob pena de ter sua virilidade e tudo aquilo que lhe define, social e convencionalmente, caindo por terra. E, nesse processo, sem nenhuma derivação linear, constatar que, não raramente, procurar por assistência de saúde seja uma pedra no caminho da construção da masculinidade almejada.

Essa perspectiva atua como um sistema abstrato de dominação, com artifícios ideológicos construídos através dos anos e que se reproduz sem que percebamos, desde as pequenas ações cotidianas até as mais absurdas políticas e diretrizes institucionais, todas atravessadas por ideias machistas, sexistas e misóginas. É preciso se desprender do cotidiano, fazer uma profunda reflexão, para além dos interesses individuais, para, quem sabe, perceber que a perspectiva que coloca a feminilidade e todas as outras variações de gênero sob o jugo da masculinidade, sob sua opressão e dominação, acaba por limitar o desenvolvimento humano de todos aqueles que estão fora dessa convenção, haja vista as desigualdades que acometem mulheres, gays, travestis etc. Em alguma medida, essa condição gera uma insistente limitação à humanidade em geral, inclusive para os próprios homens, porquanto, por exemplo, a negligência de sua saúde esteja ligada a essa perspectiva. Assim, intervir nas raízes da questão da saúde do homem, da mulher etc., pressupõe recuperar uma outra perspectiva de gênero, na qual os gêneros particulares sejam entendidos como manifestações do gênero humano (emancipado de toda e qualquer forma de exploração e dominação) e, não, circunscrito a um processo que subordina ou oprime essa ou aquela forma particular da genericidade humana se efetivar.

A categoria gênero deve ser alçada ao patamar de mediação pela qual as diferenças sejam propulsoras do pleno desenvolvimento humano (inclusive, da saúde) e, não, obstáculos. Talvez assim enxerguemos um pouco mais do que a próstata e

percebamos que os homens possuem etnia, classe social, cultura, formas diversas de expressar a afetividade, a sexualidade (para além do sexo), a humanidade! Enquanto o que entendemos como masculinidade trilhar o caminho ilusório da superioridade sobre outros gêneros, reproduzindo as ideias e as ações de opressão e violência, a saúde do homem continuará, aos novembros, vestindo sua camisa azul e, quase que solitariamente, tentando chamar a atenção para a próstata, “sem ver rastro de cobra, nem couro de lobisomem¹”, mas insistindo em dizer “porque eu sou é homem, porque eu sou é homem²” e, talvez, sem nem saber que “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come³”. Quem sabe, vestindo todas as cores, em outra perspectiva, saberá que “se juntar, o bicho corre⁴” e, assim, coletivamente construir uma força social capaz de efetivar ações de saúde (do homem, da mulher, do trabalhador etc.) em todos os meses!



Citações:

1. http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV112_MD1_SA3_ID83_01052018183830.pdf
2. <https://www.letras.mus.br/antonio-barros/928263/>
3. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Barros
4. <https://www.youtube.com/watch?v=BWIBbCRPBMg>

“POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA, OS MALES DO BRASIL SÃO”

TRANSFORMARAM O MINISTÉRIO DA SAÚDE EM SAUVEIRO

26/06/2020

“Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são” é uma das frases marcantes na obra de Mário de Andrade, “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter” (1928). Tem sido utilizada como metáfora para analisar a condição brasileira ao longo do tempo e, diríamos, que vem a calhar em tempos nos quais o Ministério da Saúde do Brasil parece estar preocupado com qualquer outra coisa que não a saúde dos brasileiros. A frase que tomamos como mote de análise traduz uma realidade de sofrimento, na qual há diversos agentes como se fossem pragas contra a vida e que tentam se proliferar a qualquer custo. Pensando nos dias de hoje, essas pragas tanto podem ser as diversas formas de adoecimento, quanto aqueles que agem a seu favor. Diríamos que a Covid-19 representa bem a primeira condição, mas está longe de ser tão prejudicial quanto aqueles que, em nível ministerial (e palacial), deveriam combatê-la. O cenário é trágico, pois em meados de junho de 2020 o Brasil passou de 1 milhão de casos

e 50 mil mortos pela doença [ver dados do situation report 154 da OMS¹] e isso com o país tendo, em pouco tempo, mudado de ministro da saúde por três vezes, sendo que não se sabe se o atual é ou não interino e o que ele tem a ver com saúde.

Mas, talvez, tenha muito a ver com saúde. Por isso, a nosso ver, o Ministério virou um espaço muito fecundo para as saúvas. Convém salientar que isso já vinha se desenhando um pouco antes da pandemia, pois a primeira saúva sempre esteve do lado dos planos privados de saúde, embora tenha tentado combater a Covid-19 com alguma sensatez e a despeito das vontades da saúva rainha. Essa última condição foi um dos motivos para a troca de saúva no ministério, sendo escolhida uma que não ameaçasse o protagonismo da rainha. Porém, ela pouco tempo ficou, uma vez que ainda que não fosse tão afeita à saúde pública, encontrou um limite ético em relação aos desejos superiores de usar fórmulas mágicas para a salvar a saúde, mas sem comprovações consistentes. Foi o jeito colocar uma terceira saúva, meramente figurativa, capaz de executar os desejos da rainha, sem pestanejar. Que a fórmula mágica no lugar de salvar, aumente os óbitos, para eles não tem problema, pois sempre se pode omitir informações, distorcer estatísticas e convocar as saúvas operárias para difundir falsas notícias.

Questões como planejamento estratégico, de forma tripartite, com controle social e fundamentação científica são coisas relegadas aos recantos mais escondidos do saveiro, pois quanto menos aparecerem, melhor para as saúvas. O pior é que tais saúvas se apresentam como “messias” e há quem acredite. Seria o caso de “herói[s] sem nenhum caráter”? Aqui, pedimos licença a Mário de Andrade, pois Macunaíma tinha nenhum caráter em outros sentidos, tanto àqueles ligados à libertinagem, preguiça e mentira que faziam dele um anti-herói, mas com alguma simpatia ante o leitor, quanto no sentido de alusão ao caráter multifacetado da identidade brasileira em construção. No caso aqui em questão, o “sem nenhum caráter” se refere àqueles capazes de mentir e enganar mesmo que isso custe a vida de milhares, o que só é capaz de despertar simpatia daqueles que, também, desprezam a vida. Aqui cabem ainda duas ressalvas: primeiro, que a crítica ao ministério se dirige, muito mais, ao seu alto escalão do que ao seu valoroso corpo técnico. Em segundo lugar, pedimos desculpas as saúvas, porque foram comparadas aos dirigentes que compõem um governo que trabalha pelo caos, ao passo que os saveiros, reconhecidamente, possuem liderança e organização. Apesar disso, valemo-nos da metáfora “macunaística” para retratar que o Brasil de hoje é muito mais propício às pragas do que à saúde. Porém, lembremos: é possível destituir as saúvas. Tudo isso vai passar, mas requer resistência e luta, pois disso depende nossa saúde.

Avante!



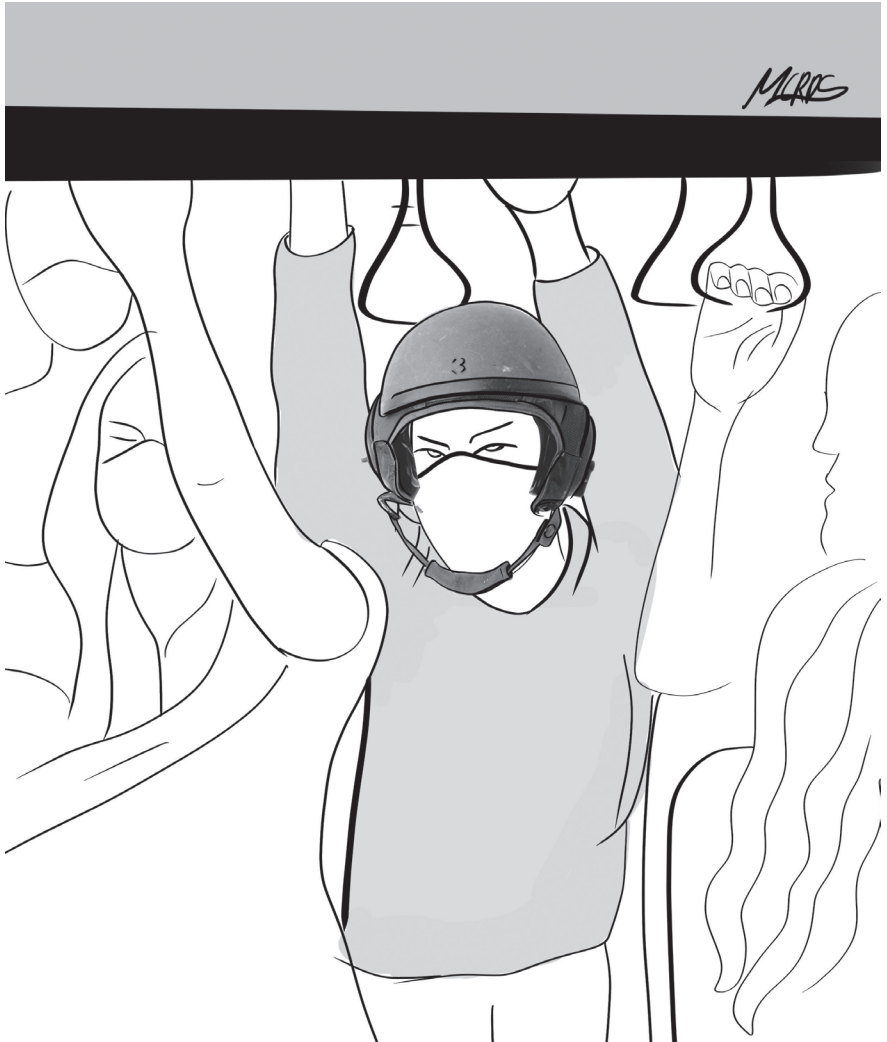
Citações:

1. https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200622-covid-19-sitrep-154.pdf?sfvrsn=d0249d8d_2

René Mendes

CONHECER OS “SOLDADOS DESCONHECIDOS”,
MORTOS NA LUTA CONTRA A COVID-19 NO
BRASIL: DIREITO DELES, DEVER NOSSO!

08/05/2020



*“Não viste ou ouviste como morrem em tão pouco tempo,
Quando ainda tinham tanta vida pela frente?”*

Lucrecio (94-50 a.C.), citado por Bernardino Ramazzini (1633-1714)

Como se não bastasse a profunda tristeza que atravessa os nossos corações, devido às milhares de mortes provocadas pela pandemia da COVID-19, no Brasil, ainda sem qualquer horizonte de esperança, há que se chamar a atenção ao grave fato de que em nosso país muito pouco se sabe sobre os homens e as mulheres que pereceram. De um modo geral, a indiferença, o pouco caso e o desrespeito aos mortos tem sido o prolongamento do que já se faz aos vivos, em especial com a população pobre e miserável, aquela que não aparece nos necrológicos, e nem será jamais biografada. Esta grande maioria de anônimos - na vida e na morte - está sendo sepultada em condições muitas vezes indignas (até em valas comuns!), que não têm respeitado os princípios elementares do ‘Direito Funerário’, e de outras previsões na esfera dos direitos humanos e da personalidade. Aliás, a desigual ocorrência da COVID-19 na sociedade brasileira como um todo, com mais elevada incidência e mais elevada letalidade nas áreas socialmente deprimidas e espacialmente periféricas, assim como em mulheres e em afrodescendentes, demonstra *a importância da determinação social nesta pandemia*.

Saliente-se que a teoria do distanciamento social tem baixa ou nenhuma chance de ser adotada pelas classes sociais que estão na base da injusta pirâmide social brasileira. É ela, também, a mais afetada pelo empobrecimento e crescente miserabilidade impostos pelas políticas econômicas e sociais abraçadas pelos governantes, nos últimos anos. Porém, é também necessário chamar a atenção ao fato de que a pandemia incide com mais elevada frequência em trabalhadoras e trabalhadores que estão na “linha de frente” do salvamento de vidas, em Serviços de Saúde. Além destes grupos profissionais, a COVID-19 vem incidindo, de forma cruel e devastadora, em trabalhadoras e trabalhadores de muitas outras categorias profissionais, isto é, os que não podem se isolar em casa, pois exercem atividades agora consideradas “essenciais”. De uma forma ou de outra, elas e eles trabalham muito - e cada vez mais - para que nós possamos viver! E para que nós não venhamos a morrer! E se morrermos, para que a chegada do nosso corpo no destino final, aqui na Terra, seja expedita, respeitosa e segura... Esta é a realidade! De repente, muitas atividades que eram socialmente invisíveis ou sem status e prestígio tonaram-se “essenciais”, tanto para viver, quanto para morrer! No que se refere à incidência e letalidade da “COVID-19 relacionada ao trabalho”, existem inúmeras evidências de que *a distribuição ocupacional é muito desigual*, com destaque para as pessoas que trabalham em Serviços de Saúde (cadeia completa de atividades correlatas) e para aquelas que exercem outras atividades consideradas “essenciais”, ou que são obrigadas a se expor, seja pelo trabalho, seja pelo transporte público, ou em outras aglomerações exigidas dos

cidadãos e cidadãs que vivem de seu trabalho. Além disso, como é bem conhecido, as atividades do cuidado são predominantemente exercidas pelo gênero feminino (cerca de 85% dos trabalhadores e trabalhadoras de Enfermagem!), e nas atividades mais penosas e menos valorizadas (nos serviços de saúde e fora delas) juntam-se as questões de gênero, raça e classe social. Por exemplo: as trabalhadoras dos Serviços de Saúde (cadeia completa e serviços correlatos), em sua maioria, são as mesmas que residem muito distante; que não podem ficar em casa; que gastam muitas horas em transporte público; que exercem dupla ou tripla jornada doméstica; e até as mesmas que, em função do baixo reconhecimento social e da baixa remuneração, precisam ter dois ou mais vínculos de trabalho. Portanto, a determinação social da COVID-19 se desvela, se expressa mais descaradamente, na questão “ocupacional”, diretamente e como um proxy da situação de classe social. Infelizmente, contudo, pouco se sabe sobre o perfil das trabalhadoras e trabalhadores que morreram no ‘front’ da luta contra a pandemia em nosso país. Como já em vida, o desprezo à categoria dos que vivem de seu trabalho também entrou morte adentro.

Não se sabe, ao certo, quantos são. Não se sabe, ao certo, quem são. Pouco ou nada se sabe sobre a ocupação ou profissão (esta variável ainda está ausente no formulário de notificação da COVID-19 ao SINAN!). Muitos países do mundo, inclusive o Brasil, homenagearam seus combatentes de guerra (ou das guerras), cujos corpos ou ficaram nos campos de batalha, ou não foram devidamente identificados e reverenciados, erigindo um memorial, um túmulo simbólico, ou um “monumento ao soldado desconhecido”. O Brasil também erigiu o seu, no Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro. Porém este é dedicado aos mortos na Segunda Guerra Mundial, e há outro em Pistoia, na Itália (tema de lindo poema de Cecília Meirelles). E às vítimas que lutaram nesta atual guerra?

Os nossos combatentes - homens e mulheres - estão a perecer todos os dias e todas as noites, na luta contra a pandemia. Minha proposta evoca direitos e deveres. Urge resgatar os nomes das trabalhadoras e trabalhadores que morreram em combate; resgatar suas histórias de vida, de trabalho e de morte, como contribuição ao resgate de seus direitos e de sua dignidade, para não os sepultar na vala comum do esquecimento. Homens e mulheres que hoje ainda são considerados “soldados desconhecidos” têm o direito de serem conhecidos. E nós, biógrafos, necrólogos, arqueólogos da memória, colegas e companheiros, familiares e amigos, militantes, podemos (devemos) fazer a nossa parte. Considero isto um dever, uma obrigação! Esta é a minha mensagem, nesta primeira semana de maio de 2020!

Soldado desconhecido

(Manuel Alegre – Escritor e Político português contemporâneo)

*Há um soldado desconhecido na frente de batalha
não sei ao certo em que país ou talvez*

em todos os continentes devastados. Há um soldado desconhecido que vem de todas as guerras já perdidas de todos os desastres e de todas as mortes e está na frente de batalha em um território desorbitado. Há um soldado desconhecido que já não sabe por quem se bate. Talvez só por si mesmo ou nem sequer bate-se por se bater numa qualquer frente de batalha e já não pergunta por que nem o sentido. Está numa frente de batalha e sabe que ninguém se importa algures num país que já não é país em um combate perdido nenhum de nós sabe quem ele é e, no entanto, cada um de nós está nessa frente de batalha e não tem nome e é esse soldado desconhecido.



AUTOEXAMES DE PRÉ-NATAL

23/12/2019

Este breve texto que deve estar sendo publicado no dia 23 de dezembro, a um ou dois dias do Natal, tem o propósito apenas reflexivo, sem conotação de doutrinação ou proselitismo em favor da religião cristã ou “cristianismo”. Embora o autor se considere cristão, da vertente “reformada” e “progressista”, ele respeita e preza a diversidade e a pluralidade de crenças e religiões, bem como o direito ao agnosticismo ou a qualquer outra condição referente ao campo das ciências e práticas da religião. Outro aviso preliminar: embora o título desta breve “opinião” se refira a exames de pré-natal, ele não tem nada a ver com a Obstetrícia, nem a Patologia Clínica, nem é orientação a gestantes. Mulheres que estão ou estarão entrando no “estado interessante”, como se rotulava a gravidez, em priscas eras... Eras que eram do meu tempo...

Sim: minha “opinião” tem a ver - precipuamente - com quase duas centenas de milhões neste país, que dizem professar a fé cristã. Com pequenas variações, a fé cristã valoriza os eventos do “ciclo de vida” do que ela considera ser o Deus humanizado, o Deus encarnado, o Filho do Deus trino, em especial as celebrações festivas do seu nascimento, de sua morte e de sua ressurreição, que ao longo de um ano litúrgico enriquecem a simbologia do Cristianismo. De todas as celebrações cristãs, o Natal é a mais recente delas, sobre a qual menos se sabe em termos de data aproximada, e é aquela que mais influência recebeu

das celebrações romanas, ditas pagãs... Porém, o que justifica minha ousadia de trazer este tema para o nosso Blog, tão plural e tão eclético, não é propriamente o Natal (data tomada como nascimento de Jesus Cristo), mas esta época natalina, aliás, também pré-natalina, tomada como uma oportunidade de “boas festas” - como se deseja a todos e a todas - mas, também, de boas reflexões, e bons autoexames.

E daqui em diante, farei minhas provocações e meus convites, partindo da premissa de que Jesus Cristo - como homem, o que transcende a qualquer valoração religiosa - e como Deus - o que é o fundamento da fé cristã - foi uma “pessoa do bem”! Com efeito, quando aos 30 anos de idade, apresentou-se citando uma profecia de Isaias (cerca de 700 aC): “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para pregar boas novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano aceitável da graça do Senhor.” (Lc. 4:18-20).

São Pedro confirmou em inflamado pronunciamento: “... ele andou por toda a parte fazendo o bem e curando todos os oprimidos (...), porque Deus estava com ele.” (At. 10:38). Se ele era “do bem”, proponho pelo menos dois autoexames, a serem feitos por todos nós – cristãos e não cristãos – nesta época de “pré-NATAL”.

(i) Exame da consciência – O que chamo de “exame de consciência” é individual. Ninguém tem a autoridade e o direito de examinar ‘o outro’. O autoexame de consciência foi assim prescrito por São Paulo: “Examine-se cada um a si mesmo” (I Co. 11:28). Para quê? “Examinem-se para ver se vocês estão na fé; provem-se a si mesmos. Não percebem que Cristo Jesus está em vocês?” (II Co. 13:5). Nesta dimensão, é um autoexame teórico... Mas o grande teste é de natureza prática, e foi ensinado pelo próprio Jesus Cristo: “...Eu tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram; necessitei de roupas, e vocês me vestiram; estive enfermo, e vocês cuidaram de mim; estive preso, e vocês me visitaram”. (...) “o que vocês fizeram a algum dos meus menores irmãos, a mim o fizeram.” Mas o seu corolário é terrível: “o que vocês deixaram de fazer a alguns destes mais pequeninos, também a mim deixaram de fazê-lo.” (Mt. 25: 35-36; 40; 45). Pois, “se alguém tiver recursos materiais e, vendo seu irmão em necessidade, não se compadecer dele, como pode permanecer nele o amor de Deus?” (I Jo. 3:17)

(ii) Exame da visão (oftalmológico) – Tanto no período pré-natal quanto no “pós-natal”, todos nós – cristãos e não cristãos – somos convidados a deixar de olhar apenas para nós mesmos, e olharmos para o ‘próximo’, para ‘o outro’, e tal exame foi instituído pelo próprio Jesus Cristo, quando respondeu o que deveria ser feito para “herdar o céu”. Sua preocupação não era o céu, mas a Terra, e o ‘próximo’...

Vejam que na sua resposta em forma de parábola, muitos haviam visto o infeliz que acabara de ser assaltado e machucado, mas se fingiram de mortos, e foi essa a grande querela de Jesus com aquela gente que se cria “boa”.

Assim dizem as Escrituras: “aconteceu estar descendo pela mesma estrada um sacerdote. Quando viu o homem, passou pelo outro lado. E assim também um levita; quando chegou ao lugar e o viu, passou pelo outro lado. Mas um samaritano, estando de viagem, chegou onde se encontrava o homem, e quando o viu, teve piedade dele. Aproximou-se, enfaixou-lhe as feridas, derramando nelas vinho e óleo. Depois colocou-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele. No dia seguinte, deu dois denários ao hospedeiro e lhe disse: ‘cuide dele. Quando eu voltar lhe pagarei todas as despesas que você tiver’.” (Lc. 10:31-35)

Seríamos nós – cristãos e não cristãos - aprovados nestes dois tipos de exames? Em ‘primeira época’, em ‘segunda época’, ou em nenhuma época? Não esquecer que são provas práticas... Eu havia listado alguns outros autoexames de pré-natal, mas o espaço já acabou... Bons exames! E ótimos resultados!



A ASSUSTADORA PREVALÊNCIA DO PENSAMENTO “ZOO LÓGICO” NA GESTÃO DE PESSOAS

13/02/2020

Esta breve reflexão, de natureza crítica, e eu diria, crítica com algum humor, foi motivada pelas visitas que habitualmente faço às livrarias especializadas, como, por exemplo, a Livraria da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Nelas, busco conhecer através dos títulos de livros, quais são as tendências e os temas sugeridos ou recomendados aos alunos de graduação e de pós-graduação. Os títulos dos livros expostos e supostamente vendidos (e os respectivos conteúdos) são expressões ideológicas do que se ensina, ou, de forma mais simples: de como se tenta fazer a cabeça dos estudantes e profissionais, no caso, de Administração de Negócios, Administração de Empresas, Gestão de Pessoas ou “Recursos Humanos” e áreas afins. Pois bem: além de títulos horrorosos, como estes que fotografei e utilizo em palestras e aulas - “Odeio Gente - Livre-se dos idiotas do local de trabalho, e faça de seu emprego exatamente o que você quer” (Jonathan Littman & Marc Hershon) ou “Scrum: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo” (Jeff Sutherland & J.J. Sutherland) - vejo o crescente uso (e abuso) de animais do zoológico ou da “arca de Noé”, e até temo que o que se faz com eles na “pedagogia da gestão de pessoas” caracterize ‘maus tratos’. Por ora, aos bichos, coitados...

Depois, aos infelizes humanos, quando estimulados, e depois ‘cobrados’ a que se comportem como determinados animais, selecionados como modelos de comportamento, dedicação, submissão, obediência ou desempenho. É bem verdade que o pensamento “zoo lógico” na pedagogia e doutrinação de estudantes e de trabalhadores e trabalhadoras é muito antigo, isto é, quando ainda “se amarrava cachorro com linguíça” (lembram?), ou desde o “tempo em que os bichos falavam...”. Com efeito, a Bíblia está cheia de ensinamentos de interesse geral, onde mais de 50 animais são utilizados ou descritos, isto sem contar os casais que ocuparam a “arca de Noé”. Mas há advertências explícitas aos jovens e aos trabalhadores: “Vai ter com a formiga, ó preguiçoso...” (Pv. 6:6). Felizmente, nós os preguiçosos e columnistas deste Blog temos o conforto das palavras de Jesus: “Nenhum [dos pardais] está em esquecimento diante de Deus (...) Não temais, bem mais vales do que muitos pardais...” (Lc. 12:6,7). Mas, por certo, as “lições de moral” para crianças, adolescentes, trabalhadores e trabalhadoras foram aperfeiçoadas pelo legendário Esopo¹, a quem se atribui o clássico “As Fábulas de Esopo” (século VI A.C.), muito citado por diversos filósofos e autores gregos.

Como se sabe, as fábulas de Esopo - repletas de ensinamentos de suposta moral, ética, disciplina, respeito, obediência - foram, mais tarde ampliadas e retrabalhadas pelo poeta e escritor francês, o fabuloso *Jean de La Fontaine*² (1621-1695), considerado o mais importante fabulista... Leia-se: com humor e graça, fez os animais tentarem ensinar aos humanos - seus irmãos - os princípios da chamada boa educação, da subserviência, da esperteza, de como levar vantagem, de como se dar bem na vida, num ambiente como o da burguesia francesa da época. Por certo, muitas gerações foram assim doutrinadas, e a “zoo lógica” criou “burros de carga”, “ovelhas”, “cordeiros”, “rebanhos”, “bois de piranha” e outros modelos que interessavam (e continuam a interessar) ao mundo de então, baseado na submissão, na obediência, na subserviência e outras supostas qualidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Felizmente, foi impossível conter o desenvolvimento de animais mais rebeldes e alguns que inspiraram os humanos: desde a coruja com sua mítica sabedoria; passando pelas abelhas e formigas, com a sua capacidade de organização; passando pelas serpentes, com a sua proverbial astúcia, e chegando aos mamíferos, bem exemplificados pelos bois - sempre submissos e aplicados ao trabalho - porém, ao não se deixarem castrar (com todos os significados deste termo) recuperam a sua rebeldia.

E este modelo se aplica a outros espécimes da cadeia zoológica, neles incluídos o *Homo sapiens*. Pois, uma das maiores “recrutadoras de recursos humanos” - a Catho - tem publicação de orientação a candidatos e candidatas a emprego, sob o título: “Que animal você é? Conheça a personalidade dos animais”. Ela tenta os instruir sobre como responder à pergunta que costuma ser feita nas entrevistas: “Se você fosse um bicho, qual seria e por que?” A respeito de cada animal, o site explica as características, positivas e negativas, e como responder frente a questionamentos, posto que podem desagradar os recrutadores...

Um verdadeiro “jogo do bicho”, que passa por quase todas as 25 opções, do avestruz (1) à vaca (25)... Porém, antes de encerrar, volto ao desfile de animais na estante da Livraria da FGV, aqui em São Paulo, e aos seus títulos: “*O vendedor Pit Bull: porque crise é para os fracos*” (Luís Paulo Luppá), e “Vendedor Falcão: visão, velocidade e garra para vencer” (Marcos Scaldelai), entre outros. Um post conclama: “seja mais águia e menos papagaio: o papagaio fala muito e voa baixo; já a águia é silenciosa, mas capaz de alcançar as nuvens”... Na dúvida, faça o curso sobre como ser uma “equipe Pinguim”, isto é: “fiel, anda em bando, junto; não precisa cobrar para que os prazos se cumpram; metas atingidas; quando surgem problemas, todos assumem...” Quando os humanos conseguirão inverter tal “zoo lógica” do desempenho, da performance, de um certo “darwinismo social” perverso, para então devolver aos trabalhadores e às trabalhadoras sua humanidade?

Apenas “Humano, demasiado humano” (Nietzsche)



Citações:

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bulas_de_Esopo
2. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_La_Fontaine

“ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER” OU “CERTEZA DE MORTE ANTES DA HORA”?

08/06/2020

Diversos acontecimentos recentes, aqui, nesta ‘pátria armada, Brasil’ ou nos EUA, nos obrigam a refletir, com muita dor, de que a sabedoria popular que acreditava que “ninguém morre antes da hora”, perdeu, há muito tempo, a sua validade. Sim, muita gente morre antes da hora, especialmente gente pobre, gente negra, adolescentes e jovens, e, mais recentemente, a pandemia da COVID-19 veio a desvelar ainda mais a realidade da produção social da doença, ou a determinação social da saúde/doença, aqui no Brasil, como em outras partes do mundo, onde reina profunda, grave e crescente desigualdade social. Aqui no Brasil, mais uma vítima com este perfil: pobre, afrodescendente, adolescente de 14 anos, morador em comunidade socialmente deprimida e oprimida. Chama-se, aliás, chamava-se João Pedro, nome de apóstolos e de papas! Sua “esperança ao nascer” foi brutalmente interrompida por uma ação das polícias federal e civil, no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em 18 de maio. Lá nos EUA, outra vítima da discriminação racial, isto é, do racismo que impera naquela sociedade como na nossa: George Floyd,

morto por estrangulamento e asfixia, por policial branco, em clara demonstração de truculência, mesmo sob os gemidos agonizantes – “não consigo respirar” – que duraram de 8 a 10 minutos, no dia 25 de maio.

Se não bastassem estes graves fatos, no dia em que foram anunciadas mais 1.262 mortes por COVID-19, elevando a soma para a vergonhosa cifra de 31.199 vítimas fatais (em menos de dois meses) e mais de 555 mil casos (2 de junho), aparece de forma despuddorada o genocida Presidente do Brasil para dizer que morrer é normal: “é o destino de todo mundo”. Exatamente a naturalização da morte do ‘outro’. Provocado pela mensagem deliberadamente enganosa deste ser desprezível que, tal como o policial branco de Minneapolis, Derek Chauvin, também sufoca o povo brasileiro, que geme por falta de ar – seja pela COVID-19, seja pelas políticas econômicas asfixiantes para os pobres de todos os gêneros, etnias e idades – lembrei-me, uma vez mais, do importante conceito de “Anos Potenciais de Vida Perdidos” (APVP)

Trata-se de um indicador criado para medir o impacto relativo da mortalidade sobre a sociedade. O indicador APVP salienta e quantifica o significado de mortes precoces ou prematuras, isto é, a diferença entre a idade em que as pessoas morreram e a duração média esperada de vida de uma população. Como já dito, é uma forma de contrariar e crença popular de que “ninguém morre antes da hora”... Sim, muita gente morre antes da hora, logo após o nascimento, ao longo da infância, na adolescência, na idade do adulto jovem, na maturidade do adulto, e mesmo já na “3ª idade”, porém antes da idade de sua ‘expectativa de vida’ (ao nascer), ou, talvez, de sua ‘expectativa de morte’...

Esse indicador pode ser estimado globalmente, mas é mais utilizado para analisar o peso relativo de alguma causa de morte mais específica, como por exemplo, as mortes por acidentes de trânsito, as mortes devidas à violência e outras mortes evitáveis. O conceito de anos potenciais de vida perdidos parece ter sua origem na obra *Political Arithmetic* (c.1670), do economista e filósofo inglês Sir William Petty (1620-1687), e foi aperfeiçoado por Louis Israel Dublin e Alfred Lotka, em sua obra *Money Value of a Man*, publicada em 1930. O cálculo é realizado pela somatória dos produtos do número de óbitos por causa específica, ocorridos em cada grupo etário, pela diferença entre a idade limite esperada para aquela população e o ponto médio de cada grupo etário.

O indicador APVP pode ser expresso por 1.000 habitantes, como uma taxa por grupo populacional. Retornando à grave pandemia que assola impiedosamente o Brasil, análises epidemiológicas coincidem em mostrar que a distribuição das mortes não tem sido aleatória, nem a faixa etária tem sido a variável determinante mais importante. Ao contrário do perfil ocorrido nos países europeus mais atingidos, no Brasil, assim como em outros grandes países socialmente muito desiguais, morrem mais pobres e miseráveis; mais negros que brancos e pardos; mais desempregados e trabalhadores em atividades informais ou ‘pejotizadas’ e sem proteção social, entre outros.

Mais do que sua idade, pesa muito sua condição social de vulnerabilidades múltiplas (inclusive favorecendo as ‘comorbidades’ não diagnosticadas e nem tratadas). São as mesmas pessoas que não podem “ficar em casa”, seja por nem casa terem; seja pela aglomeração doméstica e condições habitacionais desumanas; seja porque, muitas vezes, são os mesmos que têm de utilizar transportes públicos, ao longo de muitas horas diárias; e, por último, seja porque exercem atividades atualmente classificadas como “essenciais”... Essenciais para nós, e essenciais para a sociedade, talvez não para eles e elas... Ganhar o pão honestamente tem sido sinônimo de perder a vida, em muitos casos. Paradoxalmente, como se não bastassem os riscos de adoecer e morrer pela pandemia, estas mesmas pessoas e muitos outros milhões estão sendo também cruelmente atingidos pelas consequências econômicas e financeiras, onde se aliam a real crise que alcança o sistema produtivo brasileiro, com a omissão ou insuficiência da responsabilidade constitucional do Estado em suprir as necessidades dos mais vulneráveis e miseráveis, diferentemente de outros países que mobilizaram grandes recursos públicos e também privados, para amenizar a desgraça e alavancar a Economia.

Em nosso caso, o pano de fundo foi agravado pelas políticas neoliberais de “Estado mínimo”, de ataques aos serviços públicos e aos direitos sociais, e pelo sucateamento deliberado do que havia de mais elevado potencial – o Sistema Único de Saúde/SUS – o que explica, em substancial parte, o curso especialmente acelerado e calamitoso da pandemia da COVID-19 no Brasil e, por conseguinte, as consequências sociais e econômicas associadas, tão ou mais cruéis.

Encerro com uma reflexão dolorida e dolorosa: ultimamente tem morrido tanta gente que não precisava morrer.... Gente como nós, que, ao vir a este mundo, tinha muita “esperança de vida ao nascer”. Porém, sua esperança ao nascer foi se desvanecendo e se transformando em quase certeza. Certeza de morrer antes da hora! Evento que os epidemiologistas denominam “mortes precoces”, “mortes prematuras” e “mortes evitáveis”; o ser nefasto de Brasília denomina como “normal”, porém nós rotulamos como uma forma de “genocídio deliberado”.



FORMAÇÃO HUMANA E RINOCERONTITE

08/01/2019



Em 1959, Eugène Ionesco escreve a peça O Rinoceronte. A obra é surpreendente, não apenas para os leitores como também para as próprias personagens de uma pequena cidade francesa, que se veem aterrorizadas com o aparecimento de um rinoceronte desgovernado, às soltas pelas ruas, provocando nos habitantes locais as mais diversas reações: o que é? De onde veio? Para onde vai? De um corno ou dois? É perigoso?

As questões sem respostas passaram a povoar o imaginário social daquela pacata cidade. E ali onde quase não se tinha assunto para longas conversas cedeu lugar ao conteúdo preferido dos amigos na mesa de bar e dos amantes no leito matrimonial. A trama se desenvolve em três atos e é curioso observar como as personagens espantadas vão, cada vez mais, resignando-se e aceitando o grande mamífero como parte do vilarejo, numa espécie de adesão sem maiores questionamentos, ao passo que todos assistiam ao crescimento exponencial dos bichinhos. De repente, o leitor dá-se conta de que os próprios habitantes da cidade eram os rinocerontes e muitos foram rápido e facilmente contaminados pela rinocerontite, de maneira quase inexorável. Mais espantoso é saber que restou um casal que discute a própria transformação. A mulher não resiste e se entrega àquele vírus e, em seguida, o homem decide fazer o mesmo. Relutante e ainda alucinado pela contaminação, ele encontra dentro de si um lampejo de lucidez que o faz perguntar: por que? Finalmente, a decisão de resistir.

A apressada descrição da peça de Ionesco serve de metáfora para uma breve análise da época do conformismo generalizado e das ideias totalitárias que presenciamos, atualmente, na política, na ciência e no trabalho, e o papel da formação. Foi preocupante observarmos, recentemente na política, a sociedade brasileira, cuja diversidade, multiplicidade e diferença saltam aos olhos, tratar as opiniões divergentes como um retrato em preto e branco. Uma espécie de escolha maniqueísta, na qual restavam apenas duas opções. É evidente que pensamos de maneira diferente. Contudo, de modo geral, nossas opiniões divergentes estabeleceram poucas chances de convivência e aparição no espaço público, por medo do julgamento e crítica do outro. Na maioria dos eventos acadêmicos que abordam temas de grande relevância contemporânea, o fato mais comum é observarmos uma relativa homogeneidade do público que, na maioria das vezes, pede a palavra para sintomaticamente dizer “eu concordo com quase tudo que foi dito aqui”, e poucos são aqueles corajosamente motivados a expressar algo diferente do que está sendo debatido.

A maior estranheza, nesse contexto, no entanto, é o susto, para não dizer indignação, da plateia que assiste incomodada e com desprezo a qualquer opinião contrária ao que está sendo posto. Ao invés de agirmos como sujeitos que pensam de maneira diferente e faz a crítica tão necessária ao desenvolvimento humano, optamos por concordar com o que está sendo dito, de modo a complementar as ideias em circulação, quando não preferimos o silêncio. A provocação toca em uma espécie de tendência que insidiosamente revela os aspectos que temos em comum quando deveríamos tratar, de fato, das nossas diferenças.

Parece que estamos refazendo o referencial que distingue o bem do mal, o certo do errado, o verdadeiro do falso e, ao mesmo tempo, perdemos a coragem de falar seriamente sobre isso. Numa época de críticas às narrativas universais e glória aos feitos cotidianos, a vida social ganhou parâmetros mais elásticos sobre o que ela própria seja (e essa elasticidade é bem-vinda), sem dimensionar o perigo dessa prática, por não se ter modelo algum, ou como se diz comumente, para cada um ter seu próprio parâmetro, destruindo qualquer possibilidade de julgamento das ações.

No que diz respeito à formação humana, para além ou aquém da falta de modelos sobre os quais podemos nos espelhar e nos inspirar, o risco do pensamento único é matar aquilo pelo qual a democracia tem mais interesse: o pensamento divergente, o debate de ideias, o apreço pela diferença. De maneira paradoxal, queremos formar pessoas que pensam de maneira diferente, plural, quando na verdade, o que fazemos é aceitar somente aqueles que pensam do mesmo modo que nós, preferencialmente, com os mesmos autores, ideias, argumentos, conceitos, teorias. Quando falamos em formação crítica, um bom exercício para realizá-la é começarmos com um inventário a respeito de nossas próprias práticas, pois a crítica é útil quando dirigida aos outros, mas especialmente necessária quando voltada para nós mesmos. A crítica e a autocritica são o remédio mais antigo e também o mais eficaz para combater toda forma de pensamento autoritário e de conformismo generalizado, quer sejam totalitários ou relativos. Se não examinamos nossas ações, se não nos interrogamos sobre o que estamos fazendo, agimos de forma condenada, tal e qual os rinocerontes, descritos na ficção por Eugène Ionesco.



QUANDO O EU ENCONTRA A DIFERENÇA (PARTE 1)

11/11/2019

Há algum tempo atrás, visitei a cidade do Recife e conheci um motorista de aplicativo que foi a mais perfeita metonímia¹ do que vive a sociedade brasileira atualmente. Como de costume, sempre que uso aplicativos de transporte, procuro saber um pouco mais dessa nova configuração do processo de trabalho, as vantagens e desvantagens dessa atividade, na opinião de quem a pratica. No caso do Sr. Ferreira, faltou-me essa oportunidade porque antes mesmo de puxar assunto, como de costume, ele, imediatamente me ofereceu mote para um diálogo, de maneira bastante inusitada se comparada ao

modelo enfadonho de comportamento que as agências de aplicativo de transporte exigem. O motorista se atrasou, arrastou o carro quando me aproximei, reclamou da força que foi empregada para fechar a porta do veículo, alegando que aquela não seria a última vez a utilizá-la, e ainda aproveitou para queixar-se do comportamento das pessoas e da libertinagem da sociedade atual. Eu lhe indaguei num tom irônico a razão da sua revolta. Ele imediatamente percebeu a brincadeira e todos deram aquela casquinada, pois ali estavam dois típicos gaiatos, como designamos no Nordeste aqueles rapazes travessos, cômicos, maliciosos e brincalhões que levam a pilhéria até o limite do cansaço. A conversa foi imediatamente reiniciada pelo meu conterrâneo com a enigmática pergunta dirigida a mim: “qual a sua origem?”, disse-me todo faceiro. Respondendo-lhe que a sua indagação era demasiadamente vaga e desprovida de sentido, o taxista não se poupou de me acusar de político, no sentido mais pejorativo do termo, aquela pessoa que faz uso da retórica para iludir o outro. E não contente com a denúncia, insinuou que a minha ignorância era indisfarçável porque a resposta poderia ser dita por meio de uma simples e única palavra. Eu vou confessar que aquela ladainha despertou o meu artil retórico e rapidamente percebi que meu interlocutor suportava bem gozações quando lhe devolvi a pergunta. Sem muito o que fazer, sob pena de o assunto ser encerrado e a minha curiosidade perder a motivação, o homem falou a mais decepcionante de todas as respostas.

Disse-me ele: “minha origem é Deus”. Longe de mim colocar em questão as crenças dos outros, pois, estas sustentam o que nada mais seria capaz de fazê-lo, contudo, seu Ferreira me desafiou a fazer aquilo que mais gosto e praticamente é o cerne da minha atividade como professor: interrogar-se a respeito das próprias representações. Note-se que o pronome no plural é para demonstrar que utilizo uma medida bem maior para interrogar as minhas próprias crenças se comparada com aquela que aplico aos outros. E imbuído desse desejo e ao mesmo tempo embebido por ele, questionei ironicamente: “E se Deus não existir? O senhor já parou para pensar nisso?” E de forma ainda mais convicta e implicante acrescentei: “eu venho das entranhas de minha mãe”. Não preciso descrever longamente a cara de espanto daquele sujeito, demasiadamente cristão, ao encontrar-se face a face, dividir por algum tempo o seu espaço e respirar o mesmo ar com alguém que duvidasse da existência do que é talvez a mais cristalizada verdade do ocidente. Seu Ferreira era ele todo decepção.

Jamais pensou em toda sua existência que alguém pudesse ter a jactância de dizer-lhe o que naquele momento ouvira e com toda circunspeção adquirida por um homem. A heresia que professava na opinião do evangélico era tão impensável que ele não hesitou em me repreender algumas vezes, pondo a culpa de quase todos os males da humanidade em pessoas como eu, pelo simples fato de duvidar da existência de ninguém menos que o Todo Poderoso. Rapidamente, ele decidiu me mostrar um vídeo de pregação do pastor da sua igreja para convencer-me que eu era puro pecado.

Sem sentir-me de maneira alguma ofendido pelo posicionamento político daquele homem, tratei de devolver-lhe a crítica, determinando a fonte nas desigualdades sociais aos valores que ele compartilhava e que pouco dizia a respeito da sua classe: seu Ferreira era pobre, preto, nordestino, desempregado, motorista de aplicativo mas encarnava o ethos do homem, macho, branco, sulista, heterossexual, cristão e empreendedor. A conversa ganhou um rumo inusitado, embora previsto, quando o homem se arriscou a dizer que eu certamente não iria para o céu, como se esse fosse o castigo máximo dado a um mortal. Maliciosamente, questioneei a razão da criatura me julgar daquela forma, quando o próprio livro dos cristãos já os adverte que somente Deus tem o direito de fazê-lo. *Como a corrida era longa e a conversa também, encerro esta prosa na próxima coluna. Até lá.*



Citação:

1- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Meton%C3%ADmia>

QUANDO O EU ENCONTRA A DIFERENÇA (PARTE FINAL)

26/11/2019

De maneira bastante inteligente e imediata, aquele trabalhador, mesmo desconhecendo os escritos bíblicos, pois não era muito chegado à leitura, negou que estivesse fazendo qualquer julgamento. Imediatamente, indaguei-lhe sobre a origem das suas representações quando de maneira inquestionável ele nos disse que todo conhecimento sobre si e sobre as coisas do mundo sempre estiveram no interior da sua alma. Entretanto, o ápice do espanto daquele devotado praticante diante da mais descrente personagem ocorreu quando lhe falei, evidentemente de forma jocosa, sobre a monotonia do céu. E completei dizendo-lhe que ao chegar lá, ele teria a mais decepcionante de todas as suas experiências. E acrescentei: “Sr. Ferreira! O mundo é muito grande para caber numa única ideia”. Nesse momento, revelei ao meu companheiro de viagem a minha crença no Budismo e expliquei-lhe muito rapidamente os fundamentos desta religião.

Para minha surpresa, o cristão jamais ouvira falar em qualquer religião que não tivesse Deus como gênese de todas as coisas. Falamos sobre quase tudo: política, religião, sexualidade, saúde, violência, desemprego, Bolsonaro, Lula, Dilma, PT, PCdoB, direção defensiva, futilidades e chegamos à única conclusão possível que não concordávamos em absolutamente nada. Definitivamente, Seu Ferreira era a minha negação e eu a dele. A

conversa, embora tensa, foi bastante respeitosa e ambos estávamos muito à vontade para expormos nossas crenças e ideias, tanto que o motorista deixou escapar, com um misto de prazer e indignação sua preocupação com as mulheres da igreja que não usavam roupas adequadas. Essa fala foi uma espécie de levantamento que me preparou para um ataque perfeito.

E de maneira jocosa, perguntei-lhe: “então, é isso que o senhor vai fazer na igreja?”. Evidentemente, todos demos gargalhadas intermináveis quando discretamente lhe perguntei na sequência se era casado e tinha filhos. Como se não bastasse, ele disse como todo bom garanhão brasileiro que sabia da existência de quatro. Naquele momento Seu Ferreira deu-se conta do quanto aquele protótipo de perfeição, era puro defeito. Não que ele não soubesse disso, pois teve tempo e maturidade suficientes para adquiri-lo, contudo a sua condição demasiadamente humana, exposta a todos nós, de maneira indubitável, o levou ao desconforto tão avassalador que daquele momento até o final da corrida, o seu desejo expresso era tão logo encerrar a viagem. Não é preciso reiterar o quanto eu e seu Ferreira encarnávamos ali personagens, cuja intenção era construir uma boa pilhéria, embora o conteúdo da conversa estivesse recheado de alguma verdade. O motorista ficou abalado, se não com as suas convicções, certamente com as minhas.

A mim, ele ensinou três coisas: o conservadorismo brasileiro é mais profundo do que eu imaginava e as oportunidades de questionamento são mais rarefeitas do que as descritas pela literatura. Acreditamos algum dia que a formação escolar daria ao cidadão elementos suficientes para ele se interrogar sobre as próprias representações, algo que raramente aconteceu. E embora o assunto mais explorado tenha sido religioso, claramente, isso não significou, ao menos do meu ponto de vista, impor nossas crenças um ao outro, mas refletir sobre o que somos capazes de eliminar, excluir ou matar quando estamos decididos a preservar uma identidade seja como discurso ou como prática. E apesar das nossas evidentes dissemelhança e assimetria, ali não estava em disputa um projeto de sociedade cuja existência dependeria da eliminação do outro, dado que vem sendo comprovado a cada feminicídio, homicídio, racismo, e outras mazelas sociais. Mesmo porque, e diferentemente do que pensava desde a última eleição que colocou no poder uma legião de ultraconservadores, essa escolha popular, em grande parte, não encarnava projeto algum de sociedade, embora, sem o saber, todos que de alguma forma contribuíram para isso foram peças úteis nessa engrenagem. Na conversa com Seu Ferreira estavam em disputa crenças e verdades de pessoas bastante diferentes, não por origem mas por projeto de vida, cujas dores e desconfortos causadas pela ignorância ou espanto, pareciam suficientes para expor um ao outro, com uma boa dose de respeito, humor, sarcasmo, implicância e pilhéria aquilo que de fato representamos, somos e vivemos. E além disso mostrou na prática o que a literatura não se cansa de repetir, que

conviver com a diferença é algo muito difícil e exige abertura. No meu caso e do seu Ferreira, a conversa somente foi possível porque mediada pelo riso. Foram a encenação, a personagem, o drama e a comédia (além fato de sermos nordestinos) que nos fizeram suportar bem e com toda dignidade a presença um do outro. Esse episódio serviu mesmo para me lembrar, como bem disse o poeta, que talvez os ingredientes necessários para fazer o humano lidar com o seu diferente esteja mesmo na arte.



“EU NÃO CONSIGO RESPIRAR”

06/07/2020

O mundo presenciou recentemente o caso de um policial branco que na captura de um homem negro aplicou-lhe um golpe de imobilização que o levou ao sufocamento seguido de morte o evento que ficou conhecido como “caso George Floyd” não foi evidentemente o primeiro nos Estados Unidos muito menos e tristemente seria o último pois dias depois desse infame e comovente episódio outro homem negro viria a ser morto a tiros por policiais brancos em circunstâncias semelhantes UFA DIFÍCIL RESPIRAR SEM VÍRGULA de fato a morte não calculada do George Floyd foi tratada como uma questão racial virando estopim para sucessivas manifestações públicas não apenas do povo norte americano por meio do icônico movimento black lives matter (vidas negras importam) que expõem a ferida aberta e dolorosa do racismo e a cruel violência contra pessoas negras mas também espalhou-se por toda Europa e Oceania chegando de forma esperada à América Latina particularmente no Brasil cuja sintomática identificação com a vítima do assassinato apenas ratificou o desprezo por pretos e pobres ainda fortemente representado pelas forças coercitivas da nossa sociedade a prova mais recente dessa abominável significação foi apresentada por pessoas comuns iguais a nós que flagraram por meio de sucessivas imagens gravadas policiais agredindo e matando jovens negros na periferia de São Paulo um episódio que tal como o americano apenas reencarnou atos passados presentes e futuros de ataques contra o povo negro e pobre cujo trágico desfecho foi exposto em cadeia nacional UFA DIFÍCIL RESPIRAR SEM VÍRGULA E SEM PONTO MAIS AINDA apesar da gravidade da situação surpreenderam-me entretanto as reações em cadeia e em escala mundial manifestadas principalmente a partir da morte do americano contra esse tipo de violência no ápice da pandemia do novo coronavírus evidentemente foi sintomática a coragem dos manifestantes para desafiar o inimigo invisível das ruas inabitadas romper com o isolamento social imposto pelas autoridades enfrentar as forças do Estado que

buscam manter o status quo e protestar contra instituições autoritárias de toda natureza que reforçam práticas raciais e discurso de ódio contra a população negra no caso brasileiro a população oprimida clama por mudanças radicais na forma dos policiais abordarem a população mais pobre que vão além das incipientes embora válidas notas de repúdio do Estado que condenam atos de violência e do esforço (demasiadamente pueril) de treinamento dos policiais como se essas alternativas desacompanhadas de um projeto de reformulação estrutural das instituições sociais fossem capazes de alterar as significações sociais que alimentam o racismo brasileiro das quais o próprio policial é também corolário UFA DIFÍCIL RESPIRAR o asfixiamento de G. Floyd claramente demonstrado por todos os músculos do seu corpo dispensaria qualquer palavra agonizante se não fosse ao custo do seu bem mais precioso para nós e talvez para as milhares de pessoas que abandonaram o isolamento para protestar ou mesmo aquelas que assistiram pela TV e se sentiram de alguma forma parte daquele protesto as palavras de Floyd significaram para além de um pedido desesperado e inútil de socorro a experiência da falta de ventilação literal e figurada que ameaça o mundo contemporâneo UFA DIFÍCIL RESPIRAR a pandemia do novo coronavírus impôs o uso de máscara que tem retirado de nós a sensação de poder tocar o ar sem intermediários e mesmo que os estudos mostrem que usar o acessório em nada interfere no processo respiratório físico muito pelo contrário tem sido uma arma bastante poderosa para evitar a doença a sensação de sufocamento especialmente para os que nunca se viram obrigados a usar o equipamento ao ponto de decidir não adotá-lo assumindo os riscos conhecidos desta decisão é inegável e não sendo suficiente o artefato entre nossos pulmões e o ar que os alimenta usado sobretudo para limitar nosso contato com os espaços públicos fomos levados ao confinamento doméstico que trouxe consigo diversas limitações no ir e vir das pessoas na busca por novos ares uma delas e talvez a mais dramática refere-se à qualidade das moradias expostas pelas desigualdades sociais aprofundadas pela pandemia que para muitos brasileiros diferentemente da maioria dos europeus é precária minúscula abafada UFA DIFÍCIL essa porém não é de fato a crise respiratória mais aguda que afeta as centenas de pessoas que aguardam desesperadamente por aparelhos respiradores sem os quais a capacidade física de ingestão do ar fica reduzidíssima e que tem levado ao óbito real de milhares de infectados pela triste doença cuja escassez e a corrida pela aquisição do equipamento na qual o sobrepreço e a corrupção que vieram a reboque mostraram a extensão ilimitada da ganância humana expuseram também a crueldade do sistema capitalista ironicamente um dos principais sistemas do corpo humano atacado pelo novo vírus nesse cenário já tão sufocante é o respiratório e como se não bastasse encontramos profissionais de saúde afogados pela sobrecarga de trabalho e estrangulados pela falta de insumos que muitas vezes os levam a escolhas sequer imaginadas nos romances de Willian Styllon pois de forma ainda mais

trágica o principal equipamento que lhes falta é exatamente aquele que o impede de inalar o vírus e que ajudaria a oxigenar os pulmões daqueles que estão sob os seus cuidados e esse também não é o seu principal desafio pois a intensificação do trabalho um privilégio longe de ser exclusivo posto que a queixa dos trabalhadores em geral de adoecimento é relacionada ao excesso de trabalho condições adversas e à necessidade de readaptação ao novo contexto imposto pela pandemia aumenta ainda mais nossos engasgos isso porque não estamos a contar os milhões de desempregados ou inempregáveis que diariamente são asfixiados pelo mar de incertezas e vulnerabilidade a que são impostos para preservar minimamente a própria vida e a dos seus familiares UFA o fato é que todos nós por diferentes eventos presenciamos uma atmosfera irrespirável o racismo bochornoso contra negros a opressão policial contra pobres a falta de condições para atender adequadamente a saúde da nossa população o isolamento a irresponsabilidade de políticos brasileiros a corrupção que a pandemia somente oportunizou o desemprego a doença “eu não consigo respirar” a exigência natural da respiração talvez o primeiro desafio que a vida nos impõe e que ao longo da nossa experiência normal se tornou um hábito que mal nos damos conta parece ter se tornado como os inumeráveis bens produzidos pela sociedade desigual um privilégio o suplício abafado de George pelo respiro representa para nós o sufocamento de uma sociedade que não aguenta mais injustiça desmando sofrimento desprezo pelos outros miséria a nossa sociedade clama por mudanças

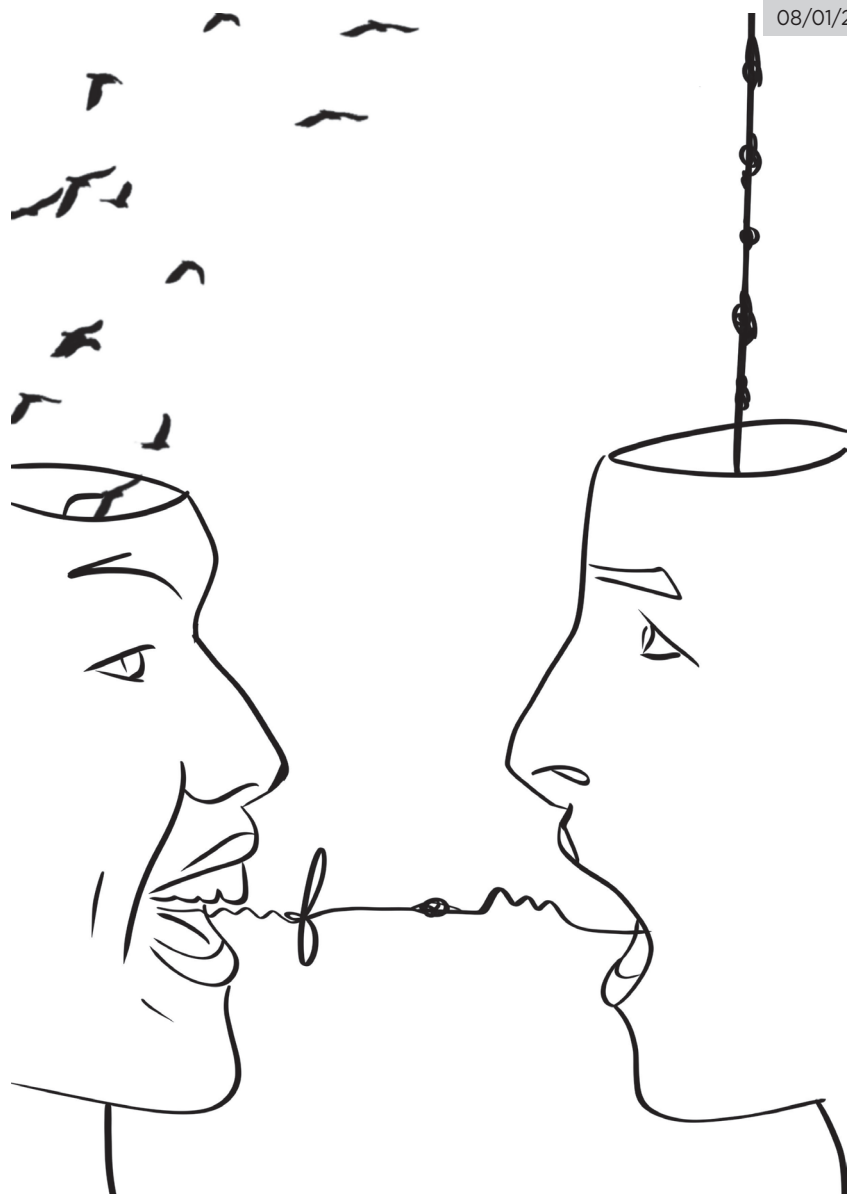
PRECISAMOS RESPIRAR!



Annibal Coelho de Amorim

ENTRE PESSOAS E PALAVRAS

08/01/2020



Muitos estudiosos se dedicam ao poder que as palavras detêm. Foucault se inclinou sobre o poder do discurso; Gergen descreve os efeitos colaterais da linguagem do déficit na cultura; Blikstein analisou aspectos meliorativos e pejorativos das palavras na fabricação da realidade; Bardin demonstra o método da análise de discursos, estes são apenas alguns dos exemplos sobre a temática. No início de um novo ciclo - ainda que os anos mantenham uma certa redundância de fatos e circunstâncias - o par de oposição das palavras laços e nós despertou em mim o desejo de examinar como cada uma delas pode revelar aspectos caracteriológicos na relação das palavras e as pessoas. À primeira vista, tendemos a subsumir de que existe uma estreita ligação entre as palavras utilizadas por pessoas e determinados aspectos dos seus comportamentos cotidianos, mas acredito que existem determinadas nuances que gostaria de esclarecer. Sabemos que, nem sempre, as palavras utilizadas por determinados indivíduos podem revelar o verdadeiro significado de suas intenções.

Quando este aspecto é, por exemplo, aplicado a grupos o problema se multiplica porque independente de classe social, gênero, faixa etária, etc, os valores que atravessam um coletivo variam bastante. Simplificando: determinadas pessoas são conhecidas por seu caráter mediador o que nem sempre se expressa pelas palavras que utiliza em seu dia a dia. Outros, na contramão deste argumento, são reconhecidos pelo caráter destrutivo de suas ações, por vezes refletido no conteúdo de uma simples frase que pronunciam. Sem nos aprofundarmos nos intrincados significados filosóficos da expressão “penso, logo existo”, podemos propor que grande parte dos valores positivos da existência humana em contextos sociais é mediatizada pela linguagem que um indivíduo utiliza como “resultado do que pensa”. Deixemos de lado, momentaneamente, os conteúdos simbólicos aos quais Freud e outros estudiosos da psicanálise dedicaram grande atenção, para revelar aspectos deste “pensar e existir”. Me inclino ao exame de “pessoas como texto”, como costuma referir Kenneth Gergen, porque isto facilita a tarefa a que me proponho neste momento: “pessoas como laços” e “pessoas como nós”. A aceção dos laços sociais que conseguimos construir é mais facilmente assimilável, enquanto que a dimensão dos nós, das amarras requer um maior aprofundamento, que não pretendemos examinar neste texto. Em uma mensagem que o “acaso” acaba de materializar diante de mim, vejo que as palavras respeito, direitos, transparência, consciência, valores, ética, por exemplo, têm uma importante função moral em nossas sociedades (elas são tantas) e nos ciclos de humanidade que vivenciamos, ora mais próximos do que entendemos como civilização, ou no extremo oposto, o da barbárie.

“Pessoas como laços”, que expressam sua existência interior como parte de uma tarefa de aproximação, da construção de pontes e diálogos, cumprem a função moral indispensável ao processo civilizatório. Outros, infelizmente, se dedicam a amarrar, a apertar os nós que “esganam” em muitos aspectos as frestas de luz que devem permear os

relacionamentos sociais. Estes últimos funcionam de forma amoral e pouco se importam se os seus gestos ou suas palavras têm papel próximo da barbárie. Muito do que temos vivenciado em várias partes do planeta apontam para um processo em que grupos de “pessoas como nós” sentem-se à vontade para difundir seus “valores” sem qualquer preocupação os seus gestos ou palavras irão contribuir para um esgarçamento do frágil tecido social que nos cobre. Não há, por parte destes últimos, qualquer gesto de “desatar nós”, pelo contrário “quanto mais apertado melhor” (pobres criaturas). O novo ciclo humanitário que se abre nos impõe um papel crucial no que denomino da função moral da comunicação como um elemento civilizatório, opondo-se com sensibilidade ao caráter bárbaro que insiste em se difundir entre indivíduos que “pensam e existem como seres primitivos”. Deixemos de lado os preceitos religiosos e as justificativas ideológicas que alguns destes seres abjetos utilizam para justificar os seus atos ou palavras.

Devemos buscar formas de identificar mais e mais “pessoas como laços” que sintam-se à vontade para estabelecer novos movimentos civilizatórios entre pessoas e palavras. Nos labirintos da existência humana não de existir sempre mil oportunidades para enfrentar os riscos de uma crise sem precedentes que nos jogue de vez nas valas rasas de “uma existência vazia”, qualquer que seja o sentido epistemológico ou filosófico que queiramos atribuir as palavras existência e vazia. Um profeta das ruas - não são profetas todos aqueles que falam com o “comum de todos”? - de sobrenome “gentileza”, pregava entre pessoas com palavras que representavam, a seu modo, a forma gentil de “desatar nós” que nos afastam de uma existência mais significativa. No momento em que, “pseudo profetas” do caos espalham o ódio e a intolerância como armas da barbárie, “pessoas como laços” são necessárias ao papel civilizador em sociedade, antes que lancem mão barbárica do “existo, sem pensar” entre pessoas e palavras. Mais do que nunca, torna-se vital apostar que “gentileza gere gentileza” ... Se, de fato, estamos entre pessoas e palavras, o que esperar de “pessoas como laços” e “pessoas como nós”? Que encontrem o caminho do meio que nada mais é do que a paz interior. Uma outra palavra? Sim.

Paz como palavra dentro do coração é a mansidão tão desejada e para tantos inalcançável porque não a colocam em ação. Paz é mais do que uma palavra entre pessoas, é um propósito superior. É a única palavra entre pessoas que tem o poder de, ao mesmo tempo, desatar nós e criar laços. Paz como ação é uma síntese entre pessoas e palavras, presente entre os antigos escritos como a representação daqueles “mansos de coração”, porque operam a verdadeira transformação que supera os limites do “penso, logo existo”. Onde há a paz interior nada abala a existência, nada é questionado pelo intelecto. Entre pessoas e a palavra paz como o significado de existência cessam os duelos dos extremos (nós e laços) porque se atinge o existir com propósito. Quando impera a paz desaparecem as fronteiras e as amarras que nos impedem de alcançar que esta palavra, finalmente, nos seja

revelada. Os mestres em ascensão - ato ou efeito de ascender; ascendimento, elevação; qualidade ou estado do que está em ascendência, movendo-se para cima, elevando-se - sabiam que estamos caminhando entre pessoas e palavras, para discernir o real significado da existência humana. Muitos - Jesus, Buda, Gandhi - alcançaram a chamada iluminação interior que representa a conjunção maior do existir sem questionamento, onde impera a palavra reveladora da Paz. No dia mundial da Paz, muitos dão-se ao trabalho de descobrir exteriormente a paz, que somente pode ser alcançada aos poucos interiormente, unindo o sentido das palavras e as aproximando verdadeiramente das pessoas que mais necessitam de uma existência pacífica, por meio de gestos que combinem com sua realidade interior ...

Será que existe realidade exterior ??? “Bem aventurados os mansos de coração (ou de espírito), porque eles herdarão a terra” (o plano terrestre), aponta Mateus 5: 3-10, ou “aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas” (o plano espiritual), como expresso pelas palavras de Mateus 11:28-30. Assim caminha a humanidade entre estes dois planos, o terrestre e o espiritual, expondo-se aos mais diversos rituais em fechamento e abertura de ciclos. Milhares, convocados em pompa e circunstâncias pelos “artifícios dos fogos”, buscam fora o que deveriam encontrar dentro de si mesmos, a renovação, a fé, um pouco da humanidade a qual deveriam se ater. Mas como a caminhada perdura, quem sabe conseguimos encontrar as palavras e as pessoas certas, no reinício ansiado deste ciclo que se aventura entre nós.

Caminhemos entre pessoas e palavras ...



“COM TODO O RESPEITO...”

07/02/2020

Enquanto o novo Coronavírus se espalha por várias cidades da China e outros países mundo afora, por aqui se constata que um outro tipo de vírus foi inoculado no aparelho respiratório da frágil democracia brasileira. Pelos “sinais e sintomas” já observados desde 2018, por aqui não há “vigilância sanitária” que seja capaz de deter este “surto”, que pode se transformar em uma “epidemia”, “com todo o respeito” ... Nos explica a biologia que existem diferenças entre as cepas dos vírus circulantes. Os epidemiologistas além de acompanharem o desenvolvimento desta nova epidemia, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) já de interesse internacional, buscam, na medida do possível, tranquilizar a população, uma vez que circunstancialmente temos casos apenas suspeitos mas não confirmados. Mas “com todo o respeito” peço licença aos especialistas que se inclinam no exame deste “novo patógeno” e

ouso voltar a análise de que o vírus que atinge a república é relativamente muito bem conhecido e penetra aos “poucos na vida dos brasileiros” todas as vezes em que as “autoridades abrem as bocas”. Se do lado de lá (da muralha da China) o Coronavírus revela evidências de transmissão de humano a humano, do lado de cá do paraíso dos trópicos esse fenômeno se dá da mesma forma e a Terra Brasilis testemunha o grau de virulência nas declarações destas “autoridades”, “com todo o respeito”, no mínimo desencontradas e recheadas de argumentos pueris.

Na China, se estabelece a quarentena como uma medida preventiva para restringir o contágio com o novo Coronavírus, enquanto por aqui devia ser imposta pela imprensa e os meios de comunicação de massa um tipo diferenciado de “quarentena comunicacional”, evitando-se “com todo o respeito” que se espalhe entre nós o vírus da intolerância e do ódio, que atualmente se propaga em proporção geométrica. Uma quarentena das “entrevistas” de certos personagens no atual cenário nos pouparia de sermos invadidos, ora por ataques à língua portuguesa (“imprecionante”; “conje”) e esta coluna com todo o respeito, pede desculpas aos leitores do OPINIÃO por veicular estes impropérios, sob o risco de espalhar a infecção da “ignorância”, agravando o estado de saúde da cultura nacional. Sinceras desculpas pelos fragmentos deste novo FEBEAPÁ [*Festival de Besteiras que Assola o País / de Stanislaw Ponte Preta*]... Enquanto na China são construídos hospitais em menos de dez (10) dias, por aqui diariamente batemos recordes e mais recordes de problemas em várias áreas da vida corrente. Constatamos que uma empresa pública - que deveria cuidar da oferta de água potável límpida, sem cheiro e sem gosto - é parte estrutural e significativa de um problema de saúde, contaminando lagoas com esgotos e outros rejeitos de sua própria rede. Infelizmente, como podemos constatar, agentes públicos em diversos níveis podem ser responsabilizados pela crise sanitária, e, quando são chamados a se manifestar, contribuem “com todo o respeito” para o agravamento das condições (de distribuição da água; realização de certames educativos, etc) de prestação de “serviços” à população que paga regularmente por estes. O diagnóstico e o enfrentamento do problema sanitário na China e em outros países requer minimamente um compromisso com a coletividade, que por seu trabalho contribuíram para o chamado produto bruto interno. Aqui, na contramão desta lógica, vemos “autoridades” despreparadas servindo-se de um discurso improvisado para se recusar a retirar do epicentro da “epidemia do Corona” famílias e indivíduos brasileiros que se encontram em território chinês, alegando “com todo o respeito” a falta de legislação, dispositivos orçamentários e de logística, deixando à própria sorte cidadãos e cidadãs brasileiras. Onde, nesta “hora epidêmica”, “com todo o respeito” encontra-se o slogan “Brasil acima de todos”?

Me pergunto e respondo de pronto: a) se “com todo o respeito” garantias trabalhistas são eliminadas enquanto algumas classes são protegidas; b) se a cultura do país (hora sim e uma outra hora também) é perseguida por pensar diferente; c) se aqueles que trabalharam e se encontram aposentados enfrentam filas da previdência para provar que estão vivos; d) se

a educação e a saúde pública correm riscos de falência gradativa pela não disponibilização de verbas básicas e necessárias, somos todos levados a pensar que se isso é feito “com todo o respeito”, imaginem quando perderem de vez o respeito. Vejo com preocupação que enquanto não encontrarmos uma maneira eficaz de combater o vírus que se disseminou no organismo da frágil democracia brasileira - que nos discursos combate a corrupção mas nas práticas mantém sua virulência -, teremos dificuldades severas de enfrentar os vírus biológicos (o corona, por exemplo) pois carecemos ainda de um status solidário, estimulados que somos cotidianamente para enfrentar “inimigos imaginários”. Fico imaginando o melhor para que rapidamente chineses e outros cidadãos do mundo possam superar esta crise de proporções ainda inimagináveis, mas não posso deixar de antever que se o quadro atual de epidemia se converter em uma pandemia, podemos vir a constatar que as “autoridades atualmente investidas” atravessarão verdadeiro “pandemônio” com “todo o respeito”! Lembro, por fim, de uma frase que poderia se aplicar a este “contexto (pan)demoníaco” (desculpem o neologismo): “respeito é bom e eu gosto”, mas o que estamos assistindo não pode ser caracterizado como tal ... Haja quarentena para isolar todos os tipos de vírus do lado de cá deste “paraíso tropical”: estamos bem longe da “imunização” contra mais esta “epidemia de respeito”...



Citação:

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/Febeap%C3%A1_-_O_Festival_de_Besteira_que_Assola_o_Pa%C3%ADs

A PALAVRA TARJA...

29/04/2020

Assim de repente eu descobri que as palavras
escorrem de dentro de mim e,
por vezes,
se encontram no papel.
Outras, com vida própria,
acabam se confundindo
e se embaralham no meio dos livros,
feito rascunhos, mal acabadas.
Algumas como num ensaio ou num ballet
frenético se despencam por aí e viram poesia,
enquanto palavras insurgentes

viram manifestos culturais,
roteiros de filmes
ou discurso empolgado
de trabalhadores em estado de greve.
Mas nada mais surpreendente
que palavras indisciplinadas,
que não aceitam regras impostas
e acabam de castigo em um canto de nossas
cabeças, até que um amigo
(editor de palavras) fidelíssimo te explique que
“palavras foram feitas para a partilha, livre,
leves e soltas que bem passarinhos”.
Esse tipo de palavra não aceita ficar
contida dentro de “uma caixa”,
ela busca escapar de qualquer maneira,
pula o muro, quebra a corrente,
se transmuta para o sonho
mas não se “dá por vencida”.
Esse tipo de palavra,
revolucionária em seus gestos,
se comporta como uma canção que todos
cantam e não esquecem em show de rock,
serenata ou aquela bossa nova que insiste em
permanecer no cancionero popular.
Palavras que escorrem entre os dedos são
aquelas que pulam de um ZAP para outro,
que se comportam como um e-mail incompleto
que não saiu da caixa e permanece
como um rascunho permanente.
Ninguém merece palavras presas em
rascunhos, são palavras tristes porque não
mostraram a sua cara aqui e ali.
As que saem de dentro de mim escorrem para
o papel mas as vezes escrevo tão rápido que
não dou tempo pra elas se esconderem e elas
são capturadas por minhas emoções.
Elas se libertam e gozam de prazer

em um orgasmo textual, RS,
estas eu roubei de um meme
porque adorei o texto e o contexto.
Olha, de verdade, eu sei que as palavras que
escorrem são as minhas preferidas,
e também de um velho barbudo
chamado Freud.
Ele, o Freud, as apelidou de palavras de um
ato falho, eu as denomino escorridas de dentro
de mim, correndo pra encontrar
quem as estimule a seguir em frente.
E as palavras TARJA são aquelas proibidas
como o medo, a desesperança, a tirania,
a tortura, o fascismo e o nazismo, preconceito,
fome, tarjas que alguns “homens e mulheres”
usam como se fossem medalhas.
Tem coisa mais feia como uma palavra tarja?
Não.
Mas ainda bem que ainda existem palavrões
que são capazes de dar passagem a
sentimentos de alegria, de raiva ou de
mobilização.
Hoje eu sou como uma palavra fugidia em
busca de alguém que possa me acolher
em seu peito.
E você, que palavra é você ????



QUE PALAVRA É VOCÊ?

01/06/2020

No mês de abril, terminei o artigo A Palavra Tarja perguntando, e você, que palavra é você???? Uma professora amiga, Walney, depois de ler fez questão de me responder imediatamente. Escreveu de forma simples: sou gratidão... Em seguida, me sugeriu, porque não escreve um novo artigo, recheado das palavras que as pessoas usam para descrever quem são.

Desafiado por essa possibilidade a primeira coisa que me veio à mente foi um texto fabuloso de Kenneth J. Gergen, psicólogo norte-americano - que conheci quando morei e trabalhei lá - a questionar: *se as pessoas fossem textos?*¹

Mais do que um desafio esse mergulho em direção ao dicionário que as pessoas são, escrevo que palavra é você a partir de um duplo movimento: o primeiro, de me aproximar de pessoas que conheço ou conheci. Ao mesmo tempo, o segundo, o que essas pessoas-texto representam nos dias de hoje, quando experimentamos distanciamentos sociais em virtude do COVID-19. Essa “pequena antologia” de pessoas-texto vem à minha mente não somente como o que eu conheço de cada uma delas, mas também com um significado simbólico e ideológico, como propõe Bakhtin ao abordar a *importância da linguagem*² como mecanismo que medeia as relações. As primeiras pessoas que me vêm à mente são os meus pais: ela, técnica de enfermagem, que se afasta da profissão para se dedicar à família. Logo surge em minha mente a palavra dedicação como definidora da Dona Yvette; enquanto meu pai, despachante do serviço público, só deixou de trabalhar por ocasião da expulsória. Como não acho justo reduzi-lo à expulsão, Seu Ivan é a palavra paixão, apaixonado pelo Flamengo, me carregou para cima e para baixo na arquibancada em plena geral, talvez a palavra geraldino também o define. O tempo passa e tenho a grata surpresa de ser selecionado e estudar no Colégio Pedro II, onde conheci pessoas-textos surpreendentes, as professoras Rosalmir (de Matemática) e Sulamita (de Física), que podem ser definidas como mestras rigorosas.

Esse rigor me levaria ao pré-vestibular onde conheci vestibulandos que frequentavam a jaulinha, turma de alunos que se destacavam no Miguel Couto-Bahiense. Todos me proporcionaram o prazer de passar para a Universidade Federal Fluminense, onde cursei Medicina, um sonho de criança. Cada um desses movimentos, de aproximação e afastamento, trazem doces lembranças, que transformariam a minha vida pessoal em uma carreira no setor público, local no qual sempre identifiquei a presença do meu DNA. Apesar de ter tido a oportunidade de trabalhar no setor privado, isso não falava ao meu coração. No campo da Neurologia, conheci uma pessoa a quem, particularmente, dedico esse texto, James foi o maior e o melhor mentor que eu poderia ter conhecido na UFRJ. Com ele e outro colega publiquei meu primeiro artigo internacional em uma Revista Francesa. A partir dali, a vida me levaria para trabalhar com pessoas-texto fora do Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão, no Camboja, na Costa Rica. Estas pessoas me apresentaram o que era ser inovador. Através de David Justice conheci o amor pelo campo da deficiência; pela Pat Gerke reconheci a militância; com Dori e a saudosa Mariah conheci, respectivamente, as palavras cuidado e gestalt; com a Chiyoko a importância de ser leal e com AI, o significado da palavra empatia. Antes das aventuras fora do país, fui admitido no Hospital onde tive a honra de conhecer de perto a Dra. Nise da Silveira, que me explicou o que é ser afeto catalisador; conheci Carlão e o que é ser politicamente correto, e

com uma equipe maravilhosa encontrei na Rádio Revolução FM - que ajudei a fundar - a razão de ser louco por você. Tantas palavras, com significados tão diferentes para mim e para cada uma dessas pessoas, tenho certeza.

Do lado de fora do hospício conheci a loucura suburbana, convivi com Renato, ACM e Taís, e junto com a garra da Priscilla, Alzira e Conceição, Severino e muitos outros, transformamos os corredores do Centro Comunitário em um lugar de festas e abraços. Hoje, ao conviver à distância com alguns personagens da triste história do nosso país, infelizmente, tenho a nítida sensação, de que estamos todos em um sanatório geral, gradativamente, transformado de forma cruel, em um E daí? E eu me atrevo a continuar perguntando: que palavra é você? Porque me recuso a acreditar que não existam mais pessoas gratas, dedicadas, prazerosas, loucas por alguém, politicamente corretas, mentores cujo afeto é capaz de se abrir em forma de festas e de abraços, tornando o nosso dia de hoje em cuidado e paixão, com aquela garra pelo trabalho no setor público, que me parecem três palavras - trabalho, setor, público - meio que esquecidas nessa loucura toda. O dia de hoje é uma outra coisa, deixou-se cercar pelos muros do sanatório geral, e de maneira perversa e cruel, é capaz jogar friamente na cara de tantas (maravilhosas) pessoas-texto do país, uma expressão que envergonha a todos. Aquele E daí, vai marcar a trajetória de nossa história recente, mínima frase que não consegue ser definida pelo que *György Lukács*³ julga ser o estranhamento... Mas a expressão E daí não se traduz e para mim não faz o menor sentido. Não vejo nada que nos consiga explicá-la, nem tampouco o estranhamento lukácsniano. Acredito que nem mesmo a palavra distopia, pois no momento, tudo nos parece fora de lugar, até as pessoas-sem-texto. Temos uma vaga ideia do que é ser uma pessoa-sem-texto? Acho que sim, mas isso, infelizmente, vai ficar a cargo da história: registrar *que palavra é você!!!*

Alguém, por favor, pode me explicar ou responder?



Citações:

1. <http://cscs.res.in/dataarchive/textfiles/textfile.2007-11-30.2338102715/file>
2. <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo32.pdf>
3. György Lukács - In: Distopia, estranhamento e deformação do Indivíduo - In: revistas.uece.br/article (Wilson Aparecido da Mata & Leonardo Coutinho)

Francisco Antonio de Castro Lacaz

FUTURO DO TRABALHO:

QUESTÕES EM DEBATE NA COMISSÃO GLOBAL DA OIT
E (CONTRA) REFORMA TRABALHISTA (PARTE 1)

11/01/2019



Para marcar as comemorações do centenário da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ocorrerá em 2019, foi criada a Comissão Global Sobre o Futuro do Trabalho, para discutir propostas ao mundo do trabalho atual no que se refere à segurança, igualdade e prosperidade das sociedades (OIT, 2018)¹. Mesmo que alguns apontem para o “fim do trabalho”, ele continua sendo pilar central da vida tanto dos indivíduos como das sociedades. Mas, para que funcione como tal, aspectos básicos devem ser cumpridos, como não provocar mortes: sabe-se que hoje cerca de 2,8 milhões de pessoas morrem por causa do trabalho todos os anos, além de provocar incapacidades e doenças. Ocorre que, no capitalismo, as possibilidades de trabalho e emprego para todos torna-se cada vez mais problemática, especialmente devido às novas tecnologias associadas à chamada Inteligência Artificial, robôs, telemática – que diminuem a necessidade do trabalho vivo –, realidade hoje chamada de indústria 4.0, ou quarta revolução industrial, atingindo também os serviços.

Comprime-se o tempo, o espaço das atividades, “[...] levando a uma desintegração ou dispersão espacial e temporal da organização do trabalho, com importantes consequências para os indivíduos e a sociedade (...) isso foi acompanhado pela desintegração vertical das empresas, já que se concentram nas atividades centrais mais lucrativas e terceirizam o restante, o que foi acompanhado pela divisão dos trabalhos individuais em uma série de tarefas distintas” (OIT, 2018, p. 2, grifos meus). Sabe-se que terceirização traz uma queda do nível salarial, pois os terceirizados ganham menos, têm jornadas mais longas, menor estabilidade e menos direitos.

Ademais, suas condições/processos de trabalho são mais precárias, sendo que acidentes de trabalho (AT) fatais ocorrem mais com terceirizados. Exemplo é o da Petrobrás onde entre 1995 e 2013, houve 320 acidentes fatais, sendo que 268 (84%) ocorreram com terceirizados, 52 (16%) em estatutários e onde a taxa anual de AT fatais em terceirizados de 2000 a 2013 foi de 8,6/100.000 acidentes ocorridos e de 5,6/100.000 nos trabalhadores estatutários (LACAZ, 2016)². Tudo isso atinge pilares da 1ª Convenção da OIT, de 1919, que tratava da jornada de 8 horas diárias e o máximo de 48 horas semanais, com descanso de dois dias consecutivos. A redução progressiva do tempo de trabalho é um objetivo das políticas sociais perseguido por longa data, o que foi possibilitado mediante a melhoria da produtividade e dos padrões de vida, sendo tema cada vez mais atual, dada a perspectiva de escassez de emprego no capitalismo prevista por estudiosos do trabalho na contemporaneidade.

Na prática, as reduções consideram as necessidades de flexibilidade das empresas no contexto da economia global que opera 24 horas por dia e, às vezes, as dos trabalhadores, para equilibrar tempo dedicado à vida profissional e privada. Envolvem difíceis processos de negociação, “[...] como no caso do recente acordo coletivo do setor metalúrgico alemão em que a flexibilidade foi combinada com a capacidade dos trabalhadores de determinar seu

próprio equilíbrio entre vida pessoal e de trabalho reduzindo as horas semanais de trabalho, para 28 horas no setor metalúrgico e tirar férias anuais adicionais” (OIT, 2018, p. 3). Esta possibilidade, no caso brasileiro, torna-se inviável considerando a (Contra) Reforma Trabalhista aprovada pela Lei 13.467/2017, na qual a contribuição sindical obrigatória pela CLT, agora, torna-se opcional, enfraquecendo a sustentação financeira dos sindicatos e dificultando a capacidade de negociar os pleitos coletivos dos associados.

Se o imposto sindical foi herança nefasta do getulismo, sua interrupção de forma abrupta, enfraquece a ação sindical no seu embate contra as empresas, fortalecendo a própria intenção da lei que advoga, canhestramente, o “negociado prevalecendo sobre o legislado”. Mas é preciso discutir quem, afinal, controla o uso do tempo? A prevalência da informalidade e do trabalho não remunerado em países como o Brasil, seguramente vai impedir que se alcance escolhas próximas do horizonte dos trabalhadores das outras partes do mundo. E, frise-se, entre nós tem aumentado a informalidade e o trabalho dito intermitente, “novidade” introduzida pela Lei 13.467/2017, em total concordância com os interesses empresariais. Percebe-se, pois, que a (Contra) Reforma Trabalhista interfere na saúde dos trabalhadores tanto pelo aumento do desemprego, como do trabalho precário; elevando o número de AT e de incapacidades pelo desgaste da saúde com aumento das doenças mentais do trabalho; ao que se soma a nova realidade trazida pela 4ª. revolução industrial, assunto para nossa próxima coluna.



Citações:

- 1.OIT. Global Commission on the Future of Work. Second Meeting. Issue Brief, Geneva, 2018.
- 2.LACAZ, FAC. Continuam a adoecer e morrer os trabalhadores: as relações, entraves e desafios para o campo Saúde do Trabalhador. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 41, e13, 2016.

FUTURO DO TRABALHO:

“UBERIZAÇÃO” DO MERCADO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA

A PROTEÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES (PARTE 2)

18/03/2019

Torna-se cada vez mais evidente e importante discutir o que representa para o futuro do trabalho e das reivindicações sindicais/trabalhistas a “uberização” do mercado de trabalho, ou seja, a mediação por aplicativos de plataformas digitais das relações de trabalho em que trabalhadores, “empreendedores de si mesmos”, são clientes e não empregados,

como ocorre com motoristas da 99, faxineiras da Parafuzo, que são instados a tornarem-se Microempreendedores Individuais (Barros, 2019)¹. Isso, além de levar à não contribuição para a Previdência, leva à assunção dos riscos de atividades controladas por gigantescas empresas digitais, com pretensa aura de autonomia para a tomada de decisões, mesmo sabendo que aplicativos com seus algoritmos definem preços, controlam a prestação do serviço, aplicam penas (Barros, 2019). Tal realidade é constante em atividades de motociclistas e ciclistas entregadores que trabalham para as chamadas startup. Ela se expressou cabalmente, mesmo pouco divulgada, no protesto realizado em novembro de 2018 “[...] por centenas de motoboys e ciclistas da Rappi [que] trancou a avenida Paulista”. Estes ciclistas e motociclistas ligados à startup Rappi, uma das inúmeras “empresas” que atuam com aplicativos de entregas na capital paulista, reivindicavam aumento no valor das corridas, cujo mínimo é de R\$ 5,00, queixas também relacionadas ao tempo de cumprimento das tarefas, às penas resultantes do retardo ou recusa da tarefa. Saliente-se que entregadores são cobrados no caso de o aplicativo não processar, em tempo hábil, cancelamento de uma entrega (Barros, 2019). Tal tipo de “trabalho” certamente contribuiu para que na capital paulista houvesse aumento de 18% no número de mortes de motociclistas em 2018. Chama atenção, em se tratando da ação sindical hoje quiescente, que a manifestação partiu de “categoria” de trabalhadores totalmente inexpressiva do ponto de vista político e organizativo, de cuja atuação sindical sabe-se apenas que a principal reivindicação era uma faixa exclusiva nas grandes avenidas da cidade para sua circulação, algo que ingenuamente buscava estancar a grande quantidade de mortes de motoboys em SP, o que não foi obtido. Meses antes da manifestação, fiscais do extinto Ministério do Trabalho haviam multado em milionárias quantias, por não fazerem o registro em carteira dos motoboys, duas startups concorrentes da colombiana Rappi, a Loggi e a Rappido, esta última ligada ao grupo Movic, um dos exemplos brasileiros do dito ‘unicórnio’: startup com valor de mercado de ao menos US\$ 1 bilhão. Para uma ideia do montante das multas, apenas no caso da Loggi, o Ministério Público do Trabalho cobra R\$ 200 milhões de indenização pelo não cumprimento da legislação trabalhista (Barros, 2019). Esta realidade representada pela cada vez maior adoção de “aplicativos de entrega” constitui uma das maiores rupturas nas relações de trabalho formais ocorridas “[...] no Brasil pelo avanço da ‘gig economy’ - economia de bicos” (Barros, 2019, p. C8). “Economia” esta que vem avançando de forma avassaladora no Brasil desde a recessão iniciada no segundo governo Dilma, em 2014, seguindo exemplo do que ocorreu com a atuação de startups do Vale do Silício, na Califórnia, após a crise de 2008 (Barros, 2019). Ela “emprega” grande parte dos desempregados brasileiros que “vivem de bico”, hoje na casa de 41% dos trabalhadores considerados informais, empregos estes considerados precarizados e de baixíssima qualidade. As plataformas de aplicativos são “fetichismo tecnológico”, oferecendo atividades que transitam de faxineiro a passeador de cães, jogando “água no

moinho” das reformas ultraliberais colocadas em prática no país e que buscam o corte de custos e a desregulamentação do papel do Estado nas relações Capital-Trabalho (Barros, 2019) expressa na fala de Bolsonaro, pois a regulação daquela relação deve “se aproximar da informalidade”.

O “empreendedorismo de si mesmo” contém a lógica da terceirização total dos riscos e expressou-se cabalmente na recente greve dos caminhoneiros que paralisou o país: desde 2007, a Lei 11.442 criou a figura do transportador autônomo de carga e a categoria vive processo de uberização - 45% dos caminhoneiros que buscaram o sonho da autonomia vivem com o pesadelo da dívida -, conforme pesquisa da Confederação Nacional do Transporte, algo muito semelhante ao que ocorre com o desempregado que adquiriu um carro para trabalhar sob o tacão de aplicativos para transportar passageiros (Barros, 2019). A baixíssima remuneração da “economia de bicos” não mais causa inflação, sendo necessária, mais do que nunca, a ação sindical, pois o poder de imposição dos “empregadores” cresceu e o dos “empreendedores de si mesmos”, recuou. Agora, patrão é um algoritmo para quem reivindicar direitos escassos é um grande desafio!



Citação:

1. Barros, Carlos Juliano. Entre bicos e mordidas. FOLHA de SÃO PAULO. Edição de 02/03/2019, Caderno Ilustríssima, p. C8

FUTURO DO TRABALHO:

IMIGRAÇÃO VIRTUAL, GLOBALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO (PARTE3)

22/04/2019

Em entrevista à jornalista Raquel Landim, na Folha de São Paulo, o professor Richard Baldwin, que atua no Instituto de Graduação de Estudos Internacionais e do Desenvolvimento em Genebra, falou do que chama “imigração virtual”, uma nova fase da globalização que beneficiaria países emergentes (Landim, 2019)¹. Para ele, especialmente na área de serviços, a chamada “imigração virtual” que, hoje, assemelha-se a trabalhar alguns dias em casa, sem comparecer à empresa, vai ganhar uma dimensão maior quanto a atividades internacionais, ou seja, quem mora num determinado país vai poder trabalhar um local fora dele, algo já frequente em atividades envolvendo desenvolvimento de software e nos maiores bancos. O que o professor não diz, talvez por considerar natural, é que tal situação irá permitir maior exploração da força de trabalho na medida em que um

trabalhador do Brasil, por exemplo, estará satisfeito em receber US\$ 10 (R\$ 39,00) por hora, tornando mais barato o custo da atividade, do que se todos os participantes morassem na Suíça. Esta nova realidade será facilitada pela melhoria nas telecomunicações como afirma Baldwin, com a maior “[...] qualidade do Skype, do Facetime e de outras tecnologias mais sofisticadas” (Landim, 2019, p. A 28).

Quanto às barreiras linguísticas, seriam rapidamente superadas por meio das máquinas de inteligência artificial que usam aplicativos que fazem tradução. Para o entrevistado, houve uma maior facilidade “[...] de aprendizagem das máquinas, e o algoritmo agora não traduz palavra por palavra, mas frase por frase, o que melhorou muito o trabalho” (Landim, idem). Aqui caberia indagar para esclarecer: melhorou para quem? Outro aspecto que irá jogar água neste novo moinho de exploração por parte do Capital e que não é assim visto pelo entrevistado, será “O surgimento de sites que servirão de plataformas de contratação de profissionais (...) [os quais] vão tornar mais fácil para as empresas encontrar profissionais estrangeiros... propiciar o pagamento dos serviços e trazer alguma segurança para quem está contratando” (Landim, idem).

Esta nova sistemática permitirá contratar pelo salário de um “[...] contador medíocre nos EUA (...) os melhores do Brasil” (Landim, idem). Tal verdadeira “maravilha” apontada e defendida pelo entrevistado terá alguns “inconvenientes” como, por exemplo, estar mais ajustada a trabalhadores de classe média dos países ditos emergentes, pois como afirma Baldwin: “Infelizmente não é para todos. Para se beneficiar desse fenômeno, o trabalhador precisa de computador e internet e de qualificações que exigem alguma educação formal. Não vai atingir os países muito pobres nem todos no Brasil” (Landim, idem). Mas é bom salientar que alguns perigos são vistos pelo entrevistado ao ser indagado sobre a insatisfação com a globalização e a imigração - fato que facilitou a chegada ao poder de partidos de extrema direita, com líderes e posturas populistas -, na medida em que, com rapidez, serão perdidos muitos empregos de “colarinho branco”, elevando o exército industrial de reserva, cujos desempregados somar-se-ão àqueles que já perderam emprego na indústria, podendo ocasionar revoltas. A situação acima descrita apenas salienta a realidade da cada vez maior desigualdade e exclusão social sob o Capitalismo, reforçada pelas novas tecnologias que aprofundam o desemprego estrutural, aumentando a horda de subempregados e a “pejotização” do mercado de trabalho, calcada no individualismo e na naturalização da desigualdade. A isso se soma a perda de espaço e enfraquecimento dos sindicatos na luta pelo aumento do poder de barganha dos trabalhadores. Como espelho desta situação: “Em 1979, 34% dos trabalhadores americanos do setor privado pertenciam a sindicatos. Hoje, são 11%” (Brant, 2019, p. A 17)². Com isso concorda a professora Ruth Zambrana, da universidade de Mariland, para ela: “Houve uma erosão

dos sindicatos e isso é uma perda para a sociedade, que é individualista e não tem senso de coletividade” (Brant, *idem*).

Diante desta escalada de perdas para a maioria dos trabalhadores, fica cada vez mais evidente que a luta anticapitalista deve ser a prioridade a orientar a ação política da sociedade civil na contemporaneidade, sendo importante associar-se às lutas identitárias do multiculturalismo, que envolve movimentos de gênero, raça e crença religiosa, mas assumindo o papel mais importante, como ferramenta de enfrentamento da cada vez maior exploração e acumulação capitalista. Frise-se que não é o que se observa na atuação da esquerda pelo mundo hoje, na medida em que, como aponta Slavoj Žizek, tal preocupação está longe da pauta dos movimentos de esquerda, quando demonstram um verdadeiro “[...] esquecimento da economia como ponto primordial da batalha” (Nascimento, 2019, p. 4)³. Assim, é primordial retomar a estratégia da luta anticapitalista como foco da batalha por um mundo melhor!



Citações:

1. Landim, Raquel. Imigração virtual inaugura nova fase da globalização e vai beneficiar emergentes. Entrevista com Richard - Baldwin. Folha de São Paulo. Edição de 07/04/2019, p. A 28.
2. Brant, Denielle. Políticas de Trump ameaçam agravar desigualdade nos EUA. Folha de São Paulo. Edição de 07/04/2019, p. A 17.
3. Nascimento, Rodnei. Žizek dobra a aposta contra o capitalismo. Folha de São Paulo. Edição de 07/04/2019, Caderno Ilustríssima, p. 4.

SAÚDE DO TRABALHADOR E LUTA DE CLASSES

19/09/2019

Há 35 anos foi criado o “Programa de Atenção à Saúde do Adulto: Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador Químico do ABC”¹. Tratou-se de uma experiência **revolucionária**, pois além de incluir na equipe de saúde a figura do agente sindical de saúde (ASS), adotou outras medidas bastante avançadas. A proposta foi discutida e aprovada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, através da atuação da área técnica Saúde e Trabalho do Instituto de Saúde, seu órgão de pesquisa, numa negociação com técnicos do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) que atuavam no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André e região (STIQFSA). Ocorreu durante a gestão do governador Franco Montoro, seguramente

um dos momentos mais democráticos quanto à relação Estado – Sociedade, em plena Ditadura Civil-Militar, quando era Secretário de Saúde o saudoso sanitarista João Yunes. A experiência do Programa de Saúde do Trabalhador Químico do ABCD, depois estendida para os trabalhadores da Construção Civil de São Caetano do Sul, durou cerca de 7 anos, sendo absorvida pelos Programas de Saúde do Trabalhador de Santo André, Diadema; São Bernardo; Mauá, quando da municipalização da saúde, no início dos anos 1990, já não mais com as medidas iniciais. Como já dito, tratou-se de um projeto revolucionário porque dentre outras “novidades” incorporou o ASS, cinco deles em cada uma das cinco Unidade de Saúde, o qual compunha a equipe de saúde, além do médico e do auxiliar ou atendente de enfermagem. Ressalte-se que aconteceu **antes** da existência do Sistema Único de Saúde, mas já incorporando os princípios da universalidade, da integralidade e da participação social, sendo que esta ocorria de forma radical, pela ação do STIQFSA na sua gestão, mediante a seleção dos médicos, a formação dos ASS, ambas com a assessoria técnica do Diesat.

Inicialmente, em 1984, o Programa foi implantado em Diadema, que na época abrigava “199 indústrias químicas, todas de pequeno porte, onde trabalhavam aproximadamente 5.000 pessoas.”² (p.14), e Mauá, cujo “parque industrial (...) é composto por empresas de médio e grande porte, onde se empregam aproximadamente 5.000 trabalhadores.”² (p.14). Em junho de 1985, também incluiu as cidades de Santo André; São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, com a entrada do Sindicato da Construção Civil. Dentre os aspectos inovadores e revolucionários incorporados pelo projeto pode-se listar: entrega do prontuário médico ao trabalhador; horário de funcionamento das 17 às 21 horas; coleta detalhada da história de vida laboral, realizada pelo ASS com quem o trabalhador atendido tinha o primeiro contato ao chegar à Unidade de Saúde, para depois passar pela consulta médica; pagamento de um salário mínimo ao ASS, pela Secretaria de Estado da Saúde, pela atuação após sua jornada comum de trabalho. Dado que o ASS era um trabalhador químico formado, mediante curso desenvolvido pelo STIQFSA com apoio do Diesat, o que o capacitava para discutir a relação trabalho – saúde no setor químico, passou a se constituir numa liderança que representava o Sindicato nas empresas, apoiando no levantamento das reivindicações dos seus pares que, uma vez trazidas até o Sindicato, alimentaram mobilizações por greves pela melhoria das condições de trabalho naquela época, como ocorreu na indústria química Ferro Enamel em 1984, contra a intoxicação por chumbo, e na Eletrocloro em 1987, contra a contaminação por mercúrio³. Foram formados cerca de 40 ASS no período de funcionamento do Programa e, pelo fato de terem se constituído em importantes lideranças sindicais dentro das empresas, todos acabaram sendo demitidos após algum tempo e não mais conseguiram obter emprego

na indústria química do ABCDM porque passaram a fazer parte de uma “lista negra” elaborada pelas empresas do setor!

Trata-se de uma das mais claras expressões da contradição Capital – Trabalho envolvendo a saúde no trabalho. Haveria exemplo mais didático e expressivo da luta de classes do que esse?



Citações:

1. Secretaria de Estado da Saúde. Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho. Sindicato dos Trabalhadores da Indústrias Químicas de Santo André. Programa de Atenção à Saúde do Adulto: Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador Químico do ABC, 1984. 18 pp. [mimeo]
2. Botelho, ZGA; Lacaz, FAC; Sato, L; Travieso, PI. Avaliação Qualitativa de Alguns Aspectos Organizacionais do “Programa de Atenção à Saúde do Adulto: Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador Químico do ABC” em duas Unidades Básicas. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde da SES de SP/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1987. 235 pp. + Anexos.
3. Rebouças, AJA; Antonaz, D; Lacaz, FAC et al. Insalubridade: morte lenta no trabalho. São Paulo: Oboré Editorial/Diesat, 1989. [2ª. parte – Morte lenta no trabalho]

TRANSTORNO MENTAL É A 3ª CAUSA DE AFASTAMENTOS DE TRABALHO

22/05/2019



Mudanças de humor, tristeza, ansiedade, sentimento de culpa, descontentamento geral, desesperança, perda de interesse, solidão, sofrimento, baixa autoestima, choro excessivo, irritabilidade e isolamento social são sintomas de quem sofre de transtornos mentais e comportamentais no ambiente de trabalho. A fonte principal destes males que acometem o(a)s trabalhadores(as) é a ganância dos empresários pelo lucro fácil, carga horária cada vez mais excessiva em um ambiente de trabalho que exige do(a)s operários(as) um desempenho sempre além das suas reais condições físicas e mentais. Os trabalhadores ainda convivem com assédio moral e sexual institucionalizados, banalização da violência, relações interpessoais norteadas por autoritarismo de chefias despreparadas e incompetentes, alta concorrência entre o(a)s trabalhadores(as) em busca de metas de produtividade lunática.

Toda essa prática busca a desvalorização das potencialidades individuais do(a)s operários(as), fazendo com que se sintam como máquinas e não seres humanos, dificultando, assim, a percepção dos chamados riscos psicossociais no ambiente de trabalho que afetam a saúde mental. Contribui, também, para o agravamento do adoecimento mental no ambiente laboral, a crise que assola a economia do país, trazendo com ela o desemprego, o endividamento pessoal, o arrocho salarial e a incerteza quanto ao seu futuro e de seus familiares. Grandes responsáveis são os governantes e parlamentares, ambos eleitos pelo povo, que criam leis que só atendem aos interesses da classe patronal e de seus asseclas. No Brasil, onde as políticas de proteção à saúde do(a)s trabalhadores(as), por parte dos governos inexistem, as doenças de fundo emocional e os transtornos mentais nos ambientes de trabalho vêm ganhando espaço e já são a terceira causa de afastamento por incapacidade para o trabalho, correspondendo a 9% das concessões de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Depressão e estresse são a principal causa de pagamento de auxílio-doença não relacionado ao acidente de trabalho, contabilizando 37,67% do total e outros transtornos de ansiedade correspondem a 17%. O estresse foi a causa de 79% dos afastamentos de 2012 a 2016 [Boletim Quadrimestral da Previdência]. Claro que isto são gastos das verbas públicas, pois bem sabemos que os patrões causam as doenças, mas os gastos sempre sobram para nós contribuintes.

Tem-se a recusa por parte dos departamentos médicos das empresas, orientados que são pelos empresários e pela previdência, do reconhecimento da efetiva relação do modelo desumano de trabalho com o adoecimento mental. O reconhecimento desta relação seria o primeiro passo para a melhoria dos ambientes de trabalho, trazendo um processo focado na prevenção destes agravos e na promoção da saúde e bem-estar do(a)s operários(as). Pelo contexto apresentado, as reclamações do(a)s trabalhadores(as) não podem ser consideradas “mimimi” pelos departamentos médicos das empresas, nem pelos serviços de saúde governamentais, visto que as vítimas deste mal estão aumentando a cada dia. Nós, sindicalistas operários, temos que admitir nossa

dificuldade em lidar com este grave problema dos transtornos mentais e suas consequências. Falo enquanto ativista metalúrgico, pois trabalhamos em um ambiente majoritariamente masculino, onde um falso vigor físico e mental faz com que cada operário, seja num estaleiro, numa metalúrgica, ou em qualquer fábrica, um pseudo-super-homem impossível de ser abatido por qualquer doença, principalmente de fundo psicológico. As lideranças sindicais absorvem esta cultura e não se veem debates focados em reconhecer a existência deste adoecimento no conjunto do(a)s trabalhadores(as). De certa forma, percebe-se até um desprezo pelo tema.

Devemos entender que o(a)s trabalhadores(as), hoje dirigentes sindicais, vieram deste ambiente. Entendo que as entidades que lutam em defesa da saúde dos trabalhadores terão um papel importante de preparar os sindicalistas para que tenham uma visão voltada para o agravamento do quadro de adoecimento mental. É necessário nos unirmos em torno desta causa e torná-la um problema de saúde pública, atentando que a OIT nos alerta que na Europa já são 40 milhões de trabalhadores(as) afetado(a)s por transtornos e, no Brasil, a OMS estima que esse número chegue a 23 milhões de trabalhadores(as). Todos nós devemos nos transformar em militantes na defesa de alertar para a gravidade do problema - chamado transtorno mental - e preparar o(a)s trabalhadores(as) para terem a coragem de se expor tendo a certeza que terão a compreensão como acolhida e não a “chacota”.

Para finalizar, entendo que devemos lutar para que o local de trabalho se torne um ambiente ideal para abordar os fatores psicossociais no intuito de proteger a saúde e o bem-estar social do(a)s trabalhadores(as), por meio de medidas coletivas, de políticas preventivas, eliminando assim o conceito de que o trabalho adoce. Sem um bom nível de saúde no trabalho o(a)s operários(as) não podem contribuir para a sociedade, nem tampouco para seu próprio bem-estar e de seus familiares. “Uma organização saudável é aquela que valoriza e pratica a facilitação do bem-estar dos trabalhadores”.



○ GASTO ESTRATOSFÉRICO DOS ACIDENTES DE TRABALHO

31/01/2019

Acidentes de trabalho não são acidentes, não são frutos do acaso nem desígnios de Deus e, muito menos, ocorrem por culpa dos trabalhadores, como sempre querem fazer crer os empregadores. Acidentes amputam, matam, causam sequelas, estigmatizam, provocam desemprego, humilhações, desesperança, suicídios, desestruturam famílias.

Os trabalhadores e suas entidades de representação, maiores interessados, são excluídos das decisões e dos debates que visam eliminar os efeitos desta tragédia: a organização da produção, as políticas econômicas que provocam a exploração do trabalho cada vez mais intensa e a discussão sobre as políticas públicas de saúde do trabalhador que também ficam de fora. A saúde do trabalhador é o campo da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção as relações de produção-consumo e o processo saúde-doença dos trabalhadores. Considera o trabalho como eixo organizador da vida social e, desse modo, determinante das condições de vida e saúde e busca transformar os processos produtivos no sentido de torná-los promotores de saúde e, não, de adoecimento e morte.

Em esforço colaborativo do MPT [Ministério Público do Trabalho] e a Secretaria da Previdência Social apurou-se que esta tragédia custou aos cofres públicos e a toda sociedade a estratosférica quantia de R\$ 67 bilhões com pagamentos a vítimas de acidentes e doenças do trabalho, no período de cinco anos, compreendido entre 2012 e 2017. A perspectiva é desoladora, visto que já considerando os gastos com os primeiros meses do ano de 2018 este montante alcançaria a astronômica quantia de R\$ 73 bilhões. A magnitude deste valor fica mais evidente quando comparado com o PIB [Produto Interno Bruto] de dez estados brasileiros que é inferior a R\$ 73 bilhões. Reforçando essa comparação, o orçamento do estado do Rio de Janeiro para 2019 é de R\$ 65 bilhões.

Esse valor será maior se considerarmos a correção monetária, as subnotificações dos acidentes e doenças no ambiente de trabalho, omissões que ultrapassam 50% facilmente, e ainda existem os custos indiretos.

A Previdência Social e, em última instância, toda a sociedade brasileira, responsáveis pelo financiamento da seguridade social, são os que vêm arcando com estas despesas que deveriam ser integralmente do empresariado. As verbas deste gasto escandaloso poderiam estar sendo utilizadas para melhorar as condições de vida de milhões de pessoas, sendo aplicadas na saúde, na educação e na construção de moradias populares, etc. Este quadro calamitoso assusta, mas as entidades da sociedade civil e os representantes dos trabalhadores terão que fazer o que para mudar esta triste realidade?

É lamentável termos que admitir que a perspectiva é de piora nas condições, pois o momento vivido é muito difícil. Os dois últimos anos, sob o governo golpista de Temer, foram anos de derrota para a classe trabalhadora. Em consequência, vieram a retirada de direitos, a reforma trabalhista e o aprofundamento da precarização das condições de trabalho, além de que já tínhamos o desemprego. Como não há nada tão ruim que não possa piorar veio a eleição do famigerado Bolsonaro, que defendeu em sua campanha o aprofundamento das reformas (deformas) do Temer. O gasto dessas cifras astronômicas efetuadas pelo governo, em uma sociedade com carências sociais urgentes, para cobrir ato criminoso dos empresários

que atentam contra a saúde dos operários, é um acinte ao bom senso. Esses gastos poderiam ser racionalizados se os governos cobrassem as aplicações das leis e o cumprimento das políticas em defesa da saúde, conquistas de anos de lutas de um grupo de aguerridos militantes e de entidades, em prol de um ambiente de trabalho sadio.



A BARBÁRIE: OS 6 MESES QUE ESTÃO RETROCEDENDO 50 ANOS

07/08/2019

Nos últimos meses, o Brasil tem vivenciado uma das piores experiências políticas dos últimos 50 anos. O governo Jair Bolsonaro já disse a que veio desde o seu primeiro dia de mandato: acabar com os direitos da população mais pobre. Em poucos meses, seu governo extinguiu ministérios e secretarias essenciais, como os Ministérios do Trabalho e da Previdência. Reduziu o valor do salário mínimo, cortou verbas da educação e da saúde, instalando no meio dos mais pobres um verdadeiro clima de terra arrasada. Se alguém tem que pagar a conta, nunca ela é cobrada dos endinheirados ou da classe empresarial, sobrando invariavelmente para os menos favorecidos. A especificidade dos retrocessos desse período se faz sentir com tamanha intensidade pelo fato de a classe trabalhadora e os setores da saúde e educação terem tido importantes conquistas nestas últimas décadas. Entre essas conquistas estão o direito à educação e a um sistema de saúde público, gratuito, 100% estatal. Destaca-se que esses direitos não caíram do céu, foram obtidos com muita luta dos/as trabalhadores/as. Conquistamos também a visibilidade das desigualdades de gênero e raça, através de um conjunto de movimentos e ações que desvelaram o “mito da democracia racial” no Brasil e o reconhecimento do feminicídio como crime. O desmonte do Estado e os ataques desferidos aos avanços sociais cometidos por este desgoverno passam pela construção política-moral-econômica de que é necessário combater, perseguir e invisibilizar todos(as) que não coadunam com o projeto político de extrema direita do presidente Bolsonaro e seus assessores, a fim de melhorar as condições de vida da população.

Perseguem professores/as e funcionários/as da saúde, responsabilizam o funcionalismo público e os demais trabalhadores pelos pseudoproblemas econômicos e da previdência e inviabilizam a própria existência de negros/as, mulheres, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. As consequências deste nefasto projeto, eleito como opção dos capitalistas, já se fazem sentir em nosso cotidiano. O aumento

da violência, intensificação do feminicídio, os profundos ataques às organizações dos trabalhadores, especificamente contra os sindicatos, cortes nas verbas da educação, da saúde levando mais precarização ao atendimento nestes setores.

Cadê o novo? Cadê a moralidade? Em meio a esse caos intencional deste desgoverno, a classe trabalhadora e os demais setores da sociedade civil organizada já começaram a demonstrar que estão dispostos a lutar, reagir e resistir. Estes setores chegaram à conclusão que de nada adianta o desalento. É entregar o ouro ao bandido. Desopilar o fígado nas redes sociais é acender o fósforo para conferir se há gasolina no tanque. A questão é mais profunda: apesar de todo o sofrimento imposto ao povo pela classe dirigente e seus apoiadores no Brasil, ainda não conseguimos criar uma cultura política. Mesmo com todas essas dificuldades, o povo já começa a perceber que o equívoco cometido só será corrigido com muitas manifestações de rua e com a unidade dos despossuídos. Tivemos um 1º de maio com milhões de trabalhadores em manifestações, os estudantes também foram às ruas em massa, como há muito tempo não se via, em protesto contra os cortes nas verbas da educação.

Um dos gritos de guerra deles era “Agora é Pra Valer: Trabalhadores e Estudantes Unidos Pra Vencer”. Coroando estas lutas, tivemos a greve geral e a reação violenta do governo Bolsonaro e de seus aliados, colocando todo aparato policial para repressão de nossa luta. Mostrando que nossa meta foi alcançada, a população deu mostras de estar retomando sua disposição de luta: a greve tirou aqueles que estão no poder da zona de conforto e os incomodou. O sucesso das manifestações deveu-se muito à unidade das centrais sindicais: algo há muito tentado, mas poucas vezes conseguido, devido às vaidades dos seus dirigentes. Somaram-se também os demais movimentos organizados, em especial os da saúde. O outrora arrogante governo já pôde perceber que não é tão senhor assim da situação e o povo viu que pode mais e mais, bastando para isto politizar a problemática. A população descobriu também que apesar de tudo não nos resta outra via fora da política democrática. Pode-se odiá-la, repudiá-la ou ficar indiferente, mas é ela que determina a nossa qualidade de vida, como trabalho, moradia, alimentação, educação e saúde. Quem não gosta de política, é governado por aqueles que gostam. E tudo o que os maus políticos, de que são exemplo os governantes atuais, querem é que fiquemos alheios à política. Assim, daremos carta de alforria a corruptos, nepotistas e vendilhões dos bens públicos. O nosso desafio maior é fazer com que as manifestações se multipliquem numa ação unitária de mobilização de forma organizada com direção, bandeiras e pautas em defesa dos direitos da classe trabalhadora e dos demais segmentos, formados pelos menos favorecidos. A hora é agora. Por nós, pela juventude e pelas futuras gerações.



RESISTIR É PRECISO...

DITADURA FAZ MAL AO BRASIL

04/11/2019

Um grupo social que queira explorar economicamente outro grupo, para extrair permanente e continuamente o produto do seu trabalho, precisa saber antes tudo que não há grupo que se deixe explorar de modo direto e violento sem reação. E para debelar esta reação há os custos financeiros e sociais. Em 1964, o grupo da elite do dinheiro, formado pelo empresariado da indústria e de outros segmentos, donos dos meios de comunicações, latifundiários, se viu ameaçado de perder o direito de retirar o dinheiro da sociedade, produto do trabalho de todos, para os seus bolsos.

Para manter seus poderes, a elite do dinheiro recorreu à elite dos quartéis, os militares, e juntos num golpe civil militar depuseram do poder o presidente João Goulart, eleito democraticamente. A prática dos gorilas de plantão foi satisfazer a gula desenfreada pelo lucro dos capitalistas em terras brasileiras e estrangeiras. Combinando repressão, autoritarismo, arrocho salarial e submissão ao capital internacional, chegasse ao tão alardeado milagre econômico, sendo que o sangue e o suor da classe operária foi o seu combustível. Os golpistas promoveram uma escalada repressiva aos sindicatos nomeando interventores, prendendo os dirigentes. Atacaram os direitos dos trabalhadores, acabando com a estabilidade no emprego, proibiram as greves e aplicaram um terrível arrocho salarial. Em mais de duas décadas de ditadura o salário mínimo perdeu mais de 50% de seu valor de compra. A pobreza disparou, os endinheirados fizeram a festa, a elite do atraso alcançou seus objetivos. Esta elite não poderia fazer outra coisa neste momento a não ser defender ardorosamente os autores do golpe civil militar apoiados por ela, visto que sua gula foi saciada.

Os ditadores censuraram a produção artística e controlaram com mão de ferro a imprensa, mataram, torturaram, prenderam pessoas pelo simples direito de defenderem seus pontos de vista, perseguiram artistas, professores, juristas, escritores, cientistas (vide o *Massacre de Mangueiras*¹), fecharam o Congresso Nacional, cassando mandatos de parlamentares eleitos pelo povo, suspenderam os juizes do superior tribunal, mandaram para o exílio pessoas tidas pelos ditadores como indesejadas, por não se submeterem aos seus caprichos. Pensar em direitos humanos era um sonho. O relatório da *Comissão Nacional da Verdade*² mostrou que os militares disseminaram a morte e o terror. Idosos, grávidas e crianças não escaparam da sanha torturadora. Tal prática resultou em 434 mortes e milhares de desaparecidos. Houve ainda os suicídios.

Foram responsabilizadas mais de 300 pessoas entre militares e até ex-presidentes. Se o acesso à saúde pública, à educação e à segurança hoje estão longe do ideal, naqueles tempos era pior, pois os bens públicos foram tomados de assalto. É balela dizer, como fazem os simpatizantes daquele regime, que não havia corrupção. Havia sim. As empreiteiras, hoje envolvidas em práticas de corrupção, nasceram do ventre da ditadura. Não faltaram os escândalos financeiros e de desvio de recursos públicos para o setor privado, para socorrer empresários falidos. Ditaduras são regimes corruptos por excelência, acobertados pelo autoritarismo. A promiscuidade entre interesses privados e públicos foi aprimorada nesse período. Com a imprensa censurada tudo era ocultado. Outro mito que caiu por terra foi o da competência dos militares. A ditadura civil militar afundou a economia do país nos mais de 20 anos de arbítrio. A dívida externa que era de 15% do PIB em 1964, saltou para 54% em 1984, crescendo 30 vezes mais, passando de 3 bilhões de dólares em 1964 para 100 bilhões em 1985. A inflação chegou aos astronômicos 232%, a taxa de desemprego em alta. Piora de todos índices sociais.

Passados 21 anos de ditadura, o Brasil estava quebrado, humilhado, apequenado, ajoelhado, diante da comunidade internacional. Nós não podemos deixar que os jovens ou outras pessoas que não vivenciaram os horrores daqueles tempos sejam ludibriados pelo presidente boquirroto que, cinicamente, defende um regime que matou e torturou. Ao discursar negando a ditadura, o presidente Bolsonaro expressa o seu alto grau de ignorância histórica. Espanta a todos que tenham um mínimo de consciência que, passados mais de 30 de construção democrática e de termos um presidente da república produto desta construção, pudesse ser celebrada a famigerada ditadura. Página triste de nossa História. Temos de gritar com toda a força de nossos pulmões “Ditadura Nunca Mais”. Por toda razão não deixa de ser tentadora a indagação, caminhamos no XXI, mais uma vez para a repetição de uma tragédia ou de uma farsa? Daríamos razão a Marx? Quando disse que os fatos e os personagens históricos ocorrem duas vezes, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Nós precisamos, mais do que nunca, ter garantido o direito de luta num país desigual, em que grande parte da população brasileira ainda não alcançou direitos básicos. Nosso nome é resistência! Resistiremos nas ruas, nas redes sociais com o grito de guerra: “Ditadura Nunca Mais”.

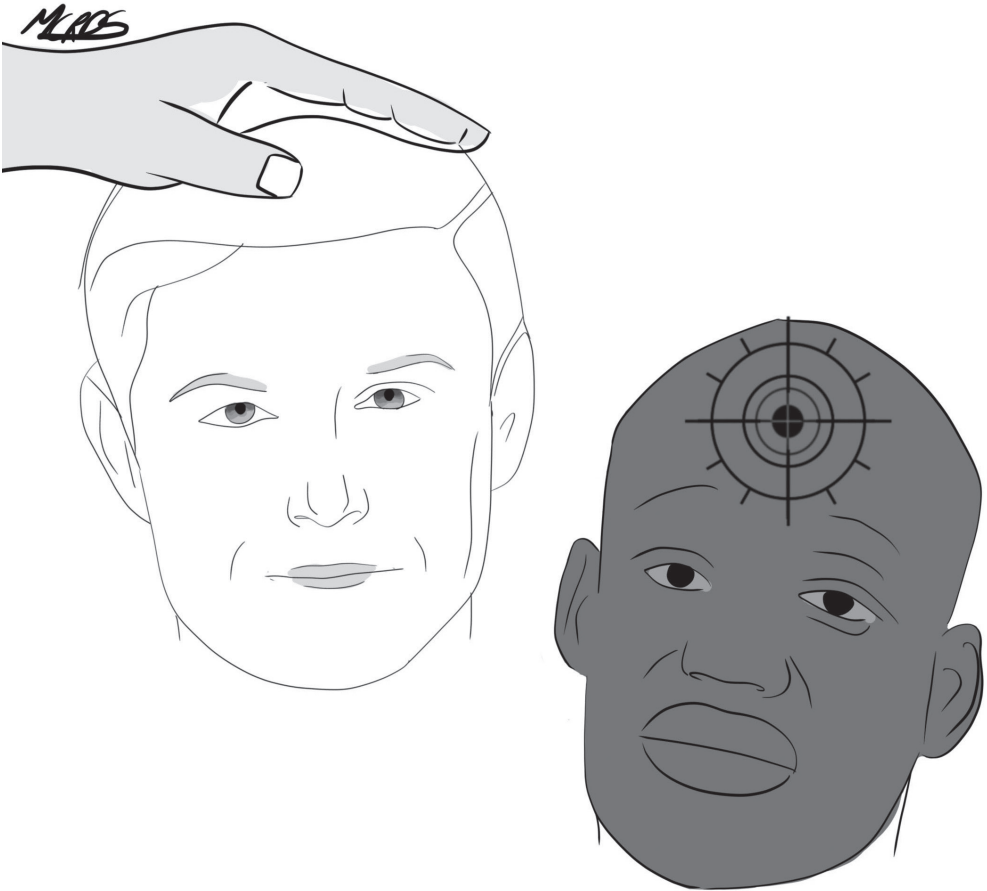


Citações:

1. <https://www.youtube.com/watch?v=5akQwSQqC0I>
2. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

A PRISÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS POBRES

20/03/2019



O direito penal tem servido para justificar várias práticas excludentes. Na América, a criminalização de determinados tipos de drogas foi o instrumento que o Estado utilizou para reprimir ascendência social de negros e hispânicos. O proibicionismo, ao contrário do que se preconiza, trata-se de uma arma usada para disfarçar o preconceito e levar pobres e negros ao cadafalso. Apesar dos tratadistas colocarem o crime de uso e mercancia de drogas no capítulo da proteção à saúde seu verdadeiro efeito prático é o encarceramento dos “indesejáveis”.

Se a razão do proibicionismo fosse realmente a proteção à saúde, o tratamento dessas práticas antissociais deveria ser submetida aos profissionais da saúde e não à polícia e ao judiciário.

Apesar de já trazer desde as Ordenações Filipinas¹, de 1603, medidas que previam penas de confisco de bens e degredo para África para os que portassem, usassem ou vendessem substâncias tóxicas, foi no Império que surgiu o primeiro decreto dirigido “aos escravos e outras pessoas” que portassem drogas. A identificação dos sujeitos da ação tipificada demonstra com facilidade a intenção ideológica do legislador de direcionar a punição para certo tipo de agente social.

Embora de forma disfarçada, mas nem tanto, o legislador manteve-se fiel a essa ideologia de exclusão social. Tanto aqui quanto na América do Norte sua função social é a de prender pessoas consideradas indesejáveis na sociedade.

E esse resultado encontra-se patente no perfil encontrado entre os aprisionados do sistema. A utilização da “guerra às drogas” tornou-se um instrumento de controle social que apesar dos recursos bélicos investidos só serviu para baratear o produto considerado ofensivo à saúde, aumentar os números de usuários e vítimas indiretas das drogas, além de retroalimentar o mundo da corrupção.

Não obstante, o Estado tem investido, enganosamente, numa forma equivocada de combate às drogas, reprimindo apenas uma parcela de usuários e comerciantes, uma vez que permanece em pleno funcionamento o cartel que financia toda essa estrutura capitalista enquanto permanecem as vítimas sem as informações necessárias para decidirem com liberdade sobre sua forma de vida.

Não se trata de fazer qualquer tipo de apologia ao uso de produtos que eventualmente, pelo seu uso indevido ou excessivo, possam vir a causar danos à saúde, assim como o sal, o açúcar, as gorduras e as várias drogas lícitas.

Mas o desejável é que sejam tratadas todas as drogas e seus usuários com os cuidados e o controle necessários para evitar que uma guerra fratricida continue matando pessoas inocentes dos dois lados.



Citações:

1. A primeira legislação criminal no Brasil que puniu o uso e o comércio de substâncias tóxicas vinha contemplada nas Ordenações Filipinas, com vigência no Brasil, de 1603 até 1830, quando entrou em vigor o Código Penal Brasileiro do Império. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/19551/historico-das-drogas-na-legislacao-brasileira-e-nas-convencoes-internacionais>

BEM ME QUER, MAL ME QUER

18/04/2019

O maniqueísmo moderno presente nas redes sociais com uma força nunca antes testemunhada deve conduzir a reflexões para aprender a conviver com essas diferenças sem se deixar levar pela linguagem do ódio, mas exercitando a caridade cristã de compreensão e acolhimento dos diferentes.

Os fake news ou notícias falsas adquiriram essa nomenclatura modernamente com o advento das redes sociais, mas sempre estiveram presentes nas intrigas do mundo político e social. Refletindo sobre o que nos leva a tratar as mulheres como seres inferiores, quando são nossas parceiras desde a criação e procriação, portanto credoras da mesma dignidade que só as culturas machistas e patriarcais foram capazes de criar essas fake news, anotei que já no primeiro encontro com o Criador, após o pecado original, o Homem procurou defender-se, covardemente, e desmerecer sua companheira atribuindo a ela a fraqueza de não resistir à tentação e sucumbir diante das propostas “comer a maçã”, criando assim o histórico primeiro fake news. Hoje, o fundamentalismo exploratório tem se valido da falta de conhecimento e informações dos fiéis para criar situações de submissão a uma falsa autoridade que os submete à renúncia de sua autonomia para seguir cegamente seus pastores midiáticos. Essa cegueira de que nos escreve José Saramago tem atingido diversas categorias do conhecimento, com uma presença muito marcante no judiciário que deixou de lado sua tarefa primordial, e que lhe outorgou uma respeitabilidade e autoridade, de interpretar e aplicar a Constituição e as leis para assumir papéis que não lhes são conferidos pela Constituição de agentes políticos partidários, ora assumindo um lado político, ora assumindo outro, e o mais grave, o de agente de segurança pública que faz com que magistrados assumam o papel, ora de vingador da sociedade, ora de fiador da segurança pública.

Fausto hoje teria um espaço privilegiado nessa quadra da história, na qual tantos têm feito negócios com o Demo em detrimento de seus ideais, ou até na busca de realizações pessoais em detrimento do bem comum coletivo. José Saramago afirma que a cegueira do homem moderno veio quando ele cerrou os punhos e arregalou as pálpebras,

crispando os outros com todo o seu ódio. O antídoto para esse estado de beligerância que põe armas nas mãos dos cidadãos e cidadãs é a reflexão para nossas limitações humanas, o que nos iguala a todos trazendo-nos de volta ao mesmo patamar, até esse hoje negado de nossa humanidade em comum.

Dessa forma poderemos identificar nossa igualdade humana em meio a todas as nossas diferenças. A proposta do projeto Filosofia na praia que a cada 15 dias acontece na Praia do Leme tem sido um alento crescente em número e qualidade quando cariocas se reúnem desinteressadamente para trocarem gratuitamente um toque de amor e sabedoria trazendo-nos preciosidades e belezas tão antigas e pouco contempladas nos dias atuais como a palavra dos filósofos quando afirmam nas palavras de Santo Agostinho: “Não é contínua tentação a vida do homem sobre a terra? Quem quer aborrecimentos e dificuldades? Mandas que os suportemos, e não que os amemos. Ninguém ama o que tolera, ainda que goste de o tolerar; e mesmo que alguém se alegre em tolerar, preferiria nada ter que suportar. Na adversidade, desejo a prosperidade, e na prosperidade temo a adversidade. Entre esses dois extremos, qual será o termo médio onde a vida humana não seja tentação?”



A COMPAIXÃO COMO CARRO CHEFE

20/05/2019

Nossos dias têm sido muito violentos. Alguns perguntam se já passamos na humanidade períodos tão violentos. Podemos pensar nas arenas romanas onde os cristãos eram sacrificados para delírio dos sádicos ou no genocídio armênico, na escravidão dos africanos, no holocausto dos judeus, no tratamento excludente aos refugiados, ou na expressão maior do sofrimento de um inocente na figura de Jesus. Mas nada disso tem superado o sofrimento impingido aos excluídos nos tempos modernos da pós-civilização.

O sistema penitenciário no Brasil, e em outros países, o silencioso holocausto da fome, além do tratamento dado aos povos que vivem na periferia e nas favelas, onde a força policial do Estado tem invadido com violência sem limites e sem qualquer repercussão midiática dessa realidade cruel tem sido uma demonstração da morte do humanismo, sobretudo quando faz parte das políticas públicas assumidas por alguns governantes que se baseiam na violência como forma de combatê-la. Dostoiévski afirma que a “compaixão é a lei maior da existência humana”. Sem ela não conseguimos olhar os homens e

mulheres como nossos semelhantes. Christopher Kukk, PhD e professor de ciências políticas e sociais da Western Connecticut State University e fundador e diretor do Center for Compassion, Creativity and Innovation afirma que há uma conexão entre a compaixão e o sucesso e que nossa vida melhora muito quando mostramos através de ações concretas nossa compaixão pelos outros.

Depois de um período de reflexão sobre a necessidade de recuperar as ações humanitárias, logo após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a criação da Organização das Nações Unidas, quando os homens e mulheres resolveram sentar ao redor da mesa para buscar a paz e o desenvolvimento dos povos, logo as diferenças ideológicas recriaram o ambiente de ódio e litígios ao redor do capital em detrimento dos valores humanos. Sem qualquer vergonha, povos mais desenvolvidos têm promovido boicotes a outros por discordarem de seus ideais políticos, nações independentes têm sido invadidas em sua soberania sob pretextos diversos das verdadeiras intenções de conquista de seu patrimônio, e novamente a roda da violência determina quem serão os excluídos e os poupados, geralmente os mais poderosos e seus asseclas.

Só nos resta retomar o caminho cantado pelos Anjos há mais de dois mil anos quando foi decretada a Paz na Terra aos homens de boa vontade, e seguir o caminho do doce Rabino que ditou que o maior de todos os mandamentos é “Amar ao próximo como a si mesmo”. Tantas vezes reverberado no caminho da humanidade por vozes como as de Gandhi, Martin Luther King, Santo Agostinho e tantos outros homens como nós que encarnaram em suas vidas a compaixão e o amor a todos os homens, sem exclusão de nenhum e por motivo qualquer.



SOMOS BRASILEIROS E SEMPRE SOUBEMOS DAR NOSSO JEITINHO

24/03/2020

O Coronavírus passará e deixará sobreviventes. Aos que forem: nossas orações pelo martírio e por haver nos ensinado a sobreviver. Aos que ficarem: que fique a lição de um mundo novo, mais unido e mais solidário, onde o bem maior seja o homem e seus valores de dignidade da pessoa humana. Que aprendamos a partilhar o pão e a olhar para nossos irmãos com respeito às nossas diferenças de cor, raça, religião, ideologia, ou qualquer outro tipo de diferença.

Adiamos nossos compromissos de trabalho, nossos encontros sociais, nossos negócios, muitos prejuízos econômicos. Não importa se o resultado for o aumento de nossa fraternidade, se for a volta ao humanismo em contrapartida ao egoísmo de quem só pensa em enriquecer nas bolsas, sem olhar para a fome no mundo. Nossa mesa só será farta se compartilharmos com todos. O mundo só será feliz se não houver um único ser humano com fome no mundo. Fome de toda espécie, de alimentos, de amor, de direitos, de educação, de moradia, de saúde. Que o Coronavírus seja driblado por nossas ações de humanização de todos os habitantes da Terra. Os que tiverem mais do que necessitam distribuam seus excessos com os mais pobres e necessitados.

“Acordem, isso tudo é muito grave.” Alertam os técnicos em saúde. O mundo foi paralisado para que tenham tempo para refletir, justamente nesses quarenta dias da Quaresma, o mesmo tempo que Jesus passou no deserto para se preparar para mudar o mundo com seu Amor incondicional. Estamos todos em isolamento. Aproveitemos para nos preparar para um mundo novo. Quando passar, que possamos dar um abraço global sem nenhum tipo de exclusão. Não é tempo para ódios, nem divisões sejam elas político-ideológicas, ou qualquer outra.

Acolhamos nesse abraço aqueles que estão enjaulados por seus crimes e precisam de uma segunda chance, como a que estamos tendo os que sobrevivermos. A pandemia traz o pior e o melhor da sociedade. Vamos nos dar as mãos fraternalmente. Se estamos presos em casa por precaução e para evitar aglomeração, deixar os presos aglomerados e sem condições sanitárias não nos ajudará a vencer essa guerra contra o vírus. Isso demonstra que nosso egoísmo persiste e não estamos preparados para a cura.

O vírus derrubou os mais poderosos, sinal que o dinheiro não vale o que pensam.

O Mercado foi a nocaute. As bolsas caíram.

O comércio está fechado.

O desemprego aumentou. Nossos salários estão ameaçados. As prateleiras dos supermercados estão vazias. Façamos desse isolamento uma incubadora para gerar uma nova geração de líderes, de políticos comprometidos com o social, de magistrados que cumpram seu juramento de cumprir e fazer cumprir as leis e a Constituição. Precisamos construir uma nova geração comprometida com a responsabilidade social.

Nossos antepassados perderam muito sangue, muitas vidas foram sacrificadas para que alcancemos o progresso tecnológico, no campo dos direitos humanos e no aperfeiçoamento da humanidade. Passamos por muitas guerras fratricidas e duas mundiais. O coronavírus é apenas mais uma. Que consigamos sair dela melhores e mais fraternalmente humanizados. Preparemos nossa quaresma no nosso isolamento para o grande abraço da Ressurreição que nos dará um mundo novo onde o Amor reinará.



Ernani Costa Mendes

ROSAL PRINCIPAL

04/03/2020



Pablo Milanés, cantor cubano, musicou um lindo poema de Nicolás Cristóbal Guilén Batista, seu conterrâneo, chamado De Qué Callada Manera. Eu tive contato com essa música no ano de 2015 por ocasião da tese do meu doutorado. E, na época, eu e o meu orientador tínhamos acordado que seria a música que cantaríamos e dançaríamos no ritual da defesa. Aqui cabe um pequeno registro - a minha orientação foi recheada de músicas, poesias e muitas e muitas conversas incrementadas por cerveja! O número 131 da Toneleros em Copacabana, para mim será inesquecível! Infelizmente, o combinado sobre a defesa não aconteceu. Mas, compreendendo o tempo das coisas e maturidade das ideias, esse propósito voltou forte e de uma forma arrebatadora no último sábado de carnaval, e pasmem, eu estava no 131 da Toneleros! Dessa vez, a ideia foi escrever para a coluna “Opinião”. E aqui estou.

Depois de ouvir repetidamente a música em todas as versões e intérpretes possíveis, convoco a todos para uma reflexão sobre a letra da música (tradução livre). Antes gostaria de dizer que o trabalho com pacientes na terminalidade da vida, ao mesmo tempo em que lhes confere e a seus familiares uma sentença, onde todos entram em contato com suas idiossincrasias em relação à morte, por conseguinte, são obrigados a se defrontar com elas. Por outro lado, obriga também os profissionais de saúde a verificarem, mesmo que temporariamente, o frágil poder de suas autoridades no lidar com os que irremediavelmente evoluem para o final da vida! Aqui eu confesso, dependendo do que se acredite, procuro entender a mensagem que esse trabalho traz para nós que labutamos no mar revolto da morte e do morrer...

Voltando ao Pablo Milanés, que insisto em escutar nesse momento, escrevo a coluna! Na verdade, essa reflexão é mais um movimento de fortalecimento mental para lidar com esses pacientes que, através de suas finitudes, nos ensinam que a vida deve ser vivida! E que merece que pulemos todos os blocos! Afinal, ainda é um pouco carnaval...

De que calada maneira

Ao entrar na intimidade de quem está morrendo deveremos tocá-la de uma forma calma, onde a quietude deverá ser o nosso norte, até porque temos mais a escutar do que falar.

A autoridade de quem está morrendo é plena, é soberana!

Aprende-se muito mais do que se pretende ensinar...

A morte é do outro, quem está morrendo é o outro!

Você pode imaginar num esforço hercúleo esse momento, mas nunca irá atingir a dimensionalidade de quem morre...

Você me chega assim sorrindo

Mas, o profissional de saúde que por sacerdócio ou dever deontológico tem a oportunidade de lidar e tratar desses pacientes deverá acolhê-los com sorrisos...

A primavera para todos nós expressa a força das flores, a força de uma natureza que insiste que sim.

Expressa recomeço, as avenidas de esperanças que todos nós e, em especial, os “pacientes desenganados” devem trilhar.

E o nosso papel, intitulados especialistas dos meandros da morte e do morrer, é acolher a todos, como sugestionaria Milanés, sorrindo como se fosse a primavera.....

E eu morrendo

Porque trabalhamos com pessoas que estão morrendo e que merecem ser vistas como pessoas biográficas fechando os seus itinerários. É o fechamento de uma vida, é o final da história de quem está desaparecendo.....

E de que modo sutil

A forma sutil com que aparecemos nessa história é a forma humana e acolhedora. Descompromissada porém determinada! HUMANA, em lidar com os inesperados “modos” de deixar a vida, e ACOLHEDORA da dor que lanceta o coração dos que choram pela perda do ente querido.

Derramou em meu corpo / Todas as flores de abril

O cuidado com um fim libertador e dignificador tem a capacidade transformadora de vivificar as relações e estabelecer pontes! Pontes fraternas que permitem a quem morre uma inundação primaveril de cuidados, cuidados que respeitem e reconheçam o corpo e a alma que sofre.....

Quem lhe disse que eu era sempre riso

E nunca pranto?

Mas é bom lembrar que nem sempre é possível sorrir no instante em que a vida esmaece entre os dedos. Prestes a perder a vida desenvolvemos prantos, neuroses, chilies...

E nem sempre poderemos manter o controle emocional imposto por aqueles que nunca morreram e mantêm o comportamento de quem nunca vai morrer.

Como se fosse a primavera

Aqui o poeta insiste no poder da natureza... Esperaremos perceber no final da vida os seus encantos... Os elfos que colorem os arcos- íris, as ondinas que surfam nas ondas do mar, os silfos que sopram o ar da vida e as salamandras que serpenteiam e aquecem o seu descontinuar...

Não sou tanto!

Aqui nos deparamos com nossas fragilidades... Verdade seja dita, não somos TANTO ASSIM no fim das nossas vidas.

A terminalidade da vida é tão poderosa que nos faz rever e organizar compulsoriamente as fases de sucessos e insucessos, acertos e erros, auge e declínios num esforço mental, muitas vezes inútil, de buscar sentidos e significados para uma vida que valesse a pena viver.

No encontro espiritual / Você me brinda uma rosa

De seu rosal principal

O cuidado de pessoas gravemente enfermas ou morrendo exige uma especificidade estritamente humana. Tanto isso é verdade que esse cuidado é reconhecido ao longo da história como uma doação ou até mesmo como devoção espiritual. Mas, o poeta sublima essa perspectiva quando sensivelmente nos coloca frente ao encontro de duas pessoas - obedecendo aos ditames da natureza - esse encontro é extraordinário - ele é rico de possibilidades e oportunidades de mudanças do futuro, é confortante no sentido de nos desapaixonar das coisas e das pessoas que nos aprisionam no curso das nossas vidas.

Esse encontro é espiritual! Na medida em que cuidamos e acreditamos na força e no poder do cuidado.

Cuidamos da vida, cuidamos na esperança do seu reflorescimento. O poeta no auge de sua inspiração, com muita propriedade nos diz ...

Você me brinda uma rosa do seu rosal principal

No nosso entendimento, esse ato quando desenvolvido por nós, é transubstanciado num ato espiritual, corajoso e desposado, realizado muito intuitivamente por nós trabalhadores também mortais. Entrementes, na lida com a morte do outro desenvolvemos habilidades especialíssimas - desabrochamos o sagrado em nós para oferecer conforto àquelas vidas que evaporam e terminam frente às nossas -. Oferecemos o singelo do nosso ser! Oferecemos vida, o nosso **ROSAL PRINCIPAL**, na tentativa vã de salvar as vidas que nos são confiadas.

Porém, ao despertar desse transe, nos damos conta de que não salvamos nem as nossas tão fragilizadas pelas perdas de tantas outras! Para tanto, precisaremos buscar na arte motivos para continuar... Convoco a todos a bailar com essa linda saudação à vida na voz de Pablo Milanés...

De que calada maneira

Você me chega assim sorrindo

Como se fosse a primavera

E eu morrendo

E eu morrendo



Citação:

“De Qué Callada Manera” (Nicolás Cristóbal Guilén Batista) - <https://www.youtube.com/watch?v=E8MR-VmT9eZ4>

MARIA ISABEL

03/02/2020

Naquela manhã de sexta-feira eu estava escalado para trabalhar nas enfermarias do hospital (sou servidor em uma unidade de Cuidados Paliativos - CP).

Transitando pelo corredor do 6º andar fui surpreendido por um burburinho que vinha de um determinado quarto.

Ao entrar me deparo com uma paciente acamada que chorava e bradava repetidamente: “eu quero ir embora para minha casa, eu quero sair daqui, eu quero estar junto da minha família...” Estava acompanhada do seu único filho que amedrontado, também chorava.

Eu, antes de me apresentar, seguro em sua mão e começo a entabular uma conversa, na tentativa de entender tanto desespero... Prontamente ela retruca: “quem é o senhor, o que veio fazer aqui?” Eu calmamente respondo: “sou o fisioterapeuta Ernani e estou aqui para lhe ajudar.”

Nesse momento seguro mais forte a sua mão.

Ela se surpreende: “pensei que fosse o psicólogo, desculpa.”

Eu respondo: “fique tranquila, estou aqui para lhe escutar, é minha função também, todos aqui falamos a mesma língua...” Ela agradece, mas insiste: “eu quero ir embora...”

Eu afirmo: “você vai embora, é seu direito.” Ela: “isso mesmo, é meu direito! Eu sei tudo que tenho, eu sei o está acontecendo comigo, eu sei que vou morrer...”

Nesse momento o filho intensifica o choro.

Ela continua: “estou sofrendo muito aqui, eu quero ir para casa, se é para sofrer, eu sofro em casa, porque o sofrimento em casa é válido!” Nesse momento, eu que fico surpreendido! “Sofrimento válido!?” Em toda a minha jornada como paliativista nunca tinha ouvido essa expressão. Olha que sou militante pela causa dos CP, acredito e defendo que o sofrimento vivenciado pelo paciente com doença avançada deverá ser mitigado, cuidado. Surpreso, pergunto: “daria para a senhora falar mais do que entende por sofrimento válido?” Mais serena, ela responde do alto de uma sabedoria admirável: “sofrimento válido é assim: estando em casa, eu sei que quando eu chorar vão chorar comigo, quando eu gritar vão gritar comigo e quando eu reclamar vão tentar me ajudar, mas se não for sério, vão reclamar comigo. Aqui eu sofro sozinha, aqui acontecem muitas coisas estranhas... Aqui eu sofro sozinha, eu e Deus, né? Por isso eu quero ir para casa...” Lidar com o sofrimento humano na área da saúde é um dos grandes desafios para os profissionais. E o sofrimento no fim da vida ganha especificidades e sutilezas jamais imaginadas e requer uma expertise refinada de quem cuida.

O profissional de saúde deve ter um comportamento ético mediante as sucessivas perdas de quem está morrendo. Em relação a isso, Maria Isabel nos ensina que o sofrimento relacionado à perda da vida tem que ser dignamente validado.

Nos ensina que a morte deverá ser recheada de sentidos, assim como a vida deveria engendrar seus significados...

Cuidar de quem está morrendo suscita comprometimento em assistir humanamente corpos e almas que sofrem...

Pacientes em CP, como Maria Isabel, são especialíssimos, eles nos ensinam que não devemos deixar de transitar pelas avenidas de esperanças que são constituintes da vida, nos ensinam que mesmo na terminalidade o espírito pulsa para lembrar-nos o quanto é belo o viver. Esses pacientes nos ensinam que o colorido da vida sempre estará no simples, no singelo, no sutil ... Ninguém no fim da vida está preocupado com a conta bancária, em trocar de carro e nem tampouco com viagens ... A única viagem que os preocupa é aquela para onde a alma possa repousar em paz. Pacientes como professores são habilíssimos, eles são inesquecíveis pelas suas retóricas e didáticas, são especialistas em disciplinas como ódio, raiva, egoísmo, vingança, ingratidão, insucessos, desarmonia, mas também nas de amor, ternura, desapego, gratidão, sucesso, harmonia, perdão, solidariedade, valores etc.

Todas essas formando um tronco comum com a maior das disciplinas: a Vida! Pacientes como mestres são categóricos!

Segundo Arantes (2019)¹...

No final da década de 1960, a psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross causou alvoroço ao falar abertamente sobre a morte e o processo de morrer. Precursora da tanatologia e defensora dos cuidados paliativos, ela criou um método no qual, durante seminários, os pacientes se transformavam em professores dos profissionais de saúde, ensinando-lhes lições ricas e profundas, não apenas sobre a morte, mas especialmente sobre a vida ... (s/p)

O método de Kübler-Ross² ganhou o mundo e hoje tem reconhecimento internacional. A sensibilidade e a perspicácia da psiquiatra em escutar pacientes terminais nos possibilitou entender as fases e as tramas envolvidas no processo de morte e morrer. Não é verdade que a morte tem que ser feia, indigna e trágica, ela pode ser digna e transcendente. Kübler-Ross nos ensinou isso através do seu legado (Veja o livro “Sobre a morte e o morrer”). E o que, de mais contundente Maria Isabel me ensinou? Ela me ensinou naquela manhã com sua senioridade libertadora que precisamos presidir tanto a vida quanto a nossa morte. Naquele momento, ela estava presidindo e orquestrando o modo de como gostaria de morrer. Ela queria morrer em casa junto à sua família que validaria o seu sofrimento! Ela podia contar com os seus familiares. Daí veio o mais contundente aprendizado: será que em nossos leitos de morte teremos alguém com quem poderemos contar?

Alguém validará os nossos sofrimentos?

Obrigado Maria Isabel por incendiar a minha vida naquela manhã, mesmo um tempinho antes da sua se apagar.



Citações:

1. Arantes, ACQ. Posfácio In: Luz, R.; Bastos, DF. Experiências contemporâneas sobre a morte e o morrer: o legado de Elisabeth Kübler-Ross para os nossos dias. São Paulo: Summus Editorial, 2019.
2. Kübler-Ross, E. Sobre a Morte e Morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus familiares, 9ª. ed. São Paulo: Editores WMF Martins Fontes, 2008.

QUANDO O CONTÁGIO VIRA EXTERMÍNIO

09/06/2020

Estamos vivendo realmente tempos difíceis, seja na esfera social, econômica, política e especialmente da saúde considerando a crise epidemiológica que atravessamos. Uma crise que desnuda o sistema de saúde brasileiro com todas as suas mazelas - e o pior - desnuda a natureza amadora e malévola de seus gestores em todas as camadas do poder executivo. A crise vem deflagrando um cruel desfecho para a população idosa, que nunca foi vista com prioridade nas políticas públicas e que sempre recebeu pouca atenção do judiciário, do executivo, das estruturas do sistema de saúde, das estruturas da engenharia e da arquitetura - basta olhar a falta de planejamento arquitetônico das cidades - no tocante à implementação de estratégias resolutivas para abarcar todas as necessidades advindas do envelhecimento. E o pior cenário surge no cume da epidemia, quando se observa o número de mortes indignas que vêm aniquilando a cidadania dessa parcela da população no Brasil. Dito de outra forma, o direito ao “morrer digno” foi usurpado pela necropolítica vigente.

A fala da filha de um senhor de 91 anos acometido pelo novo coronavírus internado num hospital particular dimensiona essa realidade... “Ele tem problemas de consciência, mas se relaciona com a gente, conversa. Neste país, estamos vivendo um utilitarismo da vida humana. O que é uma pessoa? É alguém que produz ou alguém que tem uma rede de afetos, que o ama e com quem ele se relaciona. Estamos no país do ‘e daí’? (veja¹) Quando o contágio pelo vírus vira extermínio impune e legitimado, temos que nos perguntar de que valeu a pena viver, qual foi o seu real sentido, serviu para quê? Para que tantos anos de

serviços prestados, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da nação? Tanto tempo dedicado em criar e educar os filhos, tanto suor e tanta energia empregada para cuidar e resguardar uma biografia! Para quê? Para no final da vida virar “massa indistinta de mortos e moribundos”, como bem definiu Paul Ricoeur, eminente filósofo francês. Para Ricoeur, na “massa indistinta de mortos”, moribundos e cadáveres são confundidos em sua potência de contágio pestilencial e é nesse momento que surge o problema de identificação, de discernimento, ou seja, quando a morte ordinária (natural) é contaminada pela morte-limite, pela morte horrível (epidemias, guerras, catástrofes).

Daí naturaliza-se as perversas escolhas de Sofia, as escabrosas mistanásias e as permissões nefastas para os genocídios. Vejamos os exemplos: A Recomendação nº 042, de 22/05/2020 do Conselho Nacional de Saúde em relação à suspensão imediata das Orientações do Ministério da Saúde (MS) para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19, como ação de enfrentamento relacionada à pandemia do novo coronavírus, em um dos seus considerandos assevera: “a adoção da cloroquina / hidroxicloroquina é uma decisão política tomada por não especialistas em saúde e que, segundo dados do próprio MS, as hospitalizações de pretos e pardos com síndrome respiratória aguda grave representam 23,1% do total, mas as mortes dessas parcelas da população somam 32,8%, o que reforça os processos de extermínio promovidos pelo Estado brasileiro contra a população negra e outros grupos vulnerabilizados, como indígenas, ciganos, quilombolas, moradores de favelas, bairros periféricos, terreiros, assentamentos, populações do campo, em situação de rua etc.,” Aqui nos defrontamos com a força obscura e a face mais horrenda do contágio quando é transformado em extermínio!!! Na visão de uma advogada pesquisadora de temas ligados ao direito médico e bioética, salta aos olhos a tão propalada escolha de Sofia: “Por outro lado, segundo a advogada Luciana Dadalto, a escassez de leitos e respiradores durante a pandemia tem levado muitos hospitais a adotarem a idade do paciente como critério de não intubação... Estamos vendo isso com 90, 80, 70 anos. Isso é absurdo e inconstitucional, ilegal. Mas uma coisa é não investir no paciente porque a condição clínica mostra que a utilização de um suporte de vida é maléfica e a outra é decidir dar preferência para uma outra pessoa [mais jovem, por exemplo] a despeito do mais velho também ter indicação [de intubação].”¹ A crise sanitária advinda do novo coronavírus desnuda o sistema de saúde expondo uma de suas mazelas - que é o total desconhecimento por parte da população sobre os cuidados paliativos -.

Uma abordagem da saúde que a maioria dos pacientes idosos deveria receber para o manejo das recorrentes crises de necessidades provocadas por complicações clínicas de suas doenças crônicas. Muitos familiares foram e estão sendo surpreendidos pela não indicação de intubação oro-traqueal aos seus septuagenários, octogenários,

nonagenários no momento que apresentam síndromes respiratórias agudas graves provocadas pelo vírus letal. Por outro lado, acusamos a fragilidade da estruturação dos cuidados paliativos na rede de atenção à saúde, assim como, o despreparo das equipes de saúde para esse cuidado.

Estamos em maus lençóis, no mato sem cachorro, no mar que não está pra peixe e com a pipa no alto com a linha sem cerol... O nosso amorismo e a nossa animosidade não podem compactuar com o extermínio de milhares de pessoas, principalmente quando falamos de populações vulneradas, como os queridos vovôs e vovós.

É preciso transgredir o olhar para o processo de morte das pessoas. Porque o olhar que estamos direcionando para a morte em massa dos nossos anciãos é um olhar frio e indiferente. Segundo ainda Paul Ricoeur em seu desafiador livro “Vivo até a morte - seguido de fragmentos” quem está morrendo não quer ser visto como já-morto e sim como um vivo-ainda, por isso a transgressão do olhar se torna um imperativo: “... mas é um outro olhar que não vê o agonizante como moribundo, que logo terá cessado de viver. O olhar que vê o agonizante ainda vivo, como carregado pela emergência do Essencial em sua vivência de vivo-ainda, é outro olhar. É o olhar da compaixão, e não do espectador que se antecipa ao já-morto.”

Para a era pós-pandemia, tão conjecturada e sonhada, para além da técnica, de protocolos A, B ou C e da concorrida e esperada vacina, precisaremos não exterminar a esperança de um Brasil mais justo e igualitário! Precisaremos de outro olhar, de um olhar imunizador para todas as ameaças que vêm de fora, de um olhar que seja contagioso de amor e virulento de compaixão!



Citações:

1. <https://www.bandab.com.br/saude/indicar-cuidados-paliativos-a-idosos-em-vez-de-intuba-los-gera-em-bate-entre-medicos-e-familias/>

“LIBERDADE É O DIA DE HOJE”

13/07/2020

No “Dicionário da Escravidão e Liberdade”, o capítulo Teorias Raciais da premiada autora Lilia Moritz Schwarcz, publiciza: “Um dia após a promulgação da Lei Áurea, a mais popular e a última do Império, a Gazeta da Tarde estampou a chamada: “Liberdade é o dia de hoje”. Certamente as letras não palatáveis do vespertino sentenciava que a liberdade custaria muito caro ao contingente negro que acabara de conquistar o

tão sonhado passe livre. No meio ao turbilhão de emoções e incertezas geradas para os libertos, a desigualdade social e os seus rumos marcariam definitivamente o futuro daquela população. Uma frase que reiterava a sentença acima era bem corriqueira no antigo Império, segundo Schwarcz, a liberdade é negra, mas a igualdade é branca, ou seja, essa frase traduzia a convicção de uma supremacia branca. Essa convicção pare uma arqueologia moral que nutre por séculos e séculos o ideário da “branquitude”, principalmente em seu aspecto mais medonho, que é a manutenção de privilégios de um determinado grupo de pessoas. As palavras não são inocentes, muito pelo contrário, são carregadas de sentidos, como bem me ensinou a professora Inesita Soares de Araújo do Laces / Icict / Fiocruz. A palavra liberdade, por exemplo, tem contextualização histórica bem politizada.

Para a população negra estar “livre” hoje significou dizer que muitos deram os seus sangues e tantos outros os corpos por essa causa. Um exemplo disso foi a guerra civil americana, uma das mais sangrentas já vista, com um saldo de 750.000 mortes por ocasião da abolição da escravidão nos Estados Unidos. A escravidão é uma chaga aberta no coração da humanidade marcando o seu desenvolvimento histórico e político! E seus efeitos perduram nas estruturas que fundam e sustentam o mundo de relação, em suas complexidades econômicas, políticas e sociais. Seus efeitos se entranharam acentuadamente no trabalho, cujo papel central no organismo social é a construção das materialidades que compõem esse mundo.

Com o tráfico negreiro, inaugura-se a importação internacional de pessoas para o trabalho! Na experiência do tráfico transatlântico a escravidão de pessoas foi ligada pela primeira vez na história à cor da pele, nascendo daí a ideologia de raça (racismo). Milhões de negros foram arrancados, sequestrados, abduzidos de seus territórios pátrios para trabalhar e construir um “mundo novo” totalmente alheio às suas realidades.

Para eles, o trabalho surge com sofrimento, dor, exploração, doença mental (banzo) e morte. Nasce forçado, colonizado, castigado e não remunerado (Gomes, 2019). A frase do vespertino pululava nas mentes dos senhores de escravos (patrões da época) e organizava a moralidade dominante. Sistematizava a desvalorização do negro no contexto social e desconsiderava a liberdade como passaporte para obtenção de direitos, de igualdade. Essa moralidade sustentava e sustenta o distanciamento social entre pessoas cindindo a sociedade em classes/raças num processo de (re)criação de desigualdades. Esse modus operandi nasce na escravidão, corporifica-se na truculenta revolução industrial e amadurece no auge do processo de globalização da economia que, cada vez mais, lança seus tentáculos sedentos por lucros custe o que custar. Quão força tem esse inconsciente em romper os véus da história e permanecer subsidiando o

domínio patriarcal, imperial, colonizador que vige até os dias atuais! Tráfico, trabalho escravo, racismo. Como não pensar nessa linearidade, onde a dominação e a violência marcavam as relações, cerceavam as liberdades e matavam inocentes. Como não imaginar a dureza de caráter e convicção do dominador em destruir vidas, nações e culturas apenas para satisfazer desejos econômicos e de poder. E como não imaginar as repercussões maléficas que aviltaram por anos e anos as almas e o inconsciente do povo africano tão cruelmente depauperado... “A própria história da formação da classe operária brasileira foi profundamente contaminada pelo marco de 13 de maio de 1888, que também encontraria nessa efeméride seu ponto de mutação... O modelo de produção do Império do Brasil era escravista, não havia condições estruturais e conjunturais para que os trabalhadores livres e libertos alcançassem plena consciência de sua realidade social - situação piorada pela “anomia” herdada de seus ancestrais escravizados...” (Cord; Souza, 2018). Sobre essa herança, Lélia Gonzalez, eminente antropóloga e ativista negra, triangulando marxismo, psicanálise, ciências sociais e história, afirmou que a neurose cultural brasileira que negava a estruturação de uma sociedade hierárquica e racista, por conseguinte, autoritária, tinha no racismo o seu sintoma por excelência. O mito da democracia racial foi e ainda é um dos mais eficazes mitos de dominação, impedindo a consciência objetiva e coletiva do racismo e o reconhecimento de suas práticas vis.

A ideologia de raça foi e é o motor principal na geração de subjetividades subalternizadas nos negros e narcisísticas nos brancos (Rattz, 2010; Oliveira, 2020). No best seller “Racismo Estrutural” (2018), o advogado e professor Silvio Luiz de Almeida afirma “que o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político, em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados são estruturalmente reproduzidas.”

A partir dessa perspectiva, entende-se à fundamentação da “suspensão” de direitos fundamentais à população negra, como o não acesso ao trabalho digno e bem remunerado, à moradia, à segurança, à saúde etc. A pandemia da Covid-19 atualiza e demarca bem essa “suspensão” de direitos. “Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil”². E o que o racismo tem a nos dizer em relação à cobertura dos cuidados paliativos para a população negra? Ainda não sabemos, apenas desconfiamos, porém já começamos a discutir esse tema num seminário online³. Cem anos após a fatídica notícia imperiana, Alvinho, Hélio Turco e Jurandir questionaram a tal liberdade na obra de arte que compuseram para o desfile da Escola de samba Estação Primeira de Mangueira, em 1988, por ocasião do centenário da Lei Áurea: “100 Anos de Liberdade, Realidade Ou Ilusão”, vale a pena conferir!

“Será que já raiou a liberdade / Ou se foi tudo ilusão / Será, oh, será /
Que a lei áurea tão sonhada /
Há tanto tempo assinada / Não foi o fim da escravidão /
Hoje dentro da realidade / Onde está a liberdade /
Onde está que ninguém viu...” (ouça)



Citações:

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Secess%C3%A3
 2. <https://www.cartacapital.com.br/opiniaopandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/>
 3. <https://www.facebook.com/ancprj/videos/737734587001206/>
- Almeida, SL. Racismo Cultural. São Paulo: Pólen, 2018.
- Gomes, L. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- Cord, MM; Souza, R.S. Trabalhadores livres e escravos. In: Schwarcz, L.M; Gomes, F. (Orgs.) Dicionário da Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Oliveira, AC. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*; 2020. 6 (10):89-104.
- Ratts, A; Rios, F. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- Schwarcz, L.M. Teorias Raciais. In: Schwarcz, LM; Gomes, F. (Orgs.) Dicionário da Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Fabrizio Fävasch Rodriguez

○ MENINO QUE LIMPA PARA-BRISAS

06/12/2019



Desde que voltei de Roraima, onde fui observar a questão dos venezuelanos em busca de trabalho e esperança, por ofício, tenho acompanhado as taxas de desemprego aqui na Colômbia, comparando-as com as da América Latina e Caribe. Segundo a OIT [Organização Internacional do Trabalho], com uma *informalidade na região*¹ em torno de 50%, algo próximo de 140 milhões de pessoas, os números me torturam. Acostumado a eles, afinal são meus auxiliares nos argumentos e relatórios de meu trabalho, parece que cansaram de mim e passaram a me torturar.

Será vingança? Talvez eu tenha abusado demais deles para embasar minhas tonterias de querer mudar o mundo usando-os. Com essa justificativa me invade a certeza: os números estão se vingando de mim. E, pior, cruelmente! Até porque sempre serviram aos déspotas e governantes mentirosos e hipócritas para manterem seus podres poderes à la Caetano Veloso. ... “construímos 15 escolas, entregamos 123 casas, criamos 417 empregos, fundamos 12 creches, desapropriamos 8 terras improdutivas...”

Depois que descobri que números manipulados são a razão de manutenção dos podres poderes, eles passaram a zombar de mim, tripudiar. Querem, definitivamente me humilhar. Mas eu também sei me vingar. Aponto meu dedo na cara deles! A mesma OIT contabiliza 20% de jovens que não estudam nem trabalham. Nesse grupo, a informalidade é maior - 60% -, chegando em alguns países a ser três vezes maior do que no grupo adulto. Se a OIT diz que 8% de desemprego na região é o maior nos últimos 10 anos, aí me tocou um alerta vermelho. Ora, se na Colômbia é 10% e no Brasil 13% - meus países queridos - meu coração me diz que eu preciso me rebelar, antes que os números me estrangulem sem dó nem piedade. Resolvi livrar-me de meus algozes. Liguei p'ro Marcelo, meu amigo-irmão brasileiro: - *Mano, vou passar uma semana aí com você, preciso falar...* Contemporâneos e aspirantes das mesmas causas, quando volto ao Rio de Janeiro, fico em sua casa na Tijuca, próximo ao Morro do Borel. Quando ele vem à Colômbia, seja em Bogotá ou Medellín, ficamos juntos.

Marcelo, assistente social, se tivesse vivido como vive hoje, na época da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), teria sido triturado, testículos arrancados, olhos perfurados, e jogado cuspidado na cara em algum forno de cimento da Votorantim. É um combatente da justiça em último grau. Abraços, chopp e vodka no OTTO na Rua Uruguai, o motivo de “minhas férias” de uma semana - números que me perseguem e desemprego - passou longe. Flamengo, tiro na cabecinha, óleo nas praias, ministros malucos, Posto Ipiranga, Chile, Bolívia, Dias Tôfú(olli), milícias, Queiroz, inauguração de partido fascista negando o fascismo, saímos de lá com água no joelho (não para ir ao banheiro, mas da lavagem da calçada). Sei lá que horas. Dia seguinte (22/11/2019), cabeça pesada, eis que recém evadido da Colômbia para uma simples semana de férias, sou surpreendido com a notícia: greve geral na Colômbia, milhares marcham contra o governo. Sinceramente,

prefiro não tocar nesse assunto por aqui - as razões são as mesmas -ganância do capital e reformas que penalizam os de sempre: trabalhadores e miseráveis. Quando Marcelo me chamou e me provocou pela situação colombiana, perguntou: e aí, você aqui e seu país pegando fogo, não vai fazer nada?

Respondi que havia chegado ontem e queria curtir o Rio. Depois, sabe-se lá quando, conversaríamos sobre isso. Eu só conseguia pensar que a América Latina era uma panela de pressão e ninguém saberia, hoje, dizer, como isso ia acabar. Talvez eu estivesse no centro da panela: o Brasil. Eu queria tomar um banho de mar, mesmo com a frente fria, e beber mais. No caminho, eis que surge o motivo desta coluna: o menino que limpa para-brisas. Marcelo parou o carro no sinal luminoso ao lado da antiga estação de trem da Leopoldina. Levei um susto com aquele jato de água meio turva no para-brisas, justo em minha direção. Meu ombro recuou como se eu tivesse levado um tiro de AK-47. Marcelo tirou uma moeda de algum lugar e perguntou p'ro menino como se chamava. *Diogo*. Está tudo bem com você? *Tá*. Conversa comigo um pouco? Diogo balançou a cabeça de cima p'ra baixo (uma vez só). Na chafurda de automóveis, Marcelo conseguiu encostar o carro com Diogo o seguindo.

Você tem quantos anos? *Nove*. Casado? Diogo riu. Mora onde? *Anchieta*. Com quem? *Minha 'vó*. É feliz? *Sou*. Vai na escola? Diogo abaixou a cabeça. Joga bola? Diogo riu de novo e falou: *jogo muito*. Onde? *Anchieta*. Mas tem algum lugar? *Na rua*. Você tem mãe? Balançou a cabeça de cima p'ra baixo (uma vez só). E não mora com ela? Balançou a cabeça de um lado p'ro outro (uma vez só). Por que?

Balançou o ombro direito e botou o beijo de baixo em cima do beijo de cima. E pai? Balançou a cabeça de um lado p'ro outro (uma vez só). Conhece ele? Balançou a cabeça de cima p'ra baixo (uma vez só). E não vê ele? Balançou a cabeça de um lado p'ro outro (uma vez só). E sua mãe, você vê? *No Natal*. Ela lhe dá presente? Diogo abriu um sorriso que até então eu não imaginava que poderia sair dele. Foi quando eu vi a sua beleza, olhos brilhantes, dentes branquíssimos, na hora pensei no sol. Mas o tempo no Rio de Janeiro estava nublado. Marcelo continuou. Você está sempre aqui? Balançou a cabeça de cima p'ra baixo (uma vez só). Posso voltar aqui p'ra conversar com você? Balançou o ombro direito e botou o beijo de baixo em cima do beijo de cima. Foi quando alguém gritou: *Diogo, que porra é essa?* A água do Leme parecia gelo derretido.



Citações:

1. <https://www.efe.com/efe/america/economia/el-desempleo-en-latinoamerica-alcanza-8-mas-alto-10-anos-alerta-la-oit/20000011-4066250>

VIOLÊNCIA SOCIAL E FÉ RELIGIOSA (PARTE I)

02/08/2019

Dentre as diversas cidades que conheci na América Latina, em que permaneci (e mesmo morei) por um tempo razoável capaz de entrar na rotina de seus hábitos e habitantes, Medellín é a que me intriga. Talvez porque tendo o universo do trabalho como meu tema de militância e pesquisa, eu não consiga entender o que foi o Império de Pablo Escobar em matéria de relações de trabalho, na era do pré-neo liberalismo.

Em 1993, quando ele foi morto, eu sequer ainda conhecia Medellín e estava morando no Brasil. Mas eu já estudava os movimentos sociais, inclusive alguns deles remanescentes das lutas guerrilheiras latinoamericanas. Mas, ao tratar de um tema tão complexo quanto a violência e a fé religiosa, precisei voltar a Medellín e a Escobar. Consta, entre suas ações “filantrópicas”, a doação de dinheiro para a construção de igrejas. Minha curiosidade era saber como se dava a relação de Escobar com a Igreja e, principalmente, com padres.

Não consegui saber, pelo menos não até agora. Também, o comportamento da máfia italiana em vasta literatura e cinematografia já bem demonstrou essa relação entre o crime organizado e a fé. Muitos mafiosos devotos, inclusive, foram fervorosos propagadores do modelo de família cristã. Quando recebi a notícia de amigos sobre os “traficantes de Jesus”, Escobar e outros mafiosos me voltaram à lembrança. Não entram na minha cesta de conjecturas as guerras religiosas que atravessaram a humanidade, tampouco o uso da violência para a imposição da fé, tendo como emblemático o período da Inquisição. Com meus botões fiquei exercitando cenários futuros sobre uma possível aliança entre a violência organizada que hoje estrutura a sociedade e determina o cotidiano de muitos países, caso do Brasil, e a religião. Mais precisamente, não a religião em si, mas a fé religiosa, ostensiva e discriminatória, propostas por algumas seitas e vertentes. O caso do Islam, em que algumas correntes têm como dogma o monopólio da violência do Estado associada à conversão da sociedade à seita, é bem conhecido, especialmente no caso do Estado Islâmico. Escobar novamente me vem à cabeça. É conhecida sua frase com os inimigos (não convertidos): ¿Plata o Plomo? Ou seja: Dinheiro ou Chumbo?

Para os funcionários públicos de Medellín, essa era a sentença de morte, caso não se corrompessem. Para o Estado Islâmico, a pergunta era idêntica: Fé ou morte? Não é o caso do Estado brasileiro (ainda), mesmo porque o Islam é apenas residual no país. Mas, o cristianismo, hegemônico no Brasil e com grande variação de interpretações da fé, parece não estar imune a essa associação - violência e fé -. O futuro dirá. Quando num Estado laico se diz que Deus está acima de todos como marca de governo, presume-se que abaixo de Deus, e em nome dele, tudo pode acontecer. O futuro dirá.

No caso que me chamou a atenção, o dos “traficantes de Jesus”, a relação entre grupos tradicionalmente estruturados na violência social, caso do tráfico, e a fé religiosa mostra uma face ainda pouco conhecida desse fenômeno recente e crescente no Brasil. A ausência do Estado, na maioria das cidades brasileiras, em territórios vulneráveis social e economicamente, desprovidos de equipamentos públicos de construção da cidadania, vem sendo “compensada” há algumas décadas por três dispositivos “assistenciais” para suprir a ausência do Estado: as igrejas e seitas pentecostais; a bandidagem, principalmente ligada ao tráfico; e, mais recentemente, a milícia. Não é por mera hipótese pensar que essas três instâncias de ocupação de espaços sem Estado precisarão se associar, de alguma forma, para sobreviverem. O futuro dirá.

Segundo o IBGE (2010) as igrejas evangélicas cresceram exponencialmente nas quatro últimas décadas. Católicos caíram de 91,8% para 64,6% da população brasileira. Evangélicos saltaram de 5,2% da população para 22,2%, puxados pelo segmento pentecostal¹. Projeções do Datafolha apontam que em 2028 os evangélicos superarão os católicos². O aumento da desigualdade social e econômica e consequente aumento dos territórios de exclusão da cidadania levam a crer que essa virada possa ocorrer bem antes. E são exatamente as igrejas e seitas derivadas do pentecostalismo que ocupam os territórios vulneráveis. E também são elas que vêm, em parte, sustentando a manutenção dos índices de popularidade do atual governo brasileiro³. Igrejas evangélicas mais tradicionais (batista, presbiteriana e outras) são mais elitizadas e sua doutrina é professada por setores de renda média e alta. Essas igrejas normalmente não se vinculam a territórios de exclusão e vulnerabilidade. O discurso liberal-econômico e conservador-religioso, aliado à cultura armamentista da população (“todo cidadão de bem tem direito a portar uma arma de fogo”), do atual governo brasileiro, não tem (ainda) explicitada uma interpretação da fé nos territórios de exclusão. Não se tem qualquer ideia do que pode redundar disso. O futuro dirá. Algumas perguntas:

- O que são, afinal os “traficantes de Jesus”?
- Nos territórios de exclusão como se dão as relações de convívio dos três segmentos - seitas/tráfico/milícia -?
- O que o pentecostalismo nos sermões de apoio ao atual governo prega no tocante à violência e uso de armas?
- Trataremos disso adiante.



Citações:

1. <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religio-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>
2. <https://pt.aletea.org/2017/08/07/diminuicao-progressiva-de-catolicos-no-brasil-ate-que-ponto/>
3. <https://www.youtube.com/watch?v=pDktdkNC-ww>

VIOLÊNCIA SOCIAL E FÉ RELIGIOSA (PARTE 2)

09/09/2019

Desde minha última aparição por aqui deixei três perguntas no ar: 1) O que são os “traficantes de Jesus”; 2) Como são as relações de convívio entre seitas evangélicas, tráfico e milícia; 3) Se o pentecostalismo apoia o uso de armas. Não é tarefa fácil pesquisar essas questões, porque estão envoltas num manto de obscuridade, seja pelo comportamento de parlamentares evangélicos [ver matéria sobre a bancada]¹, seja pela característica do tráfico, cujos grandes capos (chefes) são blindados tanto por sua posição econômica quanto pela elite usuária, ou seja pela consolidação das milícias, cujas ligações, como bem se sabe, são sustentadas por diversas vertentes do poder político em todas as esferas [municipal, estadual, federal].

Pela ordem, vamos tentar:

1) o que são os traficantes de Jesus? Na reportagem mais recente a que tive acesso, aqui da Colômbia, mudou a alcunha, agora é o “Bonde de Jesus”. Peixão [um peixe grande do Terceiro Comando Puro, procurado] teria virado Pastor Evangélico². Parece que o que está em jogo é muito simples. Primeiro eles atacam a diversidade cultural de fé religiosa menos prevalente no Brasil - os de origem afro-negra [0,3%, segundo o Censo do IBGE de 2010]³. É mais fácil exterminar os que são poucos. Os índios, no atual governo que o digam. Depois, não se sabe, mas judeus, é bom assinalar, embora sejam menos do que os religiosos afro [0,2%, IBGE 2010]⁴ estão mais “protegidos” no atual governo, seja porque detenham maior renda³, seja porque evangélicos defendem Israel, pois será lá que o Messias voltará. Não à toa o presidente Bolsonaro na recente Marcha para Jesus, em 20/06/2019, mostrou, em seu discurso, uma bandeira de Israel⁵. A mudança da embaixada brasileira para Jerusalém tem a ver com essa “lógica”. Voltando aos traficantes de Jesus, estão faltando estudos mais aprofundados sobre essa relação, que, dizem, começa nos presídios. Será apenas lá? As pesquisas em ciências sociais, embora engessadas pelos Comitês de Ética das universidades, poderiam ousar mais. Estamos longe de conhecer esses meandros... Talvez precisemos nos valer mais da imprensa, enquanto ela for “livre”. Traficantes de Jesus parecem estar só começando.

2) Já, a segunda pergunta sobre as relações entre as seitas evangélicas, o tráfico e as milícias, imaginem o quanto a pesquisa fica mais complicada. Figura polêmica, envolvendo figurões da República e até o FBI, Caio Fabio⁶ coloca pimenta nesse angu de caroço da mistura entre igrejas evangélicas, tráfico e milícias.⁷ E também observa o quanto o sentimento gregário, de pertencimento à comunidade, ao grupo, é muitas vezes, uma sentença de morte⁸. As divergências de organização e conduta entre as igrejas pentecostais⁹ mantêm a possibilidade de que algumas delas, com a benção do Pastor (Apóstolo, Bispo),

autorizem seus fiéis a irem para qualquer lugar, desde que “Jesus permita”. Em outras palavras, se Jesus permitir se associar ao tráfico, à milícia, a Bolsonaro, ao neoliberalismo, às bancadas da bala e agronegócio, à privatização da Petrobrás, dos Correios, do SUS, da educação pública, qualquer coisa, “vale a palavra de Deus”, se ela vier pela boca do Bispo daquela seita.¹⁰ A expansão das milícias em todo o Brasil, sempre em territórios vulneráveis dominados pelo tráfico e seitas evangélicas, segue o padrão do Rio de Janeiro, espécie de paradigma da milícia: “...milicianos diretamente eleitos, de bancadas de partidos de ultradireita, partidos conservadores e partidos vinculados a uma lógica fundamentalista religiosa...”¹¹ Faltam dados estatísticos sobre milícias no Brasil. As razões são compreensíveis. Relações entre seitas, tráfico e milícias parecem estar só começando.

3) Quanto ao apoio do pentecostalismo à liberação das armas, o que parece ser incongruente com a ideologia da fé, os dados são mais objetivos. Há divergências entre lideranças e parlamentares.¹² Resta saber como os fiéis são influenciados para se posicionarem, tendo em vista que Bolsonaro tinha a liberação das armas como uma das principais bandeiras de campanha e obteve votação maciça nesse segmento da fé. E quando o Presidente da República reitera, como fazia antes, que onde tem milícia não tem violência¹³, essas relações parecem estar só começando...



Citações:

1. <http://www.esquerdadiario.com.br/Bancada-evangelica-tem-dezenas-de-deputados-acusados-de-corrupcao-e-11-sao-reus>
2. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/18/a-nova-face-da-intolerancia-religiosa.htm>
3. https://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%B5es_afro-brasileiras
4. https://pt.wikipedia.org/wiki/Juda%C3%ADsmo_no_Brasil
5. <https://www.youtube.com/watch?v=pDktdkNC-ww>
6. https://pt.wikipedia.org/wiki/Caio_F%C3%A1bio
7. <https://www.youtube.com/watch?v=9SJo-bsyjWA>
8. <https://www.youtube.com/watch?v=k4nlXArV7i0>
9. <https://www.youtube.com/watch?v=DOODXHTBndM>
10. <https://www.youtube.com/watch?v=021E0cYcrAc>
11. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/As-milicias-crescem-velozmente-por-dentro-do-Estado/5/43599>
12. <https://noticias.gospelmais.com.br/lideres-evangelicos-dividem-posse-porte-armas-106438.html>
13. <https://www.facebook.com/watch/?v=603182283407137>

VIOLÊNCIA SOCIAL E FÉ RELIGIOSA (PARTE 3)

10/10/2019

As análises sobre o fenômeno da crescente ideologização de inspiração fascista, em vários países do mundo, têm passado ao largo da relação violência social-fé religiosa. O tema, a que me dedico nesta coluna, pela terceira vez, exige um esforço adicional de pesquisa, em virtude da escassez de materiais críticos, especialmente na esfera acadêmica. Um e outro sinal aqui e acolá dão margem a especulações e exercícios mais para projeções futuristas do que para evidências empíricas consistentes. Ainda não estou certo se o tema está se esgotando devido a essa escassez crítica. Todavia, continuo, por ora, com esses exercícios. E, de certo modo, sinto-me à vontade ao elucubrar em voz alta (e escrita compartilhada) com vocês.

Trago elementos para pensarmos juntos.

1º Quando as FARC [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia], assinaram o Acordo de Paz, em 2016, aqui em Bogotá, logo o governo colombiano permitiu que a *Igreja Avivamiento*¹ construísse igrejas nos acampamentos dos ex-combatentes. *Num país marcado por mais de cinco décadas de guerra, o acordo de paz tornou-se uma questão religiosa quando muitos pastores passaram a defendê-lo.*

2º Com o mesmo sobrenome pentecostal, a Igreja Avivamento, no Brasil, é liderada por *Marco Feliciano*, deputado federal conhecido por suas posições político-ideológicas. Quem quiser fazer um passeio nos porões escuros da Idade Média dê uma olhada em seu perfil².

3º No Brasil, as igrejas neopentecostais vêm ocupando espaço em territórios de exclusão, inclusive indígenas, similar ao que ocorre na Colômbia com os ex-FARC.

4º “Gladiadores do Altar”³ é o nome de milicianos evangélicos da Igreja Universal. Em notícia de 2015, segundo a Igreja Universal, 4.300 pessoas de até 26 anos participam do projeto Gladiadores do Altar ... com o objetivo de orientar e formar jovens ‘vacionados para a propagação da Fé Cristã’. Tire suas conclusões⁴. Escasseiam novas notícias após algumas ações do Ministério Público. Onde estarão os gladiadores? Aposentados? Parece que não. Mais recentemente viu-se: (...) Destruiremos cada religião enganosa até que desapareça do nosso país! Essas religiões pagãs e de origens africana e asiática ou muçulmana não serão toleradas em nosso país! Nem o Homossexualismo! Faremos o trabalho que o governo não teve competência pra fazer! Junte-se a nós!⁵ Se você não conhecia e se assustou, não se assuste. Agora eles estão no governo, embora ainda não de forma totalmente explícita. Por isso não se sabe onde se escondem para, quem sabe, entrarem em ação.

5º *PMs de Cristo*⁶ - Em São Paulo (desde 1992), policiais militares pautam suas atividades nos preceitos bíblicos. Depoimentos disponíveis não abordam de forma clara a

questão da corrupção, tão propalada no meio. Fica a dúvida se existem ações em que há contradição entre o que diz a Lei e o que diz a Bíblia. Nos depoimentos, em nome da Bíblia, a violência é rotulada de técnica. Direitos humanos e bandidos endemoniados - possuídos pelo Satanás - são questões também não equacionadas de forma clara. “PMs de Cristo” invadem audiência sobre Direitos Humanos com grupo de extrema direita para intimidar organizadores⁷. Convocados pelo Coronel Terra, presidente dos PMs de Cristo, disse o militar-cristão: *Meus queridos irmãos, líderes, pastores do projeto Policia-igreja e dos PMs de Cristo. Precisamos estar presentes na ALESP pois há um grupo de pessoas que trabalha contra a polícia militar e que se infiltrou no conselho de direitos humanos e vai aprovar leis que vão complicar a vida da PM e da segurança pública. Querem interferir diretamente na formação de policiais, infiltrando pessoas que sabemos serem perigosas.*

6º Tradição, Família e Propriedade⁸ – a organização, cujo nome já denota seu objetivo conservador, apoiou a ditadura militar de 1964 e demarca que a inspiração da pauta ultraconservadora dos costumes e direitos humanos não é exclusividade das igrejas evangélicas neopentecostais, mas encontra eco também em seitas católicas. O apoio à violência social baseado na fé religiosa é ecumênico.

7º Conselhos tutelares⁹ - o novo alvo - *Uma guerra nada santa¹⁰ está agitando as redes sociais às vésperas das eleições para os Conselhos Tutelares que acontecem no próximo domingo (06/10/2019) em todo o país: igrejas das mais variadas correntes e denominações religiosas alertam seus fiéis para a necessidade de se elegerem seus próprios representantes para ocupar uma vaga de conselheiro em seus municípios. Entre os argumentos de campanha estão a preocupação com a defesa da liberdade de gênero nas escolas e ao direito de casais homoafetivos, embora nenhum desses temas tenham qualquer relação com a atuação dos conselhos.*

No início do texto, a menção ao fascismo não foi casual. *Mussolini foi beneficiário do apoio da Igreja¹¹*. Afinal, o comunismo, fantasma que rondava a Europa, era o mal a ser combatido com qualquer tipo de associação. A história teima em se repetir. Ela é incansável na repetição. Como num quebra-cabeças, olhar para o cenário das relações internacionais e juntá-lo à especificidade brasileira, as imagens que vão se formando, a cada peça colocada no painel de pedacinhos, esboça uma imagem já vista nos livros de história das guerras, das religiões e da tirania. Na Colômbia também começou, mas no Brasil tudo indica que o quebra-cabeças está sendo montado mais rapidamente.



Citações:

1. <https://overbo.news/igreja-evangeliza-ex-guerrilheiros-das-farc/>
2. https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Feliciano
3. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/24/mpf-ba-vai-abrir-inquerito-para-in->

- vestigar-gladiadores-do-altar-da-iurd.htm
4. <https://tvuol.uol.com.br/video/gladiadores-do-altar-batem-continencia-e-gritam-em-culto-da-universal-04024E9A3966E4995326>
 5. <https://koinonia.org.br/noticias/lembra-deles-gladiadores-do-altar-da-igreja-universal-serao-investigados/5460>
 6. <https://www.youtube.com/watch?v=u55RH6YIUVM>
 7. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/pms-de-cristo-invadem-audiencia-sobre-direitos-humanos-com-grupo-de-extrema-direita-para-intimidar-organizadores/>
 8. https://pt.wikipedia.org/wiki/Tradi%C3%A7%C3%A3o,_Fam%C3%ADlia_e_Propriedade
 9. https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Tutelar
 10. <https://oglobo.globo.com/sociedade/direitos-da-crianca-batalha-religiosa-por-uma-vaga-no-conselho-tutelar-23994870>
 11. <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/05/como-igreja-catolica-ajudou-consolidar-o-fascismo.html>

Marcos Besserman Vianna

É HORA DE BRINCAR

15/07/2019



Todos já escutamos que sem esperança não existe o amanhã. Claro que viver é melhor do que sonhar. Mas nesse mundo de tanta tecnologia e tanta informação, as pessoas que deveriam estar vivendo, estão sem tempo para nada. Essa equação equivocada angustia a todos na contemporaneidade e vai nos desiludindo dia a dia. Desiludidos, os italianos rumaram para o fascismo. Os alemães tinham perdido a fé no sistema político da época e, desenganados, caminharam com o nazismo. Para a criança manter a esperança precisa de estímulo. O maior sonho que elas têm é fantasiando: “quando eu crescer”. Mas até lá demora muito.

Então as crianças brincam. Nas brincadeiras morrem e renascem várias vezes. Casam, têm quatro, cinco filhos, depois separam e não precisam pagar pensão para ninguém. Os velhinhos e velhinhas, avós e avós, nas brincadeiras, não carecem de recursos financeiros, estão sempre aposentados e podendo viver numa boa... sem precisarem trabalhar até morrer como desejam os que despedaçam a Constituição Federal com a reforma da previdência. A brincadeira é uma necessidade. Possibilita a criatividade e a autonomia. Desenvolve a capacidade de compreender pontos de vista diferentes. A capacidade para imaginar, fazer planos, apropriar-se de novos conhecimentos surge, nas crianças, através do brincar.

Para imaginar e fazer planos é necessário ter esperança num porvir. Não só temos que brincar com as crianças para produzir e repassar conhecimento como também só através do lúdico confrontamos histórias de vida, visões de futuro. Para que aconteça a conversa, o diálogo, é imprescindível na mesa de bar, à beira da praia, e demais locais onde a brincadeira geralmente é permitida. Assim como as crianças, todos os adultos precisamos de brincar para poder sonhar, poder ter esperança num mundo diferente deste desenhado por arquitetos da destruição. Hitler foi assim denominado. O arquiteto da destruição tinha grandes pretensões e queria dar uma dimensão absoluta à sua megalomania. O nazismo tinha como princípio fundamental embelezar o mundo, nem que para isso tivesse que antes o destruir.

A utopia faz parte da estrutura histórica de homens e mulheres. Sendo utopia essa dimensão humana que transcende as realidades práticas, mas que mesmo quando presente no discurso diário não é percebido. Assim, a utopia significa a ruptura do que é, o despertar, a inquietação, o questionar, o inconformismo com um determinado lugar ou posição em que se encontra. Segundo o filósofo argentino Enrique Dussel¹, são as vítimas, quando irrompem na história, que criam o novo. O sonho diurno é o que nos permite projetar o futuro, buscando o que não existe, mas poderá existir. A utopia não é algo fantasioso, simples produto da imaginação, mas centrada no real tem a missão de reestruturar a sociedade. Obriga, de certa forma, os sujeitos a serem militantes, a se engajarem em mudanças concretas visando à nova sociedade.

Assim, a utopia se torna viável à medida que possui o explícito desejo de ser realizada coletivamente. O que realmente conhecemos? Qual é o fundamento do

conhecimento? O que podemos conhecer? O objeto existe por si mesmo, ou somente na relação com o sujeito? São tantas as perguntas e é tanto o conhecimento já produzido e por produzir que seria muito angustiante não encararmos essas questões brincando. Para além dos pormenores do cotidiano, existem os sonhos. E todo mundo vive de sonhos.

Sonhos são fantasias. A fantasia é filha da liberdade. Quantas fantasias incluem doença? Se as pessoas puderem sonhar não sobra espaço para as doenças. Brincar é saúde. O brincar politicamente correto, com brinquedos certinhos, perfeitos, farão da criança um cidadão de acordo com padrões estabelecidos pela sociedade. Se a criança tiver acesso somente àquilo considerado perfeito pela sociedade, não terá liberdade para ser ela mesma. E a liberdade é um direito fundamental para o desenvolvimento segundo Amartya Sen. A vida inteligente é possível em muitos planetas, inclusive na Terra, se lidarmos com a brincadeira como necessária e transformadora.

Nos dias atuais, em determinados casos, é possível notar tanto alguns excessos quanto alguma suscetibilidade exagerada. Uma crítica ou sátira mais cáustica pode ser capaz de provocar uma discussão sem fim e gerar repercussões nos mais diversos meios. Claro que não devemos incentivar discriminações ou discursos racistas seja na vida seja no humor. Mas, se não pudermos brincar com a religião e a ciência, com homens e mulheres, política e cultura, papagaios e elefantes, profissões e cenas do cotidiano, o mundo continuará taciturno e as crianças não terão mais o “quando eu crescer”, pois será muito chato ser grande.



Citação:

1. Conheça um pouco de Enrique Dussel ouvindo-o falar da descolonização cultural e o eurocentrismo em https://www.youtube.com/watch?v=Q86_LPat-IQ

VIOLÊNCIA E BRINCAR: POLÍCIA OU LADRÃO

15/08/2019

Libertar-se da violência é uma condição fundamental para o gozo do direito à saúde. A violência perpetrada pelo Estado brasileiro ou pela ausência de sua prevenção está ultrapassando limites. Seja ao massacrar comunidades indígenas, ao destruir a natureza com desmatamentos como nunca visto, ao liberar agrotóxicos nocivos à saúde dos humanos e da natureza, ao combater a liberdade de imprensa, ao defender a falta de isenção de juízes e promiscuidade de relações no judiciário, ao negar tortura e morte de pessoas durante o período da ditadura militar, ao estimular o trabalho infantil. As estratégias de prevenção da

violência devem procurar responder de forma rápida e adequada aos casos de violência. Para a prevenção da violência são indispensáveis programas de treinamento, reformas da justiça penal e recursos humanos e financeiros. A “guerra” contra a violência não é auto-executável e sua implementação precisa de recursos adequados dos tribunais e da polícia para permitir a superação dos obstáculos que incitam à violência. No entanto é imperioso o abandono da doutrina militarizada e do tratamento estereotipado das polícias, que dividem a população nos dualismos bandido/cidadãos de bem; inimigo/aliado.

A segurança pública deve ser sinônimo de prevenção e não de confronto com as pessoas. Portanto precisamos repensar a polícia desde o início da formação policial, no sentido de se evitar que estes agentes públicos cometam violências, ou abusos, na sua atividade cotidiana. É mais do que necessário que as polícias recebam uma instrução especializada, voltada para temas como: relações raciais, direitos sociais e políticos de populações excluídas, igualdade de gênero, respeito às populações LBGTI, defesa das crianças e adolescentes, percepção em relação a pessoas com deficiência. Veja o trecho:

Em nossa sociedade, em diferentes situações, pessoas são injustamente tratadas ou percebidas com desconfiança e suspeita em função da cor de sua pele, idade, sexo, orientação sexual, local de moradia ou por apresentarem algum tipo de deficiência. Esse tratamento denomina-se discriminação, manifestada em atitudes geradas por preconceitos enraizados em nossa cultura, resultando em restrições (ou negação) ao exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas por ele afetadas.

Está escrito na página 15 da Cartilha Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, publicada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, em 2013¹. Trata-se de reconhecer que todas as pessoas são diferentes e não valorar as pessoas como bons/maus; melhores/piores. Quando a reação se pode esperar de uma pessoa com transtorno autista quando de uma abordagem policial senão agitação? E de pessoas sistematicamente afetadas por discriminação em nossa sociedade como adolescentes, pessoas negras, transgêneras, com deficiência, que moram nas ruas e tantas outras que são maltratadas e estigmatizadas por serem quem são? Em que sociedade queremos que nossas crianças cresçam? As crianças vão absorvendo os preconceitos que presenciam no dia a dia. Através das dualidades alto/baixo, inteligente/burro, feio/bonito, mesmo quando pequenas fabricam ideias preconcebidas sobre o outro, construídas de acordo com o que ouvem, veem na TV/Tablet/Celular ou vivenciam em seu entorno. Mesmo pequenos preconceitos vão lentamente excluindo indivíduos e determinando grupos segregados daqueles que não estejam inseridos no padrão estabelecido. Precisamos inculcar nas crianças valores. Claro. Mas valores que sobreponham as necessidades das diferenças para tornar a vida interessante. A respeitar todas as pessoas. NINGUÉM SERÁ DEIXADO PARA TRÁS. Conforme José Saramago, escritor português: “Aprendi

a não tentar convencer ninguém. O trabalho de convencer é uma falta de respeito, é uma tentativa de colonização do outro.” Não devemos impor ideias pré-concebidas às crianças. Demonstrar na prática cotidiana uma diminuição na frequência de valores hedonistas e um aumento na repetição de valores relacionados ao bem-estar de outras pessoas. Valores, regras, significados, são importantes manifestações da atividade humana segundo Piaget, psicólogo e epistemólogo suíço. Variam de cultura para cultura, modificam-se com o tempo, mudam com experiências, conhecimento e relações pessoais diversas. Nossa sociedade está infestada pelo apreço aos bens materiais e pelo individualismo. Valores que podem repercutir negativamente na qualidade de vida das crianças e adolescentes. Crianças e adolescentes que expressam mais desejos materialistas têm menor autoestima e são mais ansiosos e menos felizes que aqueles que dão maior valor ao bem-estar dos outros.

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados: (I) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; (II) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; (III) em razão de sua conduta.

(Art. 98 – Estatuto da Criança e do Adolescente)²

Começamos abordando a luta contra a violência e falando da polícia. Queremos que as crianças brinquem de polícia/ladrão, mas que o policial seja um agente da promoção dos direitos humanos e o ladrão não seja fruto de estigmas e traumas de violência causada pelo longo processo histórico de desumanização, através da colonização, do patriarcado e da escravidão. Deixemos que as crianças conquistem sua identidade de ser e estar no mundo através dos saberes e conhecimentos particulares e universais, superando o etnocentrismo, o eurocentrismo, o antropocentrismo, os dualismos vulgares com que nossa sociedade julga os outros.

- Era uma criança tão alta, mas tão alta, que tomou um iogurte, e quando chegou ao estômago, já estava vencido.

- Era uma criança tão, mas tão pequena que sua cabeça cheirava a pé.

São piadas de crianças. Obviamente preconceituosas.

Mas ser alto, baixo, gordo, magro, canhoto, destro... são diferenças aceitas pela sociedade até certo ponto. Esperamos que no futuro todas as opções da diversidade humana sejam vistas com o olhar singelo das crianças e polícia e ladrão volte a ser uma brincadeira de pega-pega, sem armas, sem violência e sem julgamentos pré-concebidos.



Citações:

1. https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/cartilhas/a_cartilha_policial_2013.pdf
2. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

11/02/2020

O mundo segue como sempre: os poderosos fazendo coisas de poderosos e os pobres fazendo coisas de pobres. O capitalismo se torna maior e mais admirável à medida que paga menos e restringe direitos dos trabalhadores, alcançando mais proveito das necessidades deles (os de sempre). Nos fazem crer que vivemos num parque de diversões, com luzes de celulares piscando, conexão com o mundo inteiro, quando na realidade somos apenas hamsters dando voltas em rodas gigantes, correndo para o nada. Não existe nenhum grupo humano que tenha nascido com maldade congênita. Por casualidade os nazistas eram alemães. Mas ninguém pode me fazer crer que o que sucedeu lá não podia ocorrer igualmente em outros países. Em lugares, por exemplo, que elegem líderes que defendem o exercício da tortura sobre seus semelhantes. Infelizmente existem mais pessoas que compartilham com essa opinião do que podíamos imaginar. Todos podemos defender uma visão do gênero humano de muitas outras formas, sem compartilhar dos ideais veiculados pelo nazismo. Se é que os ideais nazistas podem se considerar ideias políticas. Ideias criminais seria mais correto. Por quê temos que exterminar os ciganos, judeus ou comunistas? Porque são diferentes e podem degenerar nosso país? O velho nazismo está morto. Mas, de alguma maneira segue vivo, está sendo gestado, crescendo, sob novas aparências. Não é preciso navegar muito nas redes sociais para que se revele uma multidão de racistas, de super-homens machistas, de pessoas com mentalidade da idade média, como criacionistas e terraplanistas. De todos aqueles que buscam inspiração nos esterco da história.

As ideias do cérebro deformado de Hitler seguem vivas. Têm outros nomes, mas os mesmos princípios, a mesma maligna concepção de que, se julgam necessário, podem matar um povo inteiro. Com as novas técnicas, os computadores, as redes internacionais, esses grupos milicianos podem trabalhar juntos. E seguirão cultivando seu ódio contra as pessoas que têm outra cor de pele, outros costumes, outros deuses. Defendem o direito da minoria mais forte a dominar os desfavorecidos e os pobres, aos quais se referem com termos de desprezo chamando-os inúteis, calculando seus pesos em arrobas, massas pobres, chusma, lixo...

Acreditam que o mundo está dominado pelos novos tempos de redes eletrônicas que oferecem às pessoas como elas as vantagens e os instrumentos necessários para consolidar sua soberania sob o resto. Hoje existem, como então, pessoas com pensamentos malévolos, que depreciam o ser humano, racistas. Só que existem com outros nomes, atuam segundo outros métodos.

Na atualidade, não se criam batalhas entre exércitos (embora o Trump tente), mas o ódio ante aqueles que desprezam adquire outras formas de expressão, mais solapadas. Nosso país, por exemplo, está a ponto de explodir devido ao desprezo pelos vulneráveis, pelo furor contra as comunidades pobres, lgbtqi+, intelectuais, artistas, pelo racismo. Por toda parte me deparo com essas pessoas e me pergunto se teremos capacidade para contrapor a resistência necessária, dessa forma em que o mundo contempla o desastre sem sentir-se estremeado por ele... Não é certo ser odiado, nem é certo ser venerado. Não somos deuses e deusas, nem demônios e bestas. Não queremos uma vida de dor, competição e sofrimento, mas de dignidade e respeito. Se não fizermos algo a respeito de toda essa gente que comunga dessas ideias sobrevividas do nazismo, que vida esperamos para nossos filhos? Uma sociedade se define pelo que exclui, não é verdade? Somos um país com potencial, com pessoas maravilhosas e boas que não queremos mais que uma coisa: um futuro para nossos filhos. Aqui. Não em Portugal ou no Canadá. Chamem de descrença, desencanto, fracasso da razão, mas a realidade é que vivemos a era do vazio. Vivemos numa sociedade onde o ódio cresce exponencialmente, está no auge e se faz virulento. Assim estão todos meus amigos. Passamos quarenta anos fingindo que não existia o capitalismo nem sua terrível crueldade, sua fome de poder e riqueza. E agora estamos todos fodidos, buscando migalhas...

Existem os poderosos, os que não têm muitos problemas para sobreviver na selva neoliberal, que não creem mais na justiça, no direito, na Constituição, no exército que eles mesmos criaram, para livrá-los do perigo da revolução. Defendê-los do fantasma da apropriação, da justiça distributiva, dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa.

Nós estamos de um lado, eles do outro. Já leram Primo Levi?¹ Disse que dentro de todos nós, como uma infecção latente, existe uma convicção que nos diz que todo estrangeiro é um inimigo. Quando deixamos que isso se converta num princípio, quando aceitamos que o estrangeiro é alguém diferente de nós e em pior condição de vida, acabasse chegando a Auschwitz.



Citação:

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/Primo_Levi

POR ENQUANTO... ...EM TEMPOS DE COVID-19

25/05/2020

Por Enquanto

Renato Russo

Mudaram as estações, nada mudou
Mas eu sei que alguma coisa aconteceu
Tá tudo assim, tão diferente
Se lembra quando a gente
Chegou um dia a acreditar
Que tudo era pra sempre
Sem saber que o pra sempre, sempre acaba
Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
Nem desistir nem tentar

Vocês já imaginaram um mundo em que as pessoas cegas não pudessem encostar a mão nas coisas. Não pudessem apalpar as outras, passar a mão nas faces. Já imaginaram se as pessoas surdas não pudessem botar a mão nos ombros para sentir a vibração das ouvintes. Em que as pessoas usassem máscaras, tampando as bocas, tornando impossível a leitura labial. Em que as pessoas não pudessem mais sentar nos bares para conversar, não só como consequência do isolamento. Mas por não haver mais sobre o quê confabular. Meio Ambiente, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Ciência, Cultura, tudo arrasado. Um mundo em que netos e netas crescessem sem avôs e avós, que não estariam mais falando de seus problemas digestivos ou de próstata, por que teriam ficado sem ar, asfixiados, numa morte das mais torturantes. Mas seriam governados por pessoas que sempre defenderam a tortura...

Um mundo que ainda não tenha exorcizado a pobreza, a fome, que ao invés, as estejam potencializando. Que ainda não tenha eliminado o analfabetismo, o racismo, o sexismo, a homofobia, a xenofobia. Em que o medo das doenças nos reconduzissem aos tempos da crença que possuir um rubi em casa evitaria a peste negra, a maior pandemia da história. Agora os rubis foram substituídos pela cloroquina e voltariamos à medicina da época medieval. Ao invés da evidência empírica, as crenças do paciente e do médico ficariam atreladas às suas convicções políticas ou crenças religiosas.

O fanatismo e o fervor religioso florescendo. Em que as fantasias fossem viver sem ilusões e a regra se tornasse o desprezo aos mais velhos, a memória, fábulas e estórias, a



ética e a arte. Um mundo em que pais e filhos, professor@s e alun@s, amigos e amigas, quando detentores da visão, só pudessem interagir por telas de cristal líquido. O x da questão é que a realidade não pode ser compreendida por homens que se consideram superiores, inferiores ou mesmo iguais a outros homens. Não se extrai nenhuma vantagem quando se encarna Darth Vader.

Sendo negacionista ou fascista ou acreditando com fervor nas virtudes

do mercado. Com discursos paranoicos de perseguição, pregando a morte dos pobres, dos idosos, dos que pensam diferente, fascistas que se apresentam como guardiões da ordem constitucional. Que defendem gangsters cujas fortunas não criam riqueza pública e desaparecem numa rede obscura de confrarias de offshore com sede em paraísos fiscais. Podemos conviver com o medo da morte, mas não quero ter também medo de viver.

Queremos viver com os humanos, com suas identidades e diferenças, com os que veem e os que enxergam de outras formas, os que ouvem e os que escutam de outro modo. Sem as hierarquias inamovíveis, a concentração da riqueza, as superstições arraigadas, as difamações, o divisionismo, a falta de confiança na ciência, no conhecimento, na cooperação social e multilateral. Pessoas que não admitem alternativas, que mentem e manipulam para que só exista uma forma de pensar, podem ser o envoltório de um ódio desatado em nome de um Deus, de uma Pátria ou da família dele. Enfim, não tem essa ideia de voltar ao normal ou de novo normal. Citando o velho e esquecido Canguilhem “...um ser vivo é normal num determinado meio na medida que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder às exigências do meio...”

Podemos e devemos continuar acreditando que podemos viver num mundo mais justo, em que todos os homens e outros seres tenham o direito a vida, o mais básico dos direitos!



MEU AVÔ E O TRABALHO

18/02/2019



Quando comecei a trabalhar com 15 anos de idade, na Rádio de Indaial, em Santa Catarina, minha avó me chamou e disse em tom solene: o Gringo quer falar com você. Gringo era o meu avô. O apelido se devia não por ele ser gringo de origem. Ninguém sabe ao certo como se deu a mistura de alemão, italiano e polonês que culminou naquele Grienz, nascido enorme no ano de 1924 e desaparecido há pouco, em 2017, aos 93 anos. O Gringo achava que para falar com suas netas, deveria haver uma intermediação da avó. Com os netos a ligação era direta. Anos depois, quando ficamos mais “cúmplices” nas afinidades políticas, o Gringo dispensava a convocatória da ‘vó. Ele me chamou para a varanda e se preparou para o que, na época eu não sabia, seria uma longa conversa. Muitos anos depois, sempre que eu visitava meus avós, no fundo eu o fazia somente para “uma longa conversa” com o Gringo. Naquele final de tarde fria que nos encolhia, mas não encolhia os cantos das borralharas-assobiadoras¹ e dos capitães-de-saíra² que aprendíamos a ouvir em Indaial desde a hora do parto, eu estava apreensiva. Havia algo distinto naquela solenidade do Gringo para falar com uma de suas tantas netas. Com um português catarinense sonoro e honrado cujo leve sotaque luso-germânico-italico nunca consegui definir bem nas seções de Psicologia, ele abriu as suas aspas: ‘Lái (o Gringo nunca me revelou porque me chamava de ‘Lái, se eu me chamava Leila), ‘Schatzi (era como chamava minha ‘vó - algo como tesourinho) “me disse que você vai trabalhar na Rádio. Gostei de saber, trabalhar é bom.” O frio e os cantos passarinhos catarinenses ficaram mais evidentes. Ele ficou em silêncio por um tempo que eu jamais saberia precisar qual, enquanto eu me encolhia, apurava meus ouvidos, olhava firme em seus olhos azulados-cinzentos e esperava o que seria aquela ‘longa’ conversa. Falou: “Trabalhar é bom, desde que você tenha a capacidade de se indignar com a injustiça. Você sabe que eu aprendi a ler riscando o chão de terra com gravetos. Eu, meu amigo de infância Zil e o nosso professor negro Antonio Silveira. O que você não sabe é que eu ressalto que o professor Antonio era negro, pois ele não era professor, porque não tinha escola, a gente não tinha como ir à escola, era de muita lonjura. E eu digo que era negro porque naquela época era mais fácil ver um cisne azul do que um negro nestas nossas terras, muito menos professor. Ele era trabalhador braçal que tinha vindo de São Paulo e, acho que por isso, sabia ler e muito bem. Era ilustrado de leitura na luz das velas, e gostava de mim e do Zil. Gostava porque via eu e Zil, dois meninos magricelas e risonhos, roçando com alegria e falando sem parar. Sempre por perto, o professor ficava olhando p’ra gente com olhos de ternura. Um dia que eu nem me lembro, ele falou: ‘Zil, Gringo, vocês estão trabalhando?’ Eu respondi correndo, ué seu Antonio, o que que o senhor acha? E ele respondeu: ‘P’ra vocês trabalharem de verdade vocês precisam aprender a ler’. E, sem esperar a nossa reação ele escreveu no chão de terra a palavra TRABALHO. Zil e eu nos olhamos sem entender o que era aquilo. Ele não deu tempo, falou: ‘Isso aqui é a palavra TRABALHO. Com essa palavra vocês vão aprender a ler.’” Não sei se essas foram as exatas palavras do Gringo na nossa primeira longa conversa. Sei que no final daquela tarde, a ‘vó Schatzi (o tesourinho do Gringo), pela primeira vez não me acompanhou à cama.

A hora já tinha passado. Borrulharas-assobiadoras e capitães-de-saíra já deviam estar dormindo há muito tempo, pois ouvi corujas (o Gringo me falou que eram corujas), coisa que eu conhecia só pelas histórias da Schatzi. Da longa conversa (a primeira de muitas) me lembro das principais que deram rumo à minha vida: trabalho é a palavra que ensina a ler; trabalhar é bom desde que você tenha a capacidade de se indignar com a injustiça; trabalhar é um ato de poder, algo como a posse de sua força, e nessa conjugação do verbo trabalhar não cabe ser possuído. O Gringo, já naquela época dos meus 15 anos era assíduo frequentador da Biblioteca de Indaial. Lembro vagamente de Schatzi reclamando que ele passava horas e horas por lá. Perdia até o almoço, às vezes. Heresia imperdoável em Indaial, principalmente sabendo que a Biblioteca ficava a duas quadras de nossa casa.

Aos 17 anos, quando saí de lá, para só voltar para as longas conversas eventuais, lembro-me que o Gringo me convocou, dessa vez sem a intermediação de Schatzi. Dessa noite, antes de minha partida para uma vida de quase nômade, lembro-me que ele insistiu para que eu me indignasse frente a qualquer injustiça. Anotei num pedaço de papel isso que me pareceu uma palavra de ordem, vindo de sua boca com tanta ênfase: “Na vida e, principalmente, no trabalho, nunca deixe de indignar-se!” Pouco antes do Gringo morrer, em 2014 voltei para visitá-lo e também à ‘vó Schatzi. Foi a última longa conversa. Ou melhor, foi uma longa noite de silêncio.

O Gringo pouco falou, mas lá pelas tantas me deu um pequeno livro em francês. Lançado em 2010, o libreto dizia INDIGNEZ VOUS! Meu parco francês não impediu de traduzir: INDIGNE-SE! Saí com ele e Stéphane Hessel (o autor) em minhas mãos. Alguma coisa me dizia que era a última vez que eu veria o Gringo, mas jamais deixaria de obedecê-lo.



Citações:

1. AMORIM, A. (2019). [WA3274415, Mackenziaena leachii (Such, 1825)]. Wiki Aves - A Enciclopédia das Aves do Brasil. Disponível em: <<http://www.wikiaves.com/3274415>> Acesso em: 08 Jan 2021.
2. REINERT, L. A. (2019). [WA3275381, Attila rufus (Vieillot, 1819)]. Wiki Aves - A Enciclopédia das Aves do Brasil. Disponível em: <<http://www.wikiaves.com/3275381>> Acesso em: 08 Jan 2021.

AINDA MEU AVÔ: OS PASSARINHOS

21/03/2019

Na rádio de Indaial, em Santa Catarina, eu, uma menina de 15 anos, primeiro trabalho, inquieta e bisbilhoteira, fazia de tudo. Chá p’ra abastecer as cuias. Pegava lenha, ajustava microfones, anotava os nomes dos ouvintes. Levava documentos na agência dos correios, ia na farmácia, arrumava os montes de papezinhos espalhados nas salas

apertadas da voz da cidade. Meu avô, o Gringo, catarinense brasileiríssimo que o Grienz de seu nome o transformou numa espécie de estrangeiro, andava agitado como eu ainda não tinha visto. Ele ficava arrodando o rádio (sempre ligado) e eu comecei a achar que ele estava preocupado com o meu trabalho por lá. Logo ele que tinha me dito que era bom eu trabalhar. Um dia, tomei coragem e arrisquei ‘Vô, o senhor anda aperreado com alguma coisa?’ Ele respondeu na hora: *“Tô preocupado com os passarinhos.”* Eu sabia que o Gringo amava os passarinhos e conhecia seus cantos, pois sempre que as crianças estavam reunidas ele dizia de que pássaro era aquele canto e falava p’ra criançada: *“Nunca maltratem um passarinho.”* Mais tarde, na hora de dormir, perguntei à Schatzi, minha avó, que história era aquela do ‘vô. Ela também não sabia bem o que estava acontecendo, mas me disse que ia apurar e depois me falava. O fato é que o tempo passou e eu esqueci daquela história, mesmo percebendo que a agitação do Gringo atento ao rádio continuou por muito tempo. Não me lembro muito bem quanto tempo depois, mas foi bastante, pois eu já nem estava mais trabalhando na rádio. Na época, 1978, eu já estava me preparando para estudar em Floripa. O tesourinho do meu avô (a Schatzi) me chamou e disse que já sabia “mais ou menos” o que era aquela história dos passarinhos do Gringo. *“Seu avô tinha um amigo de infância chamado Zil que aprendeu a ler junto dele.”* ‘Vô’, eu disse, ‘ele me contou essa história’. *“Ah! É? Então não preciso contar.”* ‘Não, ele só falou do Zil e do Antonio Silveira, o professor negro que ensinou eles a ler com a palavra trabalho.’ *“Ah, bom, então você não sabe nada”,* ela continuou. *“Eram muito amigos, Zil e seu avô, meninos roçadores, sorridentes e ajudavam todo mundo, trabalhavam com gosto e serventia. Cresceram juntos e quando seu avô começou a trabalhar no mercado municipal, isso foi lá p’ra 1939, 1940, eles se afastaram porque o Zil continuou roceiro. Mas continuaram muito amigos, eram mais que irmãos. Em 1943, eu lembro porque foi o ano que seu pai nasceu, e eu estava lá, o Zil e o professor Antonio Silveira foram na venda se despedir de seu avô. Eles disseram que a vida na roça ‘tava difícil e eles iam p’ra Porecatu, no Paraná. Lá a vida ia ficar melhor. A guerra ‘tava ajudando p’ro povo conquistar sua terra e tinha muita gente indo p’ra lá. Mas eles disseram que iam porque o Partido Político do professor que eu acho que era o Partido Comunista, tinha mandado eles p’ra lá.”* Nessa altura eu interrompi e perguntei, mas o ‘vô era do Partido Comunista?’ Schatzi continuou: *“Olha, você sabe que seu avô gostava muito de ler e ele ia numas reuniões na casa do professor, acho que ele era mais ou menos. O que eu sei é que ele nunca mais viu o Zil, mas durante esses anos todos e até hoje eles trocam cartas. Sempre chega cartas do Aldezil Correia.”* ‘Mas, vô, porque a agitação do avô?’ *“Bem, Leinha, o Zil andou preso, depois viveu fora do Brasil, viveu em Cuba e na Argélia, isso seu avô que me contou, e agora ele não sabe onde o Zil anda porque não chega carta há mais de um ano. Mas, parece que o governo vai deixar os que foram embora por causa da*

política voltar p'ro Brasil. Tem uma discussão aí de que vai sair uma Lei. Acho que é por isso que seu avô fica ouvindo o rádio o tempo todo. Você sabe que na televisão quase não se fala disso. É só novela."

"Vó, a senhora também é comunista mais ou menos?" "*Mais p'ra menos.*" Confesso que não entendi muito bem aquela conversa. Só no ano seguinte quando saiu a Lei da Anistia, já em Florianópolis, que eu captei a razão da agitação do Gringo. Seu maior amigo estaria voltando? Estaria vivo? Viria lhe visitar? Ainda iriam rir juntos como nos tempos de criança e juventude? Aí falei: "Vó, mas ele disse que estava preocupado com os passarinhos quando eu perguntei se ele estava aperreado. Por que?" "*Ah! Leinha. Eu te disse que eu estava lá no dia. Eu não tenho certeza se é por isso, mas acho que é, quando eles saíram, os três 'tavam lacrimejados e seu avô perguntou: 'Poxa vocês têm certeza que vão mesmo embora?' O professor negro Antonio Silveira colocou a mão no ombro de seu avô e disse: 'Gringo, eu e Zil somos como passarinhos, nós voamos para onde se pode ter liberdade. Só lá a gente pode honrar o nosso canto.'*" Quando cheguei em Floripa, com aquela história do meu Gringo na cabeça, eu só ficava pensando qual canto de passarinho seria mais adequado ao seu Antonio Silveira. Até hoje não sei, talvez todos, mas o tiê-sangue com seu canto de apelo e pela cor de seu nome derramado em defesa dos injustiçados combina muito bem com os amigos de meu avô: Zil e Antonio Silveira¹.



Citação:

1.CANTERI, A. (2018). [WA3266185, Ramphocelus bresilius (Linnaeus, 1766)]. Wiki Aves - A Enciclopédia das Aves do Brasil. Disponível em: <<http://www.wikiaves.com/3266185>> Acesso em: 08 Jan 2021.

A VOZ (I)

17/12/2019

No rádio desde os 15 anos de idade, quando ingressei na Psicologia eu tinha um sonho oculto, que aliás permanece semi-oculto: entender a psicologia da voz. As colegas, a quem eu revelava meu sonho, não entendiam. Uma me disse: "você devia fazer fonoaudiologia, a profissão foi regulamentada esse ano (1981)¹". Uma outra colega me advertiu: "ué, o psicólogo trabalha com a voz dos pacientes..., certo?" Mas eu considerava que o psicólogo trabalha com a escuta e com os símbolos da palavra dita. Para mim, isso era bem diferente. No fundo eu queria era entender, à luz da psicologia, o principal instrumento do meu ofício original - a voz do rádio -. E para entender a voz do rádio eu

precisava entender a voz humana. Que mistérios profundos da psique humana faziam a voz sem a imagem da pessoa que fala no rádio tocar fundo, emocionar, causar raiva, acalantar, impulsionar, fazer adormecer a pessoa ouvinte? Na faculdade, meu sonho não foi adiante. Restaram-me elucubrações solitárias como trabalhadora do rádio.

Ao longo do tempo, com a consolidação da televisão, em que a imagem passou a ser hegemônica e a voz perdeu seu protagonismo absoluto da era do rádio, novos elementos se juntaram às minhas indagações. Mas, afinal, que mistério é esse, que milagre é esse, o da voz humana, que a Psicologia não me concedeu a graça de entender? Eu quis entender e ainda quero. Se nem aos surdos, a quem lhes foi negado o dom da escuta, providos da voz que não ouvem falam mesmo assim e, se aos mudos, com a voz que não podem falar, mesmo assim falam com a voz do silêncio que a eles é facultada, que milagre é esse? O que é a voz, enfim? Ainda menina, na rádio de Indaial, em Santa Catarina, eu era viciada em voz. Cada sílaba, cada palavra, cada modulação, exclamação, interrogação, desatino, piada, insulto era, para mim, música. Intrigava-me àquela época (anos '70) por que a voz era o único sentido humano, entre os cinco sentidos conhecidos, aquele que sai do corpo?

Sai sem materialidade concreta. Não se pega a voz. Pode-se gravar, guardar na memória, e com ela tremer, rir, chorar, matar ou morrer, mas ela é invisível, não tem cor, não tem cheiro, não tem paladar, não tem escamas, nem peso e nem pode ser medida em centímetros. A voz só sai. Os demais sentidos só entram: a visão entra na retina, o olfato entra no nariz, a audição entra no ouvido, o tato entra nos nervinhos periféricos, a voz sai. Ela é a única sensação humana que não se prende ao corpo. Ela é sempre dirigida ao outro, mesmo que o outro seja você mesmo/a.

A voz é o único sentido humano dirigido a outro humano. E isso nunca me pareceu pouco. A voz é a única característica humana que comprova que a expressão do corpo dirigida ao seu similar é uma expressão que não se revela sem o outro. Ainda que seja na revelação de seu silêncio. Alteridade pura. É pela voz que os homens fazem a humanidade. Pior ou melhor. Pessoas são voz. Quando misturei a voz à Psicologia, minha intenção era arqueológica (por sorte, nenhuma colega me incentivou a tentar essa carreira). Dos milhares de idiomas, no percurso da história humana, todos tinham na voz a sua sentença de ferir ou cuidar. Cantar, orar, chorar, rir, insultar, desmerecer, consolar, pedir, conceder ... perdoar ... ferir, matar, salvar, acariciar ... todos os verbos passam pela voz ... odiar ou amar ... O rádio me concedeu a dádiva desse mistério que não resolvo. Claro, alguém me dirá: “Leila, os animais também têm voz...” Sei, principalmente os pássaros, em que cada um entoava o seu canto de amor ou de guerra.

Meu avô me ensinou a ouvi-los, mas não é a mesma coisa. Só a voz humana é capaz de calar com a injustiça e só a voz humana é capaz de se levantar contra ela. Quando o canto de guerra de um pássaro e o berro de um animal ameaçado são gritos



O grito - Edvard Munch (1893)

contra seus algozes e predadores, só a voz humana é capaz de conter seus assassinatos. Nessa peregrinação pelos labirintos da compreensão do que se trata, enfim, a voz humana, aprendi algumas coisas.

A medicina não entende o que é a voz, entende, sim, suas estruturas anatômicas, disfunções, e da voz dos pacientes extrai o mínimo que esconde seu mistério; a odontologia, ciência que cuida do aparelho por onde eclode a voz, desta só extrai o murmúrio da dor ou da sua ausência; a psicologia, dela já falei, vale-se da escuta, não da voz em si; a fonoaudiologia percorre os meandros de sua impostação, suas disfonias, suas decorrências fisiológicas, sem, talvez, considerar o milagre que lhe marca; o direito usa a voz como palavra regulamentada, normativa, contra ou a favor, e sequer tangencia o seu significado de alteridade; a linguística cuida mais de suas consequências - as palavras e seus significados - a voz em si não lhe aflige como ciência. Outras ciências que, direta ou indiretamente dependem da voz (afinal, todas dependem) não penetram seu mistério, até onde eu sei, pelo menos até agora. O que posso dizer, por enquanto, é que existem, fora da ciência estabelecida, algumas pessoas que, ainda que não confessem, parecem ter a mesma indagação que me persegue. O que é, enfim, a voz? Essas pessoas são os poetas, os filósofos, os pensadores, os cantores, os surdos e os mudos, alguns pintores...



Citação:

1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6965.htm

A VOZ (II)

29/01/2020

Meu amor pela psicologia casou com minha paixão pelo rádio. Tento conciliar esse frenesi que não acaba. As DR são sempre frequentes em mim mesma, entre a psicologia e o rádio. DR para quem não lembra é a Discussão da Relação. E toda DR começa na hora que eu vou dormir. E não acaba no dia seguinte, quando eu chego p'ra trabalhar na emissora a que estou hoje vinculada. Meu contrato (temporário) atual é um dos inúmeros (só saberei quantos quando eu parar para escrever minha biografia) que tenho há décadas como peregrina radialista entre Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Sempre no interior. É no Brasil profundo que o rádio ainda vive como... rádio.

Não aquela coisa - apêndice dos automóveis das grandes metrópoles - a que ele foi rebaixado. MetrÓpole, para mim, só mesmo Floripa quando fui fazer Psicologia. Depois ... só roça. E rádio de roça. Já coloquei na minha agenda de sonhos futuristas peregrinar pelas rádios do interior do Nordeste. Mas, para isso, sem DR, preciso negociar com minha companheira. A psicologia puxa pela interpretação da voz que fala no rádio, o rádio produz a voz que mexe com a psicologia das gentes. São totalmente conciliáveis mas vivem às turras. Hoje existem 9 mil emissoras de rádio no Brasil [segundo o extinto Ministério das Comunicações, hoje, vinculado ao MCTIC¹]. Mas, eu que “sou do rádio” não acredito nesse número. Você acredita? Nem estou falando das rádios clandestinas, pois clandestinas são.

Falo da inexatidão de números no Brasil. Alguém acredita no número de homicídios e de feminicídios divulgados pelo governo? E nos casos de Dengue? De acidentes de trabalho? De subempregados, empreendedores, indigentes, biscateiros, catadores, pedintes, mendigos e todos mais que nas estatísticas oficiais viram... trabalhadores empregados? Mas 9 mil é um número expressivo para um veículo que não tem o charme da televisão e muito menos o “charme” avassalador das redes sociais. Insisto no rádio como a 2ª revolução da voz humana. A 1ª foi ... a voz humana. O telefone, que data da 2ª metade do século XIX (1876), bem antes do rádio, foi uma bela invenção, mas cheia de vícios de origem: privativa, egoística, elitista, excludente, luxuosa.

Até quase 100 anos depois de ser inventado, o telefone era inacessível para a grande maioria da população. Ter um telefone em casa, até os anos 1960 era um luxo de poucos. Sua posse era declarada no imposto de renda como um ativo financeiro. Havia grandes negociantes de telefone naquela época. Dependendo da região chegava a valer o preço de um automóvel. Embora valorosa, essa tecnologia não é uma revolução da voz, faltou-lhe a democracia do gesto do alcance. Mesmo hoje, quando o telefone

celular é um bem pessoal totalmente acessível, a voz que sai de um ouvinte para outro é restrita e restritiva. Não há eco ao alcance todos os ouvidos humanos. O rádio vive.... Dos anos 1920/1930 até os anos 1960/1970, os milhares de rincões do Brasil profundo - as cidadezinhas do interior - como eram chamadas, geralmente possuíam um telefone público que servia a toda a população, com horas e até dias de espera para fazer ou receber uma ligação. Mas sempre havia no local alguém que tinha o seu telefone particular em casa, geralmente o prefeito, o fazendeiro abastado, o dono do armazém principal, ou mesmo, o padre. Para utilizá-lo num caso de emergência só rogando aos céus ou se valendo dos segredos inconfessáveis da terra... ..

Já, a partir dos anos 1920/1930, o rádio ganhou as praças centrais das cidadezinhas e, logo, as casas das pessoas, mesmo as mais pobres. O espanto da voz humana chegou às casas. Ainda não havia a interlocução com a voz do rádio, até porque o telefone ainda não existia nos lares do rádio. São muitos os mistérios da voz humana que vêm de longe pelas ondas do rádio. O que a psicologia ainda não decifrou, daí a recalitrante DR, é como a voz do rádio impactou a confecção da alma humana nas três ou quatro gerações que construíram seus novos sentidos de uma modernidade pré e pós-2ª Guerra Mundial. Como se erigiram as ideologias que hoje dividem os dois mundos fakes ou não, em puros e impuros, em certos e errados, em salvadores e infiéis.

A magia da voz, muitas vezes independente de seu conteúdo, forjou gerações para se posicionarem frente ao desafio da vida. Para o bem e para o mal, seja lá o que isso significa, o rádio introduziu pela 1ª vez (daí a sua razão revolucionária) a Política na vida das pessoas. A Política, enfim, passou a ecoar nas casas, mesmo as mais miseráveis. Ainda que fosse na música, no rádio-teatro, no humor e até nos heróis infantis. Com o rádio, 2 mil e 400 anos depois, a Ágora grega foi ressuscitada, só que dessa vez com os ouvidos atentos dos escravos. O rádio vive. Acho que, a essa altura, vocês devem saber o que faço com minha insônia. Não paro por aqui.

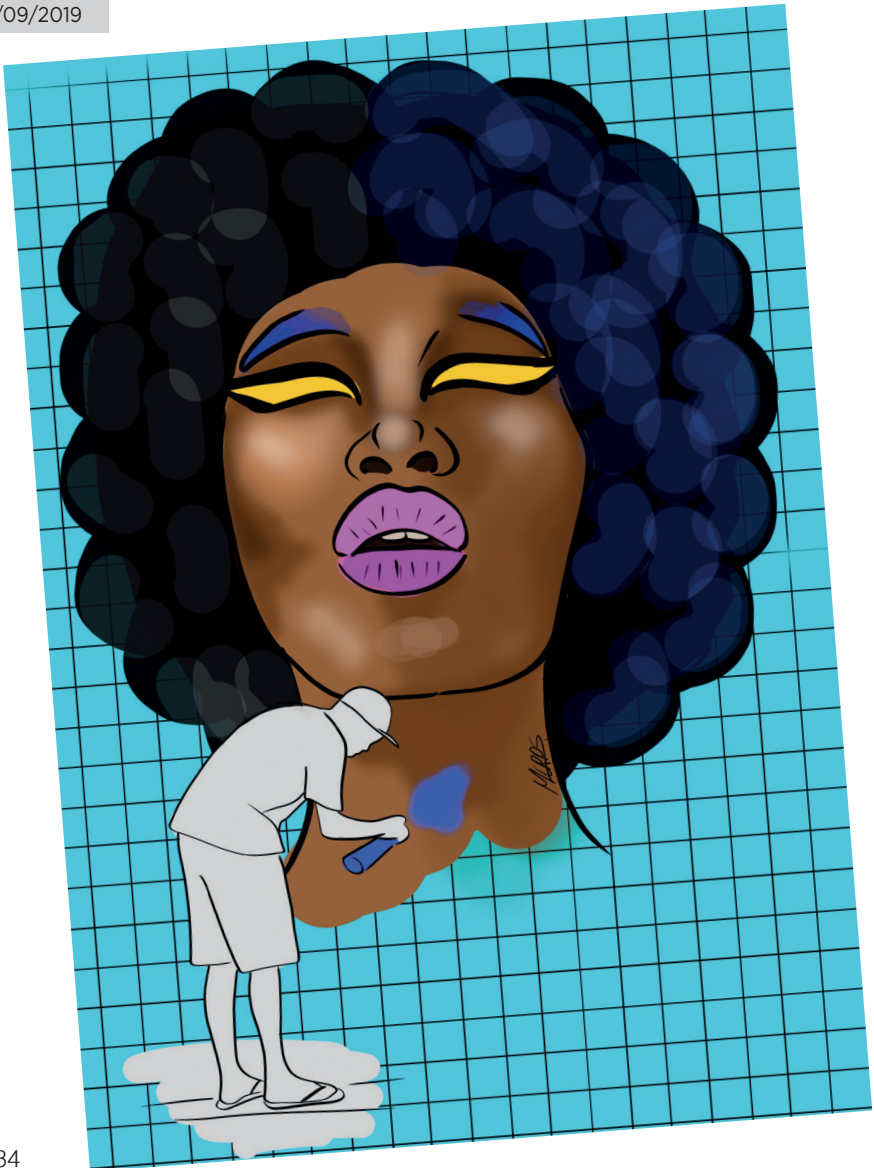


Citação:

1. <https://www.gov.br/mcti/pt-br>

O QUE O SETEMBRO AMARELO NÃO DIZ

17/09/2019



Ao discorrer sobre o fenômeno do suicídio, Marx (2006)¹ afirma que este deve ser compreendido enquanto expressão da organização deficiente de nossa sociedade. No capitalismo, em sua etapa de crise estrutural, marcada por baixas nos setores produtivos e medidas de austeridade que visam a captura do fundo público, “esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico” (p. 24). Embora demonstre que encontramos o suicídio em todas as classes, “tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos” (p. 25), Marx aponta a miséria como a maior causa dos suicídios. Numa revisão literária em 130 estudos sociológicos sobre o fenômeno do suicídio datados de 1981 a 1995, Stack (2000)² destacou justamente a pobreza como uma situação que pode predispor ao suicídio, incluindo-se aí fatores como o desemprego, o estresse econômico e a instabilidade familiar. De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS (2018)³, no ano de 2016, 79% dos suicídios no mundo ocorreram em países de baixa e média renda. Entre 2007 e 2016, o Brasil (2017a)⁴ registrou no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, 106.374 óbitos por suicídio, o que o coloca como a quarta maior causa mortis em, por exemplo, indivíduos com idades entre 15 a 29 anos no país. A 3ª maior entre os homens, e a 8ª entre mulheres. Em média, 11 mil pessoas tiraram a própria vida por ano no país, com maiores concentrações na região Sul. Estima-se que as tentativas de autoextermínio superem o número de suicídios em pelo menos 10 vezes. Tais dados oficiais são certamente subestimados devido às subnotificações e sub-registros. O que pode nos levar a números ainda maiores. Na análise dos casos de tentativas de suicídio, Formenti (2018)⁵ diz que cerca de 40% não trazem dados quanto às relações de trabalho dos indivíduos. Entretanto, nos casos em que o registro foi feito, 52% indicaram que a pessoa estava desempregada.

O estudo de Stack (2000), citado acima, já demonstrava que pessoas sem emprego apresentam taxas de suicídio maiores que as empregadas principalmente entre a população masculina, a seu ver, mais sensível aos reveses econômicos. O autor constatou que aqueles emocionalmente comprometidos com o trabalho eram os primeiros a serem demitidos na vigência de políticas de recessão econômica. Também aponta o fantasma do desemprego como capaz de afetar a mortalidade por suicídio, direta ou indiretamente, por aumentar os níveis de ansiedade dos indivíduos frente à possibilidade de serem despedidos. Estudos como o de Schramm, Paes-Sousa e Mendes (2018)⁶ demonstram que países que mantiveram ou reforçaram suas políticas de proteção social, incluindo as de transferências monetárias para populações pobres e extremamente pobres, apresentaram níveis menores de suicídios.

De Vogli (2014)⁷ observou que, na Itália, as políticas sociais funcionaram como fatores protetivos contra o aumento de suicídios associados ao desemprego. Achados como os de Gertner, Rotter e Shafer (2019)⁸, demonstram que os estados norte-americanos que

aumentam seus salários mínimos, as taxas de suicídio crescem mais lentamente. Para cada US\$ 1/hora aumentado, corresponde uma redução de 1,9% na taxa anual de suicídio. A pesquisa conduzida por Alves, Machado e Barreto (2018)⁹ fornece evidências de que o aumento de programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa-Família, pode reduzir indiretamente as taxas de suicídio nos municípios brasileiros, mitigando o efeito da pobreza sobre a incidência de suicídio. O que se vê no horizonte tupiniquim são medidas que preveem cortes em programas sociais. Como bem ressalta Antunes (2019)¹⁰, entre “intermitentes e imprevidentes”, 13 milhões sem nenhum trabalho, mais 5 milhões no horroroso “desemprego por desalento”, além de um contingente imenso na informalidade: se não há empregos estáveis, não há como contribuir para a Previdência, e, portanto, não há aposentadoria. Justamente, as maiores taxas de suicídio no país são observadas na população idosa a partir de 70 anos (BRASIL, 2017b)¹¹.

Nas proféticas palavras do economista Eduardo Fagnani da Unicamp sobre uma possível aprovação da Reforma da Previdência: “O governo vai jogar 70% dessa população trabalhadora na miséria. Eles não vão conseguir se aposentar. Vão sobreviver de auxílios e benefícios.” Tal como a Reforma Trabalhista não solucionou o problema do desemprego como prometera, a da Previdência igualmente não mitigará a desigualdade social que assegura resolver. O capital precisa de crises estruturais para se reinventar, expandir e se valorizar. Com isso, a história nos mostra que a miséria e a desigualdade social tendem a se agravar. Cabe pensarmos, então, o fenômeno mundial do suicídio enquanto recurso sistêmico e (in)consequente de uma política higienista com fins últimos voltados à redução dos extratos saturados do exército industrial de reserva e/ou do lumpemproletariado? Como o exposto por Netto (2007, p. 156)¹², seria o suicídio “não um ato livre, mas ideológico”? Em resumo, as - cada vez mais - ampliadas taxas de suicídios ao redor do globo, são apenas a ponta do iceberg da barbárie inerente ao sociometabolismo do capital. Mas isso as campanhas do Setembro Amarelo não dizem.



Citações:

1. Marx, K. Sobre o suicídio. São Paulo: Boitempo, 2006.
2. Stack, S. Suicide: a 15-year review of the sociological literature Part I: cultural and economic factors. *Suicide Life Threaten Behav.* 2000, 30:145-62.
3. OMS (World Health Organization). Global Health Estimates 2016: Deaths by Cause, Age, Sex, by Country and by Region, 2000-2016. Geneva: World Health Organization, 2018.
4. Brasil. Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil: 2017 a 2020. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2017a.
5. Formenti, L. Suicídio aumenta no Brasil: são 31 casos por dia. Estado de S. Paulo. Caderno Saúde. Publicado em 20 set. 2018. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,suicidio-aumenta-no-brasil-sao-31-casos-por-dia,70002511569>>. Acesso em 6 jun. 2019.

6. Schramm, JM.; Paes-Sousa, R; Mendes, LVP. Políticas de austeridade e seus impactos na saúde: um debate em tempos de crise. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2018.
7. De Vogli, R. The financial crisis, health and health inequities in Europe: the need for regulations, redistribution and social protection. *International Journal for Equity in Health*, v. 13, p. 58, 25 jul. 2014.
8. Gertner, AK; Rotter, JS; Shafer, PR. Association Between State Minimum Wages and Suicide Rates in the U.S. *American Journal of Preventive Medicine*, Volume 56, Issue 5, 648-654.
9. Alves, FJO; Machado, DB; Barreto, ML Effect of the Brazilian cash transfer programme on suicide rates: a longitudinal analysis of the Brazilian municipalities. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol* (2019) 54: 599.
10. Antunes, R. Intermitentes e imprevidentes. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Publicado em 9 abr 2019. Disponível em : <<https://diplomatique.org.br/temer-e-bolsonaro-intermitentes-e-imprevidentes/>>. Acesso em 04 jun. 2019.
11. Brasil. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde. vol. 48, nº 30. Brasília: Ministério da Saúde, 2017b.
12. Netto, NB. Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico-dialético. Dissertação [Mestrado] em Psicologia Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: PUC/SP, 2007.



OUTUBRO ROSA RELACIONADO AO TRABALHO

18/10/2019

A célebre campanha do Outubro Rosa data de 1990, quando o famoso laço cor-de-rosa, foi lançado pela Susan G. Komen for the Cure Foundation. No ano de 1997, entidades começaram efetivamente a comemorar e fomentar ações voltadas à prevenção do câncer de mama, com vistas à conscientização da população a partir do diagnóstico precoce da patologia, colorindo e iluminando os prédios e monumentos públicos com a rósea cor. A categoria trabalho, cuja centralidade ainda se expressa indispensável para que o sistema do valor no capitalismo se perpetue, está ideologicamente sumida há tempos das diversas campanhas de Saúde Pública. Reconhecer a importância do processo de produção global na determinação da saúde dos indivíduos e coletividades, ainda mais se tratando das novas morfologias do trabalho que hoje encontramos, pode nos permitir compreender não só a gênese de muitas enfermidades, como também a chave para combatê-las. O câncer de mama, alvo da campanha Outubro Rosa, é responsável por cerca de 25% dos cânceres femininos em todo o mundo, sendo no Brasil o 2º mais frequente, correspondendo a 22% de todos os casos de câncer em mulheres. De forma alguma pretendemos descartar aqui a influência dos fatores genéticos e ambientais, tais como histórico familiar de câncer de mama, história progressiva da patologia, ou ainda fatores hormonais e reprodutivos

ou densidade mamográfica etc. Sabemos, inclusive, que a dificuldade de se estabelecer o caráter da relação entre o processo social e o processo saúde-doença se dá porque temos, por um lado, o processo social e, por outro, o processo biológico sem que seja imediatamente visível como um se transforma no outro.

Na verdade, Laurell (1982)¹ exemplificava a questão ao dizer que, enfrentamos um “caixa-negra”, no qual o social entra de um lado e o biológico sai de outro, sem que se saiba o que ocorre dentro dela. Contudo, pode o trabalho ser determinante ou mesmo guardar um importante grau de relação na incidência desse tipo de câncer sobretudo em mulheres? O MS - Ministério da Saúde (2018)² baseia-se na classificação da IARC - International Agency for Research on Cancer (Agência Internacional de Pesquisa em Câncer) que considera certas exposições ocupacionais como definitivamente carcinogênicas (Grupo 1) e aquelas provavelmente e possivelmente carcinogênicas (Grupos 2A e 2B, respectivamente), para destacar que, em territórios com forte exposição a químicos industriais e agropecuários, os famigerados pesticidas, utilizados em atividades produtivas, principalmente na região Centro-Sul do país, há maior incidência de câncer de mama nas mulheres trabalhadoras. O relatório acrescenta que, caso cessadas tais exposições, poder-se-ia reduzir em 5,13% o número de casos. A “Neoplasia maligna da mama” (CID-10 C50) figura no Grupo 1 da IARC bem como é estabelecida como doença relacionada ao trabalho devido à exposição à radiação ionizante (Raios Gama e X), em listas oficiais denexo de causalidade de países como Austrália, Itália e Espanha. Quanto ao aludido agente causador, a revisão sistemática de Chagas, Guimarães e Boccolini (2013)³ traz, por exemplo, o estudo de Tokumaru et. al. (2006)⁴ que, partindo de uma meta-análise de estudos mundiais, expõe que a radiação ionizante pode contribuir para um risco excessivo de câncer de mama em comissárias de voo, assim como também o contato com campos eletromagnéticos dos instrumentos de cockpit, radiação ultravioleta (UV), ozônio, fumo passivo, pesticidas, combustível da aeronave, substâncias voláteis de materiais de aeronaves e horas irregulares de trabalho. Inclusive, o estudo aponta que doses cumulativas de radiação aumentaram à medida que voos mais longos em altas altitudes se tornaram mais frequentes. Algo em torno de 2 a 6 mSv/ano. De acordo com a CNEN [Comissão Nacional de Energia Nuclear]⁵, pautando-se em dados do Comitê Científico das Nações Unidas para os Efeitos da Radiação Atômica (UNSCEAR), a média populacional é de 2,4 mSv/ano, e o limite de dose anual público é de 1 mSv (milisievert). O INCA - Instituto Nacional de Câncer -, órgão auxiliar do MS, inclusive também endossa o coro quanto à redução da radiação ionizante (BRASIL, 2019⁶).

Laurell e Noriega (1989)⁷ dizem que, entendermos a explicação causal social do processo saúde-doença, reside na máxima de que a exceção não pode ser encarada como

a regra. Ou seja, se um(a) trabalhador(a) adoecer de enfermidade em nada relacionada com o processo de trabalho em que está inserido, este/esta deve ser compreendido(a) como exceção frente à coletividade, de forma que esta sim por sua vez, deve ser a regra, uma vez que o trabalho, esse ínfimo detalhe no qual dispendemos a maior parte dos nossos dias e do nosso tempo de vida, deve(ria) exigir um olhar mais atento de nossa parte, profissionais da saúde e pesquisadores. No caso exposto das comissárias de voo, se a radiação ionizante tem um peso considerável no desenvolvimento de câncer de mama, ou seja, por mais que ainda não seja consenso na literatura científica se esta possui um caráter de determinação (relação hierárquica entre cargas de trabalho), não obstante é uma determinante (relação de igualdade entre as cargas de trabalho) importante no padrão de agravo/desgaste.

Desse modo, é de se pensar que a exposição deste grupo de trabalhadoras à principal carga, possível desencadeante de neoplasia maligna da mama, é maior (2 a 6 mSv > 1 a 2,4 mSv) frente à média populacional. Um dado epidemiológico que não pode ser desconsiderado. Sugere-se aos que atuam nas campanhas do **Outubro Rosa**, seja em sua gestão ou subsequente execução, que incorporem à sua prática preventiva junto às populações assistidas, os dizeres de Ramazzini (2016)⁸ “Do que se ocupa?”. Talvez na fonte do sustento, resida a causa da enfermidade.



Citações:

1. LAURELL, AC. La salud-enfermedad como proceso social. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, Trad. E. D. Nunes, pp. 7-25, 1982.
2. BRASIL. Atlas do Câncer Relacionado ao Trabalho no Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
3. CHAGAS, CC; GUIMARÃES, RM; BOCCOLINI, PMM. Câncer relacionado ao trabalho: uma revisão sistemática. Cad. Saúde Colet., 2013, Rio de Janeiro, 21(2):209-23.
4. TOKUMARU, O. et. al. Incidence of Cancer Among Female Flight Attendants: A Meta-Analysis, Journal of Travel Medicine, 2006; 13(3):127-32.
5. BRASIL. Entendendo um pouco sobre as doses de radiação e a sua unidade de medida Sievert. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil. Comissão Nacional de Energia Nuclear, s/d.
6. BRASIL. A situação do câncer de mama no Brasil: síntese de dados dos sistemas de informação. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: INCA, 2019. https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document//a_situacao_ca_mama_brasil_2019.pdf
7. LAURELL, AC; NORIEGA, M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
8. RAMAZZINI, B. As doenças dos trabalhadores. São Paulo: Fundacentro, 2016.

NOVEMBRO AZUL RELACIONADO AO TRABALHO

19/11/2019

O Dia Internacional do Homem (International Men's Day), celebrado no 19 de novembro desde 1999 e o Movember, movimento surgido na Austrália em 2003 aproveitando as comemorações do Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata em 17 de novembro, incorporaram ao mês de novembro como um todo a proposta de se ater à conscientização da saúde masculina.

Na esteira da já renomada campanha do Outubro Rosa, em que se enfatiza a prevenção e o diagnóstico precoce ao câncer de mama junto ao público feminino, o Novembro Azul preconiza as mesmas ações no que tange ao câncer de próstata, 2º tipo de neoplasia mais comum entre os homens, atrás apenas do câncer de pulmão. No ano de 2017, o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) notificou 15.391 mortes por câncer de próstata no Brasil. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) do Ministério da Saúde (MS), estima mais de 68 mil novos casos de adenocarcinoma (tipo de câncer de próstata mais comum)¹ em todo o país para os anos de 2018/2019. O que indica um risco estimado de 66,12 novos casos para cada 100.000 homens (INCA, 2018)². Para além dos fatores de risco tidos mais comuns, como idade avançada, histórico familiar e obesidade, gostaríamos de novamente chamar a atenção para os achados científicos que evidenciam o papel do Trabalho como determinante no processo saúde/doença, pois, uma vez cessada a exposição ocupacional aos fatores de risco de câncer de próstata, poderemos reduzir 6,89% do número de casos em homens no Brasil (Guimarães et al, 2018, p.180)³.

O próprio INCA aponta as exposições a amins aromáticas (comuns nas indústrias química, mecânica e de transformação de alumínio) arsênio (usado como conservante de madeira e como agrotóxico), produtos de petróleo, motor de escape de veículo, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA), fuligem e dioxinas, como também associadas ao aumento do risco de câncer de próstata. Estudos como os de Sritharan et al (2017)⁴ e Chan, Van Blarigan e Kenfield (2014)⁵ apontam que o trabalho em categorias de agricultores, policiais, bombeiros, dentre outros, também podem estar associados a um risco aumentado para a patologia. Guimarães et al (2018) observam um aumento significativo das taxas no país, com uma maior concentração nas Regiões Norte e Centro-Oeste, formando um contínuo juntamente com os estados do Paraná, Sergipe e Roraima. Espacialmente, há um destaque das maiores taxas no grande corredor de produção agropecuário e nas novas áreas de expansão industrial e do serviço no país.

Para os autores, a intensificação das taxas de óbitos nesses territórios tem um viés demográfico, tal como envelhecimento médio da população masculina desses locais. Todavia, apontam que são territórios onde a atividade agropecuária é recente, do final da década de 1970, fortemente baseada no uso de químicos, como agrotóxicos e fertilizantes (sempre eles), sendo geradora de riscos significativos. Nessa mesma linha, o projeto São Paulo Researchers in International Collaboration (SPRINT) nº 2018/50002-3 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) intitulado “A collaborative study between Brazilian and US scientists: the effects of environmental chemical exposures on reproduction” sob coordenação do Dr. Wellerson Rodrigo Scarano do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Botucatu e da Dra. Jodi Anne Flaws da Universidade de Illinois tem reunido dados que associam o impacto de certos componentes tóxicos presentes no ambiente no sistema genital de seres vivos, entre eles, o ftalato, substância química bastante utilizada no processo industrial de produtos como cosméticos (para dar brilho e fixação de cor) e objetos de plástico (para tornar mais rígido ou maleável). Para falarmos de coisas boas, outra pesquisa advinda da Unesp-Botucatu, porém da Faculdade de Medicina e de autoria de Trindade et al (2017)⁶, demonstrou um novo método de recuperação da capacidade de ereção em homens que tiveram que retirar a próstata. Também, o estudo de Tamura, Lana, Costanzi-Strauss et al (2019)⁷, pesquisadores do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP), conseguiram manipular geneticamente um tipo de vírus que, uma vez injetado em camundongos com câncer de próstata, destruiu células tumorais e ainda as deixou mais sensíveis ao tratamento com quimioterapia, chegando a eliminar os tumores completamente.

No que tange ao tratamento de câncer no Brasil, a recém-aprovada Lei nº 13.896, de 30/10/2019 (que entrará em vigor daqui a 6 meses), prevê que, nos casos em que a principal hipótese de diagnóstico for de neoplasia maligna (ou seja, tumor maligno = câncer), o Sistema Único de Saúde (SUS) fica obrigado a fazer os exames necessários para esclarecer o caso num prazo máximo de 30 dias, mediante solicitação médica fundamentada. A medida altera a redação da Lei nº 12.732/2012 que estabelecia o prazo de 60 dias. O relatório da metodologia Index of Cancer Preparedness (ICP) publicado recentemente pela The Economist Intelligence Unit a partir de sua plataforma World Cancer Initiative⁸ que, vale pontuar, tem como apoiadores-fundadores, laboratórios como Novartis, Pfizer e Roche, publicou recentemente o resultado de uma pesquisa sobre o controle do câncer no mundo, combinando dados objetivos e a avaliação de 28 países.

Em relação a políticas e planejamento, o Brasil ocupa a 3ª posição. Mas no que diz respeito à prestação de serviços e sistema de saúde, ficou em 10º e 14º, respectivamente. Isso se dá porque, apesar de o Brasil ter uma boa estrutura para o tratamento, o acesso equânime aos serviços ainda não foi alcançado. E, quando se fala de acesso, não se trata

das caríssimas tecnologias, como a genômica e as imunoterapias. É ainda sobre o que é clássico no tratamento como a cirurgia oncológica em estágios iniciais da doença, radioterapia e quimioterapia básica. Ou seja, uma verdadeira campanha de Novembro Azul ou qualquer outra cromotemática em saúde pública, principalmente quando se trata de casos graves como as neoplasias malignas, deveria indispensavelmente estar associada ao combate do subfinanciamento do SUS. O que fica ainda mais difícil em tempos de congelamento dos gastos públicos, no país democrático mais desigual do mundo.



Citações:

1. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Tipos de Câncer. Câncer de próstata. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-prostata>>. Acesso 10 nov. 2019.
2. _____. Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2018: Incidência do câncer no Brasil. INCA; [Internet]. 2018; Disponível em: <https://issuu.com/institutooncoguia/docs/estimativa-2018>. Acesso em 05/01/2021
3. Guimarães, RM; Carmo, TFM; Mello, MRSP; Moura, SF. Câncer de Próstata. In: BRASIL. Atlas do Câncer Relacionado ao Trabalho no Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
4. Sritharan J et al. Occupation and risk of prostate cancer in Canadian men: a case-control study across eight Canadian provinces. *Cancer Epidemiol.* 2017, 48: 96-103.
5. Chan, JM; Van Blarigan, EL; Kenfield, SA. What should we tell prostate cancer patients about (secondary) prevention? *Curr Opin Urol.* 2014; 24(3): 318-23.
6. Trindade, JCS et al. Long-term follow-up of new technique to treat ED after RP. *BJU Int* 2017; 119: 948-954.
7. Tamura, RE, Lana, MG, Costanzi-Strauss, E et al. Combination of cabazitaxel and p53 gene therapy abolishes prostate carcinoma tumor growth. *Gene Ther* (2019) doi:10.1038/s41434-019-0071-x.
8. World Cancer Initiative. Index of Cancer Preparedness. Methodology Report. The Economist Intelligence Unit Limited 2019.

DEZEMBRO PRETO

27/12/2019

Após escrever neste Blog sobre o *Setembro Amarelo*, o *Outubro Rosa*, e o *Novembro Azul*, foi-me pedido que falasse sobre um “DEZEMBRO PRETO” em alusão ao vazamento do **óleo negro** na costa brasileira, até agora mal equacionado, simbolizando o comportamento irresponsável do atual governo frente às diversas crises, da economia ao meio ambiente, por que passamos nesse 2019. Se a proposta é abordar outras tantas medidas ultrajantes do presidente “no cargo” (nos dizeres de Angela Davis), optamos por detalhar aquelas que se mostraram verdadeiros ataques aos/as trabalhadores(as) brasileiros(as). Já no 1º dia do ano, em JANEIRO, o presidente eleito editou a Medida Provisória (MP) nº 870 [convertida posteriormente na Lei nº 13.844 em 18/06], que reestruturou a organização

básica dos órgãos da Presidência da República, e dos Ministérios, culminando, dentre outras medidas, na extinção do Ministério do Trabalho (MTe), vido até então desde 1930. Este foi rebaixado ao status de Secretaria do Trabalho, vinculado à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do agora, Ministério da Economia, que tem à frente um famigerado Chicago Boy. No mês de FEVEREIRO foi publicado o Ato nº 10 que liberou o registro de mais de 29 agrotóxicos que têm em boa parte de seus princípios ativos, relação comprovada com cânceres e transtornos mentais. Até o dia 16/12/2019, 439 novos “defensivos agrícolas” foram chancelados pelo Ministério da Agricultura. Em MARÇO, a MP nº 873 visou tornar facultativo o recolhimento da contribuição devida aos sindicatos. Felizmente, teve sua vigência encerrada em 28/06 por falta de conversão em Lei no prazo de 120 dias. Entretanto, permaneceram o Decreto nº 9.735 do dia 21, que revogou a contribuição sindical descontada do salário de servidores públicos e a Portaria Interministerial nº 1 de 28/03 que coloca o processo de registro sindical sob tutela dos Ministérios da Justiça e da Economia, num claro movimento de criminalização da autonomia e liberdade sindicais. No mês de ABRIL, a Portaria nº 627 pôs fim ao auxílio federal para as ações de combate ao trabalho infantil desempenhadas por estados e municípios. Em MAIO, o Decreto nº 9.792, dispôs que motoristas de aplicativos passassem a contribuir com a Previdência para seguirem trabalhando em plataformas digitais como Uber, Cabify e 99. Basta assistirmos ao documentário “GIG - a uberização do trabalho” da ONG Repórter Brasil para avaliarmos que, se a configuração de vínculo empregatício dos mais de 4 milhões de trabalhadores brasileiros uberizados ainda parece algo distante em terras brasilis, que dirá a proteção dessa nova forma de trabalho em termos de seguridade social. Em JUNHO, foi promulgada a Lei nº 13.846 [MP 871/2019, por mim já discutida no Blog] endossada por medidas posteriores como, p. ex., a Resolução nº 695, que prevê um “fazer mais com menos” quanto à concessão de benefícios no INSS e a Lei nº 13.876 que amplia honorários ao perito

médico da previdência que analisar processo judicial [receberão 2x: negando o benefício e depois revisando-o]. No mês de JULHO, o governo começou a rever as Normas Regulamentadoras (NR’s) do extinto MTe aprovando as Portarias nº 915 e 916, que trouxeram suavizações às NR’s nº 01 [Disposições Gerais] e nº 12 [Máquinas e Equipamentos], respectivamente, e a de nº 917, que dispôs a revisar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho prevendo “a compatibilização de normas de proteção do trabalhador com os princípios da livre iniciativa e livre exercício de atividade econômica”. Também, no mesmo mês, tivemos o Decreto nº 9.944 que reformula o Conselho Nacional do Trabalho, dando-lhe um caráter mais pragmático e menos preocupado com direitos trabalhistas. Em AGOSTO, a Portaria nº 972 revogou ainda 75 portarias do ministério suprimido. A Lei nº 13.874, de SETEMBRO, resultante da MP nº 881 de 30/04, instituiu

a chamada “Liberdade Econômica” que, dentre outras providências, determina que o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) seja substituído por um outro sistema igualmente informatizado, porém simplificado. Também as Portarias nº 1.066/67/68/69 do dia 23, trouxeram alterações substanciais nas NR’s nº 24 [Condições de Higiene e Conforto nos Locais de Trabalho], nº 28 [Fiscalização e Penalidades] e nº 3 [Embargos e Interdições]. Já, em OUTUBRO, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 que ficará historicamente conhecida como a fatídica “Reforma da Previdência” [Emenda Constitucional nº 103 em 12/11], que altera drasticamente, para pior, o sistema de seguridade social brasileiro [vide Nota Técnica nº 214 do DIEESE¹]. A “R(D)eforma da Previdência” não obstante é um capítulo encerrado. Tramita ainda a PEC paralela nº 133/2019, que prevê ampliar as regras previdenciárias recém-aprovadas aplicáveis ao regime próprio da União, a também, Estados e Municípios. Só no mês de NOVEMBRO, tivemos a publicação do Decreto nº 10.096, que reestrutura e enxuga a Fundacentro [Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho], importante órgão de pesquisa do falecido MTe; a MP nº 904 que extingue o DPVAT [seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre], responsável pela indenização de 485 mil mortes no trânsito em 2018. Lembrem-se dos uberizados sem proteção social? E, ainda, a MP nº 905, famígera “Minirreforma Trabalhista”, que, entre outros, autoriza o trabalho aos domingos para todas as categorias profissionais; institui um programa no âmbito do INSS que objetiva bancar os gastos com acidentes de trabalho a partir de receitas provenientes, por exemplo, dos TAC [Termos de Ajustamento de Conduta]; abranda o sistema de aplicação de multas a empresas em razão de infrações à legislação trabalhista; e passa a cobrar contribuições previdenciárias de quem recebe seguro-desemprego.

E, nesse DEZEMBRO PRETO, já tivemos a Portaria nº 1.360 aprovando a redação de novos textos impudicos das NR’s nº 20 [Inflamáveis e Combustíveis] e do Anexo II da citada NR-28; e a Portaria SEPTR nº 1.417 que revoga 117 atos do findo MTe. Enfim, quase completando 1 (um) ano da administração do inominável, somente pelo ora aqui exposto, a classe trabalhadora tem razões de sobra para permanecer entoando o mote de resistência #EleNão.



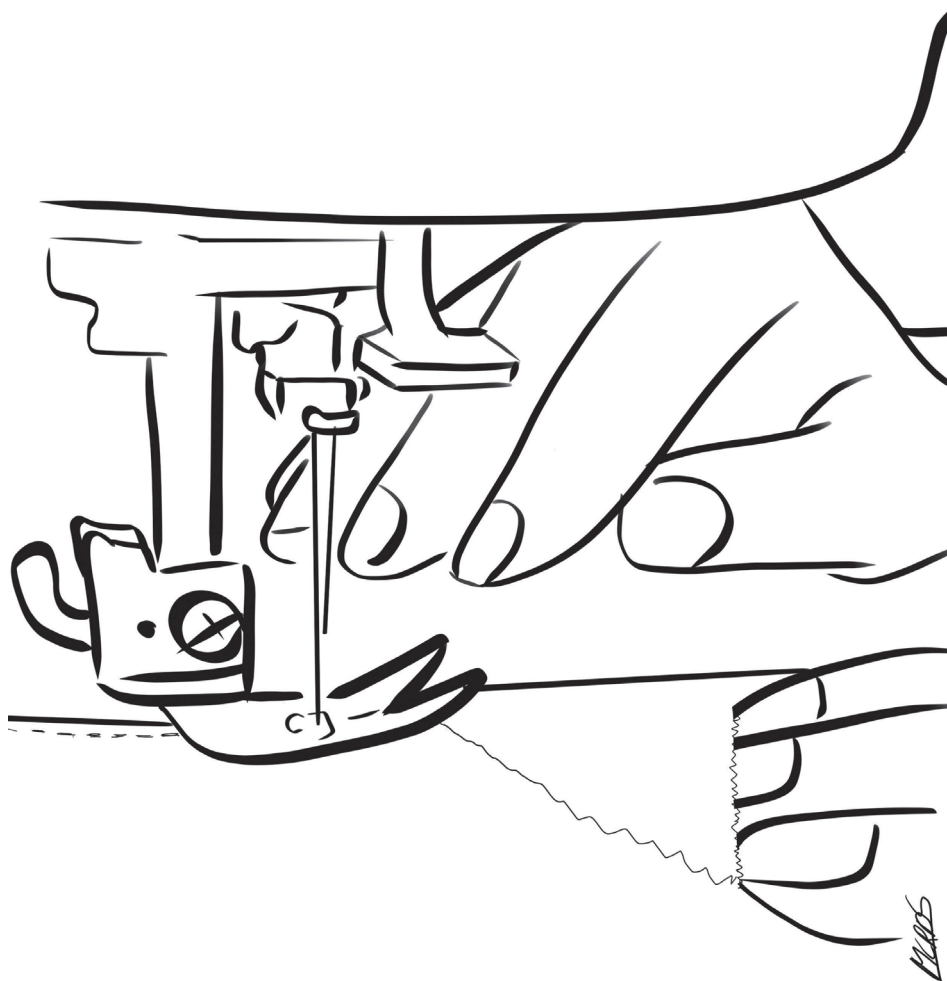
Citação:

1. <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.html>

Ildeberto Muniz de Almeida

ACIDENTES ESPERANDO PARA
ACONTECER OU “AH DOUTOR!
AQUI, O BELISCÃO É NORMAL”

21/08/2019



Uma trabalhadora fabrica zíperes para jeans numa grande empresa. O “tecido” é puxado de um rolo e posicionado em zona de prensagem com aproximadamente dois centímetros de largura. Em seguida a máquina é acionada e seu punção desce instalando fim de curso e cortando um zíper pronto. Ao descer, o punção fica a milímetros do dedo da trabalhadora. Perguntada se sofreu acidentes ela respondeu: “Ah! doutor! Aqui, o beliscão é normal!”. No entanto, era essa a situação real de trabalho na empresa dias depois de acidente em que colega perdera parte da falange distal de um dos polegares. Em outras palavras, a máquina era mantida com zona de prensagem, partes móveis, desprotegidas e operada com sequência de gestos que implicava em dedos na zona de curso do ferramental em todos os ciclos da tarefa. Depois do acidente a operadora afirma que trabalhava do mesmo jeito que costumava fazer sem acidente.

A mudança imperceptível na localização do polegar poderia decorrer até de variabilidades internas como a sonolência pós almoço. A situação é de risco grave e iminente facilmente identificada por simples inspeção visual. Deixada intocada mesmo depois de acidente com amputação. Situações assim, em que o modo operatório habitual implica em risco iminente para o trabalhador já foram chamadas de acidentes esperando para acontecer. Se “uma bobeira” pode levar ao acidente, trabalhar deveria ser inaceitável. Estimular o exercício do direito de recusa. Infelizmente achados parecidos acontecem em diferentes setores de atividade. Assim é em soterramentos de trabalhadores em valas construídas sem escoramento e desrespeitando outros itens da legislação. Ou na entrada em ambiente confinado sem prévia avaliação da atmosfera interior. Idem no trabalho em altura sem proteções contra quedas ou em sistemas energizados. Na maioria desses casos há em comum o fato de serem situações facilmente reconhecidas como de risco evidente. E também de violência explícita, se assim considerarmos o desrespeito sistemático a direitos de cidadania no que se refere à obrigatoriedade de barreiras de prevenção em máquinas e contra quedas, choques elétricos, desmoraamentos e exposição a atmosferas imediatamente perigosas à vida e à saúde.

À luz da teoria da alça de controle é fácil apontar que o problema não está (ainda) na falta de legislação de prevenção, mas sim na ausência de políticas e práticas gerenciais capazes seja de forçar a sua efetiva aplicação seja de impulsionar a construção de cultura de segurança e consciência sanitária necessárias para promover o trabalho em segurança. O custo humano dessas práticas é imensurável. As estatísticas oficiais não refletem a real situação de impactos do trabalho na saúde e na vida de trabalhadores e familiares. Muitos são os filtros que acabam contribuindo para a invisibilidade social dessas ocorrências e de suas consequências. Anualmente milhares de mortes e lesões graves e mutilantes provocam aposentadorias por invalidez, afastamentos do trabalho, custos assistenciais, previdenciários e outras consequências.

Grande parte dos impactos relacionados ao trabalho informal e precarizado só agora começam a ser registrados em sistemas de informação criados no SUS onde também existem

filtros que dificultam o reconhecimento das reais dimensões assumidas pelos acidentes no país. Essa invisibilidade tem contornos perversos. Um dos fatores embutidos em suas origens é o fato da maioria absoluta das vítimas serem trabalhadores de baixa renda, quando muito vinculados a categorias profissionais cujas entidades de classe estão politicamente fragilizadas numa sociedade em que o discurso prevalente ressalta a necessidade de flexibilização de normas e direitos, a redução de custos (econômicos e financeiros) do trabalho.

E a adoção de estratégias que desobrigam pequenas e micro empresas, mas não só, no cumprimento de normas de segurança. Ataques atuais às normas de prevenção de acidentes ocorrem pouco depois do desmonte do Ministério do Trabalho e Emprego e sinalizam ameaça de incremento dessas ocorrências. O cenário destacado é o do recrudescimento de acidentes esperando para acontecer, os mais facilmente evitáveis. Interessados na prevenção precisam multiplicar esforços no acompanhamento dessa acidentalidade. A construção de práticas de prevenção é processo técnico e social e exige acompanhamento e aperfeiçoamentos permanentes. Exemplos recentes mostram, no que se refere à prevenção de acidentes na distribuição de energia elétrica e com máquinas, dificuldades não antecipadas no desenho das normas, seja no que se refere a riscos associados à introdução de inovações seja no das competências requeridas para lidar com o desenho, desenvolvimento, implantação e gestão de barreiras ideais pensadas em todo o seu ciclo de vida.

Flexibilizar a legislação significa mover-se no caminho contrário ao da defesa da prevenção. Em todos os sentidos: técnico, cultural e político. Mover para trás a roda da construção de consciência sanitária sugerindo que a prevenção de acidentes não está no radar das autoridades e nem da sociedade. Uma lástima!



DESAFIOS DA ANÁLISE DE ACIDENTES DO TRABALHO (AAT)

21/01/2019

AAT são construções técnicas e sociais que desafiam profissionais de vigilância em saúde. Nos anos 80, no Espírito Santo, me deparei com a seguinte situação. Dois ou três trabalhadores comandavam ponte rolante e o transporte de painelão de aço líquido. Pouco antes de verter o conteúdo em lingoteira houve uma expansão gasosa no interior da panela e o aço líquido foi lançado para fora dando um banho nos trabalhadores. Perguntei ao responsável pela segurança na empresa por que a panela não tinha tampa. A resposta foi: “Impossibilidade

de processo”. Cada “corrida” produzia aço com diferentes teores de ferro, manganês, cobre, etc. A tampa não permitiria atender às especificações dos clientes. Chequei essa resposta com colegas médicos, trabalhadores que frequentavam o sindicato e nada obtive que me permitisse chegar a outra explicação. Tive acesso a informações sobre origens de expansões gasosas. E não houve avanços na relação com a empresa. Anos depois, ainda em Vitória, assisti palestra sobre a instalação de tampa da panela para evitar acidentes assemelhados. Fiz questão de perguntar sobre dificuldades que teriam ocorrido na concepção da tampa. A resposta que recebi foi: a companhia brasileira era sócia de unidades instaladas no Japão e na Itália onde as respectivas panelas sempre tiveram tampas. A panela brasileira ficara aberta por razões financeiras e o acidente criara as condições necessárias para a correção tardia. O mesmo tipo de resposta poderia ser dado por renomado especialista contratado pela empresa. Especialmente se agisse mais como ‘consultor’ do que especialista “isento”.

Costumo contar essa história como sendo do meu curriculum mortis, expressão usada pelo filósofo Leandro Konder criticando o egoísmo do currículo vitae em que só são registradas as vitórias obtidas. Tive minhas derrotas. Nesse tipo de situação talvez a principal lição a ser aprendida é: nunca aceite sem checagem a primeira história. Mais cuidado ainda se a explicação atende plena e exatamente aos interesses da contratante. Cheque quem paga aos profissionais em questão. A análise de acidente é processo coletivo que precisa de interlocução com portadores de conhecimento capazes de e que aceitem responder o que e como aconteceu. O responsável pela área de segurança agiu mais como advogado de defesa da empresa do que como profissional encarregado da prevenção. Na época, não consegui desconstruir as resistências que ele ajudou a criar.

Atualmente recomenda-se que a ida a campo seja antecedida por preparação - incluindo no mínimo a versão de trabalhadores conhecedores da atividade - e, também estudo apoiado em exploração na internet e consultas a profissionais de confiança. A equipe deve receber formação prévia e dispor de canais de diálogo acionados em caso de dificuldades. Três tipos “muletas” ou conceitos mais simples podem guiar a coleta e a interpretação de dados na análise de acidentes. O primeiro, apoiado na Ergonomia, é o estudo do trabalho habitual, inclusive em situações de variabilidades. As análises de mudanças e de barreiras completam esse ferramental. A principal mudança a ser explorada nesse caso é a expansão gasosa ocorrida na panela. Representantes da empresa tendem a descrevê-la como processo técnico, sem nenhuma relação com as escolhas feitas sobre materiais, manutenção, pessoal, condições de processo, etc. A análise deve buscar causas das causas até obter explicação que associe dimensões técnicas e sociais desse evento. A expansão gasosa não surge por geração espontânea e a investigação deve revelar como escolhas de gestão favoreceram suas origens.

A análise de barreiras inclui reconhecimento da possibilidade de expansão como perigo/risco com pergunta sobre razões para a falta de barreiras como a tampa. Questões

possíveis seriam: a gestão de segurança identificou o perigo e solicitou correções? Houve decisão formal de não instalar tampa? Quem participou na discussão? Quais as razões apresentadas? [...] Se profissional da empresa ou especialista por ela contratado alega impossibilidade de instalação da tampa, afirma que panela sem tampa é o “único jeito possível” caberia à equipe perguntar “Você tem certeza que esse é o único jeito possível?”, “Não conhece nenhum outro jeito diferente?”

A resposta deve ser documentada e registrada na análise. Perguntas como as acima podem dificultar respostas dadas com o intuito de dificultar o desenvolvimento da investigação. Além disso, profissionais não gostam de admitir que “não sabem” e isso pode fazer emergir mais informações a serem consideradas. Embora fique evidente a necessidade de que serviços de vigilância de acidentes estabeleçam pontes com universidades e pesquisadores, que possam aportar conhecimentos científicos e tecnologias de apoio à sua atuação em casos assemelhados, o caso também mostra a necessidade de confiar desconfiando, de considerar que interlocutores podem agir com intenção explícita de dificultar o esclarecimento dos fatos.

E nem sempre a escola e as formações oferecidas incluem situações que ajudem equipes de vigilância ou auditoria fiscal a lidar com esses tipos de dificuldades. Explicar a expansão pode ser algo trabalhoso, mas mais difícil é lidar com a resistência ideológica e política que tenta obstruir o desenvolvimento da intervenção pública de prevenção.



VALE E CAMINHOS DO SISTEMA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NO BRASIL

28/02/2019

Com a ruptura da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), a VALE assumiu o posto de campeã de acidentes de trabalho no Brasil. Três anos depois do maior desastre ambiental que ajudou a provocar em Mariana. Desastres recentes mostram o esgotamento do modelo de prevenção de acidentes ampliados no país. Gritam que algo precisa ser feito e com urgência. Este texto aponta alguns aspectos a serem considerados em agendas de pesquisa e de adequações institucionais para fazer face a esses problemas. A exemplo do que aconteceu em Santa Maria (RS), o Ministério da Saúde anunciou que trabalhadores envolvidos em buscas, resgate, apoio e identificação de vítimas serão acompanhados nos próximos 20 anos com busca ativa de efeitos de saúde de instalação imediata ou tardia, de

curta ou longa duração. Atenção especial deve ser dada aos problemas psíquicos incluindo o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), mas nesse caso ainda é necessário identificar a composição dos rejeitos de modo a melhor direcionar o trabalho. Depois de Mariana e Brumadinho e considerando o número de barragens que ameaçam a população do estado é de se questionar por que não abranger toda a população mineira em estudos assemelhados. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, depois do 11 de setembro a ocorrência de TEPT foi pesquisada na população do país. Estudos de busca ativa de outros efeitos do desastre precisarão explorar aspectos ambientais, de patrimônio histórico e cultural, na vida social e econômica da região, entre outros. Aspecto crucial a ser explorado neste caso é o do elevado número de vítimas que a boa gestão de segurança deveria evitar.

Em Alcântara, na explosão da plataforma de lançamento do foguete que lançaria o satélite (VLS-V03) o mesmo fato chamou a atenção. Lá, trabalhos que segundo o projeto deveriam ter sido separados no tempo estavam sendo realizados simultaneamente. Houve atraso em algumas atividades e o projeto foi desrespeitado. O relatório de análise divulgado registrou a decisão sem detalhar como foi tomada. Sabe-se que a forma como o sistema lidou com o atraso desrespeitou recomendações de prevenção. O relatório não informa a dinâmica da tomada de decisão e nem outros fatores que a influenciaram. No caso de Brumadinho sabe-se que a localização da área administrativa e do refeitório a jusante da barragem foi determinante para o número de mortes. Os prédios já estavam naquela localização quando a Vale adquiriu a Mina e foram deixados lá mesmo depois da destruição do distrito de Bento Rodrigues, quilômetros a jusante da barragem do Fundão, em Mariana, 3 anos antes.

A VALE tem em seus quadros profissionais grandes especialistas em segurança de barragens e certamente acompanha estudos de rupturas ocorridas no mundo e no Brasil. Análises agora precisam trazer a público como a empresa discutiu e decidiu deixar intocada essa armadilha. Houve elementos de cálculo cínico sugerindo menor custo com o desastre? Houve decisão pura e simples de assumir o risco acreditando nos cálculos de estabilidade e de monitoramento da barragem a despeito dos atrasos verificados no atendimento de recomendações de adequações indicadas pelos contratados?

A análise precisa esclarecer como se deu a construção social dos atrasos.

Quem recebeu, analisou e “segurou” os relatórios?

Como foram tomadas as decisões?

Que fatores as influenciaram?

Quais os critérios que embasavam essas decisões?

Havia cuidados adotados com base em estudos de desastres anteriores? Era considerada a possibilidade de decisões que ultrapassassem ou aproximassem perigosamente o ponto de não retorno na escalada para a ruptura da barragem?

Os ensinamentos da apropriação de conceitos como normalização de desvios (Vaughan), ou migração do sistema para acidentes (Rasmussen) eram levados em consideração? Seguir esse caminho de análise exige livre acesso a documentos e a pessoas. Exige tempo e poder que equipes de análises atuais não têm. Exige outro modelo de análise e prevenção que aborde desastres como eventos sociotécnicos com história que só pode ser recontada como construção coletiva, em ambiente de cooperação de pessoal de todos os níveis hierárquicos do sistema. Só assim será possível explorar outra dimensão do desastre da VALE em Brumadinho. Aquela das influências das estratégias de gestão voltadas à rentabilização financeira, corte de custos operacionais, aumento da terceirização, redução de efetivos próprios, diminuição da regulação estatal e burocratização dos serviços de segurança adotadas para fazer face aos desafios da competição em ambiente de globalização já apontado como pavimentador do caminho para outros desastres, como os da British Petroleum, nos Estados Unidos.

No Brasil, de 2014 a 2017, mesmo depois do desastre em Mariana, a VALE reduziu pela metade investimentos de manutenção de operações e os gastos em “pilhas e barragens de rejeitos” e em “saúde e segurança”. A análise precisa verificar se essas decisões tiveram repercussões na barragem do Feijão e mediações envolvidas.



ACIDENTES: QUANDO A SEGURANÇA DO SISTEMA MELHORA

16/07/2019

Na década de '90, na França, o gráfico de acidentalidade/ano nas últimas décadas mostrava queda rápida nos anos '60-70 evoluindo para flutuação em torno de patamares inferiores. A queda rápida nos números foi explicada pela adesão de empresas à legislação de segurança. Diminuíam os acidentes devidos ao descumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho. No período de melhora da segurança as origens dos acidentes refletiriam aspectos da organização do trabalho e da gestão estratégica do sistema. A noção de gestão de segurança (GS) tradicional permite fazer paralelo com essa transição. Empresas sem avanços na criação de políticas e práticas de GS se caracterizariam por acidentes esperando para acontecer, situações facilmente identificadas como de risco evidente. Por sua vez, aquelas com GS eficaz praticamente não apresentariam acidentes com origens no descumprimento de normas. Eles ocorreriam em atividades de correção de perturbações ou variabilidades, em manutenção de

sistemas, em situações de interação e/ou sucessão entre tarefas, em tarefas emergentes ou novas como no pós-inovações tecnológicas e/ou organizacionais. Nesses casos, riscos tendem a estar presentes de modo limitado no tempo (e não permanente) e na maioria das vezes não são antecipados com as práticas de GS tradicional. Com exceção das atividades novas, tratam-se de situações já conhecidas no sistema que registra em seu passado casos similares identificados e corrigidos por operadores experientes. No passado, o componente humano do sistema foi o responsável pela sua segurança! Essa capacidade dos operadores de lidar com sucesso com imprevistos, incertezas, novidades caracteriza a segurança na ação. Nas palavras de Amalberti é “trazida pela inteligência adaptativa dos operadores e profissionais do sistema”.

No acidente fracassam estratégias usadas com sucesso em intervenções anteriores e cabe à equipe de análise esclarecer por quais razões. O equívoco mais frequente nas abordagens tradicionais é o de atribuir o ocorrido à falha ou erro humano deixando de esclarecer as razões que impediram o sucesso daquelas estratégias na situação do acidente.

Como essas situações se manifestam?

Como desafiam as equipes de prevenção?

Numa empresa ferroviária onde a manutenção é feita com trens em movimento, em velocidade reduzida, com comunicação à central de controle de operações, a equipe “A” recebe permissão de trabalho incluída na programação, comunicada ao condutor da composição e vai realizar seu trabalho.

Simultaneamente, a equipe “B” convocada para tarefa emergencial no mesmo trecho de ferrovia, antes de solicitar sua autorização de ida a campo, “descobre” a existência da anterior. A equipe “B” aproveita a permissão da “A” sem comunicar formalmente e engrossa o caldo das tarefas que interagem no campo. O processo de tomada de decisões não é adequadamente esclarecido na análise. Isso se dá, em parte, por medo de punições consideradas frequentes. A equipe “B” vai a campo e intervém em trecho anterior ao em que atuava a “A” e, quando o trem passa na área em que essa última está, atropela ferramentas da equipe. Diversos são os desafios postos nessas situações à gestão de segurança. Em primeiro lugar, aprender com esse caso exige incluir análise de incidentes no seu rol de atividades. Além disso foi importante esclarecer, com zoom, como funcionava o sistema de permissão de trabalho na empresa e como se deu a seqüência de passos seguidos no trabalho real por todos os envolvidos e suas comunicações: equipes A, B e de segurança, condutor do trem, CCO [Centro de Controle Operacional] e outros.

Isso permite identificar que permissões e comunicações eram ‘bypassadas’ há anos com conhecimento de gestores alimentando crenças de que nas negociações adotadas para manter a produção o valor segurança podia mesmo ser minimizado. Histórico de práticas autoritárias aliava-se ao de segurança que não explorava em profundidade as origens de acidentes.

Atribuir culpa à vítima alimentava a crença de agir contra tentativas de responsabilizar a empresa. A prevenção sistêmica exige a criação de espaços democráticos de debate que podem ser alimentados entre outras coisas pelos resultados de análises de incidentes e acidentes, por achados de CIPAs, pela revisão de rotinas e práticas. O debate deve destacar a importância das escolhas do sistema para lidar com variabilidades, notadamente em situações não consideradas em normas pré-existentes. No exemplo, o foco seria o processo decisório quando há competição de interesses em jogo.

Quem e como decide?

Como é considerado o valor segurança?

Quais os valores que histórica e habitualmente prevalecem nas escolhas no sistema?

As origens do evento estão nas interações surgidas à medida que as decisões vão sendo tomadas e a produção segue com menos segurança que antes. Exemplos do cotidiano do sistema devem ser usados de modo a ilustrar como as escolhas dos operadores, individual e coletivamente, sempre criam segurança ou risco. A agenda da prevenção precisa passar a considerar esses temas e, ao fazê-lo, tende a estimular melhorias que vão além da segurança.



Aprendendo Direitos Humanos

DOM PEDRO CASALDÁLIGA
BISPO EMÉRITO DA PRELAZIA DE SÃO FELIX

17/07/2019



Dom Pedro Casaldáliga, hoje enfermo com 91 anos, durante sua vida em São Felix do Araguaia, ao invés da mitra dos bispos usava um chapéu de palha e no dedo, no lugar do ouro, usava um anel de tucum (palmeira nativa da Amazônia). Defensor da *Teologia da Libertação*¹, em sua atividade pastoral tinha como lema: *nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar, nada matar*. Alvo de inúmeras ameaças de morte, em 12/10/1976, no Mato Grosso, sabendo que duas mulheres sofriam torturas na delegacia local, discutiu com os policiais e seu acompanhante - o padre jesuíta *João Bosco Penido Burnier*² - foi assassinado com um tiro na nuca.

Na missa de sétimo dia, a população revoltada seguiu em procissão até a delegacia, libertou os presos e destruiu o prédio, onde, posteriormente, foi construída uma igreja. Foi alvo, também, da ditadura militar, que tentou várias vezes expulsá-lo do Brasil, por ser espanhol de nascença. Incansável militante pastoral na defesa dos direitos humanos, sua firmeza e inteligência nos faz falta. Em 1988, há 30 anos, o Programa Roda Viva, da TV Cultura, realizou uma entrevista com ele de uma hora e meia. Apesar de ocorrido tanto tempo, a fala de Dom Pedro Casaldáliga é de impressionante atualidade. Nela é possível constatar o seu compromisso com os miseráveis, os vulneráveis, os discriminados e os excluídos comparando com o elitismo e uma certa ironia de alguns dos jornalistas entrevistadores⁶.

Dessa entrevista, retiramos algumas de suas falas,
em resposta aos participantes do programa:



“A Igreja ainda é muito eurocentrista.
O terceiro mundo (América Latina, Ásia, África)
ainda não se sente em casa dentro da Igreja.
Nossa cultura é muito greco-romano-judaica...
[é preciso] viver o evangelho latinoamericanamente.”



“Nós não somos contra a pequena propriedade privada. Somos contra o latifúndio acumulativo ... aquelas fazendas de 400 mil, às vezes 500 mil hectares de terra, quase um milhão de hectares como eu conheci ... quando eu cheguei na região. Somos contra o latifúndio, produtivo ou improdutivo.”



“Celebrar missa em fazendas, como exibição da Igreja, para ofender índios,
posseiros, peões,
cujos fazendeiros cortam suas orelhas
como nos tempos do cangaço ... [eu não faço].”



“Eu tenho visto a morte de perto várias vezes ...
Eu fui ameaçado de morte mas continuo vivo.
Muitos índios, posseiros, peões foram ameaçados
e estão mortos, talvez por não serem bispos.”



“Democracia seria Reforma Agrária, democracia seria alfabetização mesmo, não aqueles
Mobrais³ que conhecemos, democracia seria vivenda, moradia para todos, democracia
seria não ao latifúndio, não à especulação imobiliária, democracia seria campanhas
eleitorais não como essas que conhecemos aí, democracia seria contestar a dívida externa
por causa da dívida interna que temos. Não podemos esquecer que o Brasil
é campeão em várias coisas ... em abortos,
em acidentes de trabalho... isso seria democracia.
Tentar resolver os problemas possíveis.”



“...favelados, mulheres, menores, negros, índios, posseiros, exilados políticos ... Dom
Paulo Evaristo Arns
recebeu vários prêmios por defender todos
[e não somente marginais], e por ser a figura mais significativa na defesa dos direitos
humanos.”



“Eu não estou canonizando o socialismo,
estou condenando o capitalismo.”



“Se imitássemos a comunhão com a natureza dos
povos indígenas ... se fossemos capazes de partilhar
sem latifúndios, se fossemos capazes de inclusive
viver um pouco mais a festa como os povos indígenas vivem, sem querer acumular, sem
nos pisarmos mutuamente, responderíamos mais
às exigências do próprio Evangelho...”



“Capitalismo por capitalismo, entendido em sua essência de lucro e acumulação e, por
causa disso, exploração
e exclusão, não pode ser cristão.”



“Marx condenou a religião como o ópio do povo.
Ele não condenaria a religião como a libertação do povo.”



“O amor ao próximo que significa?
Fazer do próximo próximo, quer dizer,
possibilitar a vida do próximo,
a igualdade do próximo. Enquanto eu mantiver
uma sociedade de desigualdade eu estou
negando o amor ao próximo.”



“Eu preferia uma imprensa comprometida
com as minhas causas ...”



Citações:

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_liberta%C3%A7%C3%A3o
2. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Bosco_Penido_Burnier
3. https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Brasileiro_de_Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o
4. https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Casald%C3%A1liga
5. <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/16/exemplo-de-luta-e-humanidade-dom-pedro-casaldaliga-completa-90-anos-de-idade/>
6. <https://www.youtube.com/watch?v=n1ppEJxr6m8>

PAULO FREIRE

06/01/2020

Talvez não haja forma mais definitiva de lutar por direitos humanos do que entregar sua vida à magia de educar. Mas, para ser educador de direitos humanos há que ter a elegância das garças, a leveza da chuva fina sobre as flores e a missão despojada de ser um educador que aprende. Paulo Freire nos ensina isso. Lutar por direitos humanos não é só enfrentar as paredes da soberba, as casamatas da discriminação e as baionetas da violência contra os despossuídos, os deslocados e os desgraçados. Paulo Freire nos ensina isso. Incorporar os direitos humanos na alma e dessa ventura fazer um mote existencial é olhar p'ra dentro e ver a razão anunciar: essa é uma emoção transformadora! Razão e emoção amando-se.

Paulo Freire também nos ensina isso. Não há maior fonte de transformação de um mundo para poucos em um mundo de todos e para todos do que a pedagogia do oprimido. Nela, primeiro a pessoa enxerga a luz da palavra que estava dentro dela, onde antes só havia escuridão. Seus olhos extraem de seu interior cansado do cansaço histórico, oprimido pela opressão inesgotável e escravizado pela omissão das políticas públicas, a coisa mais linda: a palavra e seu sentido. É um parto cheio de ternura, em que a pessoa participa tal como a

índia solitária parteja sua cria no esplendor acolhedor da floresta. O parto de uma palavra geradora logo põe a cria a caminhar e a lamber a pessoa. Dá vontade de partejar de novo só p'ra ver a carinha da nova cria. Paulo Freire faz isso. Faria 100 anos no ano próximo. Mas fará. Quem não morre, pela desnecessidade de morrer, faz aniversário todos os dias.

Paulo fez aniversário ontem. E hoje. Amanhã fará. Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) é Patrono da Educação Brasileira [Lei nº 12.612/2012]. Nenhum brasileiro foi mais homenageado do que Paulo: 35 títulos de Doutor Honoris Causa. Suas obras, traduzidas para mais de 20 idiomas são lidas. E cada vez mais. Creia! Mas, o que isso importa, se hoje no mundo todo quando se fala em Pedagogia Crítica, fala-se de Paulo? Primeiro dele, Paulo.

Na fala de Nita Freire, o amor dos dois fala a fala de Paulo... A história de Nita e Paulo percorre os becos de Verona, onde Julieta esperava Romeu na sacada; percorre as travessas do bairro alto de Lisboa, onde um fado ecoa não pelo amor perdido, mas pelo amor achado; e percorre as ladeiras ainda ansiosas de pés apaixonados de Ouro Preto, onde escravos fugidos da opressão de sempre, esgueiravam-se para dar o último beijo em Sinhazinha antes de partir para o amor maior: a liberdade. Depois da morte de Raul (marido de Nita) e de Elza (mulher de Paulo), no intervalo de um ano, seus corações se reencontraram entre as pontes do Recife, onde Caymmi cantou a sua Dora. No dia 4 de julho de 2019, 22 anos depois da morte de Paulo, Nita Freire mostra a sua linda face emoldurada pelo tempo e pela companhia de Paulo, que ainda lhe acompanha, numa entrevista calma, serena e plena de sabedoria.

Tanto a dela quanto a dele. Sua fala, modesta e esclarecedora de Paulo parece ser suficiente para nos mostrar o que nem sempre parece que está sendo mostrado.

Sigamos o coração de Nita pulsando nas falas de Paulo¹...





Painel Paulo Freire no Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Campinas / SP

“A gente p’ra ser um ser precisa do diferente.”



“Eu escrevia na minha cabeça.
Eu tinha o livro já todo escrito de cor.”
(sobre a Pedagogia do Oprimido)



“Eu sou mais um político educador
do que um educador político.”
(sobre a Pedagogia do Oprimido)



“Essa é a grande dor do povo brasileiro:
é não saber ler nem escrever...”



“Faz parte do ser humano saber ler e escrever.”



“Faz parte da natureza. É como um vazio que você tem dentro de você e no momento que você se alfabetiza você mesmo processa esse engrandecimento, próprio seu e que se insere, então, na sociedade.” (*Paulo Freire pela voz de Nita Freire*)



A obra de Paulo Freire não é a sua obra em si.
É a sua obra em nós. Pela capacidade de nos fazer sonhar...



Citação:

1. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-so-nao-manda-matar-paulo-freire-porque-ele-ja-morreu/>

MARIA NILDE MASCELLANI

28/02/2020



Desde adolescente, com artrite reumatoide, Maria Nilde caminhava com dificuldade e só suportava as dores com analgésicos. Pedagoga e educadora, em 1961 o Secretário de Educação do Estado de São Paulo - Luciano Carvalho - convidou-a para coordenar um projeto educacional que privilegiasse vocação e relação comunitária dos alunos. O SEV [Serviço de Ensino Vocacional] funcionou de 1961 a 1969. Os Ginásios Vocacionais (GVs) ofereciam ensino em tempo integral para o 1º ciclo secundário (quatro anos). Foram criadas seis unidades do Vocacional [São Paulo, Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul]. A proposta pedagógica revolucionária dos GVs era estruturada em integração curricular, projetos de intervenção comunitária e planejamento curricular através da pesquisa junto à comunidade, seguindo as características culturais e socioeconômicas locais.

Maria Nilde foi reprimida pelos governos da época, pois não aceitava imposições na contratação de funcionários, pedidos de vagas para alunos sem passar pelo processo seletivo. Com o AI-5¹, o projeto sofreu mais limitações. Em 1974, Maria Nilde foi presa, com companheiros do RENOV - assessoria de projetos, pesquisa e planejamento de ação comunitária e educacional, com base na defesa dos direitos humanos - fundada por ela após ser impedida de trabalhar nos GVs. Após a invasão e fechamento da entidade pelos militares, ela foi presa e só não foi torturada devido a seus laudos

médicos e radiografias. Acusada de redigir um relatório encomendado pelo Conselho Mundial de Igrejas, considerado subversivo pela ditadura: *Educação Moral e Cívica e escalada fascista no Brasil*, sobre o ensino obrigatório de Educação Moral e Cívica a partir de 1971, foi absolvida pela Justiça Militar, em 1977. Voltou a lecionar em SP por ato do governador Franco Montoro, em 1984. Foi uma extraordinária mulher que, mesmo enferma, transformou sua vida num modelo pedagógico que mais do que ensinar direitos humanos, praticava-os e exercitava-os com os alunos em suas comunidades. Dela, extraímos alguns de seus pensamentos.

O resgate da qualificação do trabalhador [...] não é, portanto, apenas uma questão de desempenho técnico. Ele envolve também uma dimensão de cidadania [...]: ler, interpretar a realidade, expressar-se verbalmente e por escrito, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupo na resolução de problemas, tudo o que se define como perfil de trabalhadores em setores de ponta tende a tornar-se requisito para a vida na sociedade. Nesse contexto, é preciso repensar a educação - geral e profissional - no plano conceitual, pedagógico e de gestão. [...] Todos os esforços deverão convergir para o desenvolvimento integral do indivíduo que é, ao mesmo tempo, trabalhador e cidadão (Mascellani, 2010, pag. 42).



A experiência Vocacional surge com a preocupação de situar o jovem como alguém atuante. Enfocando principalmente o problema da liberdade do educando como agente da própria Educação [...] o do professor como instrumento estimulador e explicitador das situações educativas. [...] O momento histórico brasileiro exige uma democratização da cultura para que o nosso homem possa, através da formação de sua consciência crítica, encontrar sua forma original de fazer o país se desenvolver. É o momento da opção em todos os níveis. Assim, toda experiência, partindo não da doação de fórmulas prontas, mas da descoberta comum, é um dado importante para a planificação do povo brasileiro (Mascellani, 2010, pag. 67).



...se os valores da nossa sociedade são valores de dominação, de autoritarismo, de consumo, quer dizer valores bem burgueses e valores capitalistas, isso evidentemente vai sendo interiorizado pelos jovens e vai bater num ponto filosófico que é a escolha entre o ter e o ser. Há aqueles que se preocupam em ter e aqueles que se preocupam em ser. E este é que vai ficando pra trás em relação aquele que tem. Não acho que haja uma opção dentro desta filosofia no tocante aos extratos socioeconômicos diferentes: ele perpassa as classe sociais todas. Então, mesmo nas favelas, nas escolas de periferia, crianças e adolescentes assimilam estes valores numa tentativa de perseguir os valores da classe dominante.

...o pessoal do Vocacional dizia que eu privilegiava o pessoal do teatro. Mas é verdade: eu tenho veneração pelos artistas. Tentei fazer um curso de Artes Plásticas na época do normal mas não deu certo. Mas eu gostaria de mexer mais com isso. Piano eu estudei nove anos mas tive que vender para comprar cortisona quando tive crises de artrite. Mas pintar mesmo consegui na prisão porque o pessoal não me deixava ler nem escrever.



Se os jovens partem do estudo de sua comunidade para compreender a comunidade universal através dos trabalhos e vivências das unidades pedagógicas, é necessário que voltem constantemente ao ponto de partida e reconheçam que, ao seu redor, na sua comunidade, existem os mesmos problemas sociais que afligem o mundo. Nessa direção, os Ginásios Vocacionais são verdadeiras escolas comunitárias. É preciso formar jovens capazes de promover o bem comum, não agindo pelos outros, mas dando-lhes condições de se elevarem pela própria ação (Mascellani, 2010, pag. 113).



Citações:

1. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-so-nao-manda-matar-paulo-freire-porque-ele-ja-morreu/>
2. Mascellani, Maria Nilde. Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados. São Paulo: IIEP, 2010. <https://docplayer.com.br/8743504-Uma-pedagogia-para-o-trabalhador.html>
3. (Entrevista com Ana Lúcia Vasconcelos) <http://vitabreve.com/artigo/160/maria-nilde-mascellani-na-van-guarda-da-educacao-brasileira/>
4. https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Nilde_Mascelani
5. <https://educacaointegral.org.br/reportagens/a-escola-inovadora-de-maria-nilde-mascellani/>
6. <https://dowbor.org/2018/09/toni-venturi-vocacional-uma-aventura-humana-brasil-2011-1h17.html/>
7. <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3715.pdf>

SAROJINI NAIDU

27/07/2020

Quem olhar para o Mohandas (Mahatma) Gandhi, nas suas inúmeras fotos, com a admiração e o respeito que ele merece, em algumas delas se olhar ao lado verá sempre muitos homens e apenas uma mulher. Do dia 12 de março ao dia 6 de abril de 1930, Gandhi e seus seguidores caminharam em direção ao litoral da Índia. Foram 400 km de caminhada, em 25 dias. Seu objetivo era protestar pacificamente contra os colonizadores ingleses pela proibição autoritária e perversa aos indianos de extrair o próprio sal de seu país para a sua subsistência.

A Marcha do Sal foi uma entre as várias iniciativas do Mahatma com a sua Satyagraha. Essa palavra mágica, consagrada como resistência não violenta



influenciou Martin Luther King, em sua luta pelos direitos civis nos EUA, e a mulher que tantas vezes se vê ao lado do Mahatma. À medida que a Marcha do Sal se aproximava do litoral, homens se juntavam ao Mahatma. Em certo momento, eis que surge uma mulher ao lado do líder para acompanhá-lo na caminhada. Seu nome: Sarojini Naidu. Somente a partir de sua adesão à marcha é que as mulheres indianas entraram na Satyagraha. E ao chegar ao litoral foram principalmente as mulheres que colheram o sal libertador. O sal da resistência, o sal da dignidade, o sal da independência da Índia.

Sarojini Naidu (1879-1949) era também conhecida como Bharatiya Kokila - o rouxinol da Índia -, cognome dado por Gandhi, após ler seus poemas. Foi escritora, poeta e ativista política. Lutou pela liberdade da Índia, foi a primeira mulher presidente do Congresso Nacional Indiano e primeira governadora de um Estado indiano. Importante personagem na independência da Índia, estudou em Londres e Cambridge. Retornando ao seu país ingressou no movimento nacionalista indiano e desempenhou um papel de liderança no movimento de desobediência civil. Seguidora de Mahatma Gandhi chegou a ser presa com ele. De 1915 a 1918 viajou por várias regiões da Índia, divulgando materiais sobre reforma social, emancipação feminina e nacionalismo. Colaborou na criação do movimento pelo voto em 1917. Cecília Meireles era sua admiradora e lhe dedicou um poema em 1953.

Canção para Sarojini

Cecília Meireles

Passei por aqui.

Como já não podes ver o que estou vendo,

Vejo por ti. Sedas vermelhas para Sarojini!

Tudo quanto amavas, tudo que cantavas encontrei aqui:

Ouro, prata, véus, marfim, bogari.

Colares de flores para Sarojini!

Lembrei-me de versos que um dia escreveste

E que um dia li. Lembrei-me de ti.

Cantai, pregoeiros, para Sarojini! Tudo é teu aqui.

(Falo para aquele Rouxinol da Índia que não conheci.)

Incensos, queimai-vos para Sarojini!

Ao mundo que habitas, tão fora daqui,

Vão minhas saudades, pássaros de ausência,

Sonhando por ti. Brilha, luas de ouro, para Sarojini!

In: Doze noturnos da Holanda e outros poemas. Nova Fronteira, 1986.



Citações:

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_do_Sal

2. https://pt.wikipedia.org/wiki/Sarojini_Naidu

3. <https://www.facebook.com/indiaibrazil/posts/1594156510625794/>

4. <http://modosdeolhar.blogspot.com/2015/03/cancao-para-sarojini-cecilia-meireles.html>



MiSAT
MULTIPLICADORES
MULTIPLICADORES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR


assertiva
editorial